



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

EMMANUEL STESSY AMOA RODRIGUES DA GUIA NYAMIEN

***“AFRICA MUST UNITE”*: A FORMAÇÃO DO REGIONALISMO AFRICANO A PARTIR DO MOVIMENTO PAN-AFRICANISTA E SEUS IDEALIZADORES**

FOZ DO IGUAÇU

2024

EMMANUEL STESSY AMOA RODRIGUES DA GUIA NYAMIEN

“AFRICA MUST UNITE”: A FORMAÇÃO DO REGIONALISMO AFRICANO A
PARTIR DO MOVIMENTO PAN-AFRICANISTA E SEUS IDEALIZADORES

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA – para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, nível de Mestrado.

Linha de Pesquisa: Política Externa, Atores e Processos Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Karen dos Santos Honório

FOZ DO IGUAÇU

2024

EMMANUEL STESSY AMOA RODRIGUES DA GUIA NYAMIEN

“AFRICA MUST UNITE”: A FORMAÇÃO DO REGIONALISMO AFRICANO A
PARTIR DO MOVIMENTO PAN-AFRICANISTA E SEUS IDEALIZADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, linha de pesquisa Política Externa, Atores e Processos Internacionais. APROVADO pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Karen dos Santos Honório
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Orientador

Profa. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Membro Efetivo (da Instituição)

Foz do Iguaçu, 12 de julho de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

N993

Nyamien, Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues da Guia.

"Africa must unite": a formação do regionalismo africano a partir do movimento pan-africanista e seus idealizadores / Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues da Guia Nyamien. - Foz do Iguaçu, 2024.
100 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Karen dos Santos Honório.

1. Pan-Africanismo. 2. Organização da Unidade Africana. 3. União Africana. 4. Integração Regional. 5. Regionalismo Africano. I. Honório, Karen dos Santos. II. Título.

CDU 323.14:332.135(6)

AGRADECIMENTOS

O anseio pelo conhecimento perpassa caminhos que variam entre a calma e a turbulência, a linearidade e a tortuosidade, o prazer e o desgosto. Ouvi de um docente, o qual tive a grande satisfação de ter assistido suas aulas, que o mestrado se apresenta como um grande salto, uma vez que a sua relevância e a arduosidade de sua construção são muito significativas para um curto período, mas que, ao final, o entusiasmo prevalece frente quaisquer adversidades. Assim, foram meses oscilantes entre o amor e o ódio, devo confessar, mas o entusiasmo na produção deste trabalho dissertativo andava em paralelo.

Agradeço imensamente ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, especialmente aos docentes com quem tive a alegria de aprender os conteúdos magníficos do programa.

Em particular, expresso minha gratidão à minha orientadora, Karen dos Santos Honório e aos professores Felipe Cordeiro, Ana Carolina Delgado, Marcelino Teixeira Lisboa e Mamado Diallo. Em muitos momentos em que cogitei desistir, cada um – em algum momento específico e sem saber – me propulsionou a dar continuidade à caminhada.

À Instituição, que me proporcionou o espaço necessário para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas, com quem aprendi muito e a quem desejo do fundo do meu coração o maior sucesso em suas caminhadas!

À minha família, que nunca mediu esforços para me auxiliar nesses anos, oferecendo todo o suporte necessário para que eu seguisse em frente e alcançasse meus objetivos.

E agradeço imensamente aos meus ancestrais, os quais, por meio das incessantes batalhas, auxiliaram na formação da minha identidade e personalidade negra, que carrego com muito orgulho! Espero poder repassar um pouco desse conhecimento ao meu filho para que ele possa forjar as dele também.

NYAMIEN, Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues da Guia. “*Africa must unite*”: a formação do regionalismo africano a partir do movimento pan-africanista e seus idealizadores. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO

O presente trabalho teve como tema a construção da unidade africana e seu desdobramento com o surgimento da Organização da Unidade Africana (OUA) e, posteriormente, da União Africana (UA), moldando o regionalismo africano. Diferentemente de outros regionalismos continentais, o africano apresentou peculiaridades que foram construídas ao longo do tempo e dos eventos históricos, tanto no continente quanto fora dele. Nessa vertente, buscou-se identificar os ideais e princípios que influenciaram a criação do regionalismo africano, tendo como marco crucial o surgimento das organizações africanas (OUA e UA). Este trabalho se baseou na análise qualitativa das obras e dos personagens do movimento pan-africano, bem como daqueles que influenciaram a construção dessa unidade e, posteriormente, das organizações, analisando os desdobramentos que ocorreram ao longo da trajetória dessas instituições e apresentando o contexto histórico para a compreender os acontecimentos. O trabalho cobre desde a primeira reivindicação dos intelectuais pan-africanistas, diaspóricos e não diaspóricos, que buscaram no continente africano, inicialmente, um reduto para o povo negro na luta contra o racismo e a formação de uma identidade, resultando em marcos históricos e no fomento de uma unidade de liberdade e integração com bases regionais. A pesquisa sugere que essas bases intelectuais e políticas foram responsáveis por forjar a ideia de região e regionalismo no continente africano.

Palavras-chave: Pan-Africanismo; Organização da Unidade Africana; União Africana; Integração Regional; Regionalismo Africano.

NYAMIEN, Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues da Guia. “**Africa Must Unite**”: the formation of african regionalism from the pan-africanist movement and its idealizers. 2024. 100 p. Dissertation (Master’s in International Relations) – Postgraduate Program in in International Relations, Federal University of Latin American Integration - UNILA, Foz do Iguaçu, 2024.

ABSTRACT

This paper focused on the construction of African unity and its development with the emergence of the Organization of African Unity (OAU) and, later, the African Union (AU), shaping African regionalism. Unlike other continental regionalisms, African regionalism presented peculiarities that were constructed over time and through historical events, both on the continent and beyond. In this regard, we sought to identify the ideals and principles that influenced the creation of African regionalism, with the emergence of African organizations (OAU and AU) as a crucial milestone. This work was based on a qualitative analysis of the works and figures of the Pan-African movement, as well as those who influenced the construction of this unity and, later, of the organizations, analyzing the developments that occurred throughout the trajectory of these institutions and presenting the historical context for understanding the events. The work covers the first demands of Pan-Africanist intellectuals, both diasporic and non-diasporic, who initially sought in the African continent a stronghold for black people in the fight against racism and the formation of an identity, resulting in historical milestones and the promotion of a unity of freedom and integration with regional bases. The research suggests that these intellectual and political bases were responsible for forging the idea of region and regionalism in the African continent.

Keywords: Pan-Africanism; Organization of African Unity; African Union; Regional Integration; African Regionalism.

NYAMIEN, Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues da Guia. **“Africa must unite”**: la formación del regionalismo africano a partir del movimiento panafricanista y sus idealizadores. 2024. 100 f. Disertación (Maestría en Relaciones Internacionales) – Universidad Federal de Integración Latinoamericana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como tema la construcción de la unidad africana y su desarrollo con el surgimiento de la Organización de la Unidad Africana (OUA) y, posteriormente, la Unión Africana (UA), configurando el regionalismo africano. A diferencia de otros regionalismos continentales, el africano presentó peculiaridades que se fueron construyendo con el tiempo y los acontecimientos históricos, tanto en el continente como fuera de él. En este aspecto, buscamos identificar los ideales y principios que influyeron en la creación del regionalismo africano, siendo el surgimiento de organizaciones africanas (OUA y UA) un hito crucial. Este trabajo se basó en el análisis cualitativo de las obras y personajes del movimiento panafricanista, así como de quienes influyeron en la construcción de esta unidad y, posteriormente, de las organizaciones, analizando los desarrollos ocurridos a lo largo de la trayectoria de estas instituciones. y presentar el contexto histórico para comprender los acontecimientos. La obra abarca desde la primera demanda de los intelectuales panafricanistas, diaspóricos y no diaspóricos, que buscaban en el continente africano, inicialmente, un bastión para los negros en la lucha contra el racismo y la formación de una identidad, resultando en hitos históricos y la promoción de una unidad de libertad e integración a nivel regional. Las investigaciones sugieren que estas bases intelectuales y políticas fueron las responsables de forjar la idea de región y regionalismo en el continente africano.

Palabras clave: panafricanismo; Organización de la Unidad Africana; Unión Africana; Integración regional; Regionalismo africano.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AfCFTA	Área de Livre Comércio Continental Africana
CEN-SAD	<i>Communauté des Etats Sahélo-Sahariens</i> (Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos)
CER	Comunidade Econômica Regional
COMESA	<i>Common Market for Eastern and Southern Africa</i> (Mercado Comum da África Oriental e África Austral)
EAC	<i>East African Community</i> (Comunidade da África Oriental)
ECCAS	<i>Economic Community of Central African States</i> (Comunidade Econômica dos Estados da África Central)
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i> (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
IGAD	<i>Intergovernmental Authority on Development</i> (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
MC	Mercado Comum
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i> (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
UA	União Aduaneira
UA	União Africana
UEM	União Econômica e Monetária
UMA	União do Magreb Árabe
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
ZLC	Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 IDEIAS E CONSTRUÇÃO DO REGIONALISMO AFRICANO	16
1.1. REGIONALISMO E RELAÇÃO INTERNACIONAIS	16
1.1.2 Elementos de partida para pensar região e regionalismos na África	27
1.2 DO PAN-AFRICANISMO ÀS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS	30
1.2.1 Pan-africanismos.....	35
1.2.1.1 <i>Edward Blyden & W. E. B. Dubois - a resistência e conceito do “ser negro”</i>	35
1.3 A DISSEMINAÇÃO DO PENSAMENTO NEGRO - DA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE À CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE	39
1.4 DAS TEORIAS E ARTICULAÇÕES AO SURGIMENTO DA UNIDADE AFRICANA COMO INTEGRAÇÃO.....	42
1.5 AS CONFERÊNCIAS E CONVENÇÕES.....	46
1.6 OS ATORES POLÍTICOS AFRICANOS E GRUPOS DE LIBERTAÇÃO PARA UNIDADE CONTINENTAL - BLOCO CASABLANCA E BLOCO MONRÓVIA	49
1.7 FIM DA ERA COLONIAL - ANO AFRICANO (1960).....	53
1.8 CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA (1963).....	58
2 A ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA	60
2.1 DOS PRINCÍPIOS AO FUNCIONAMENTO	61
2.2 DOS TRATADOS FIRMADOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGENDA DA ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA VERSUS EXPECTATIVAS DE SEUS IDEALIZADORES.....	66
3 DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA À UNIÃO AFRICANA - DOS ANTECEDENTES E CONFLITOS CONTINENTAIS AO CONTEXTO DA ATUALIDADE	71
3.1 A UNIÃO AFRICANA: DOS PRINCÍPIOS AO FUNCIONAMENTO E NOVO MODELO REGIONAL - AGENDA VERSUS EXPECTATIVAS DE SEUS IDEALIZADORES.....	75
3.2 AS CARACTERÍSTICAS DO REGIONALISMO AFRICANO	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

A interdependência entre Estados, bem como a proximidade geográfica, histórica, cultural e linguística estão – em alguns casos – entre as justificativas que circundam e justificam o fenômeno dos processos de regionalismo. Esses fatores enriquecem o conceito com complexidade e múltiplas dimensões, refletindo a interdisciplinaridade de suas ações e objetivos na instituição e consolidação da política regional (Honório; Mesquita, 2023).

Todavia, os estudos, as teorias e o empirismo que permeiam tais fenômenos se concentram em um sistema eurocentrado de autores e comparativos, com a construção de patamares que objetivam a formação de um “regionalismo perfeito” nos moldes do que se observou ao longo dos anos nos territórios imperiais.

Não obstante, elementos acerca do forjar societário, segmentos do processo de regionalismo de Hurrell (1995) e os níveis de Balassa (1961), são nortes que conceituam, buscam justificar e traçam os caminhos para o famigerado “regionalismo perfeito”. Todavia, as ocorrências do processo de regionalismo extra continente europeu destoam dos elementos que ensejaram e edificaram o regionalismo clássico.

A necessidade de se firmar perante o cenário internacional, levando em consideração a mudança global com o surgimento e a ascensão vertiginosa da globalização, resultou em um dos fortes porquês na importância do espaço da política externa, na realização de processos de cooperação e na construção de instituições regionais, indo na contramão dos interesses nacionais de Estados, que resultavam na fragmentação e destruição dos processos regionais, e uma concentração em ideais unos para a mudança política, social e econômica dos Estados que buscam e realizam este processo de regionalismo (Honório; Mesquita, 2023).

Embora seja visível a necessidade, além da existência, de estudos teóricos e empíricos apresentados pela literatura acerca de regionalismo e integração regional, a compreensão e formação desses fenômenos é abrangente. As conjunturas, historicidades e o andamento do processo distinguem do material didático e dos referenciais construídos, uma vez que as realidades são distintas, e, apesar de buscarem, de certa forma, um mesmo objetivo, faz-se necessário ultrapassar problemáticas que não se assemelham.

Nesse contexto de motivações e objetivos, os estudos sobre o regionalismo e a integração regional nas Relações Internacionais são fundamentais para entender as cronologias históricas e os anseios buscados na construção de novas identidades. Atualmente, o surgimento de uma organização regional amplia a concepção do que era entendido sobre as ondas do regionalismo no mundo, como o Protoregionalismo, o Velho regionalismo, o

Regionalismo fechado, o Novo regionalismo e o Regionalismo comparado. É nessa multidimensionalidade que se insere o estudo desta dissertação, que explora as razões e as etapas do regionalismo africano.

Inicialmente, é importante tecer informes acerca do continente, uma vez que o patamar de “berço da humanidade” e “palco das primeiras civilizações” fazem do continente um robusto, diverso e denso território de histórias, culturas, línguas, conhecimento e povos, os quais, nas mais diversas fases temporais, estiveram se não no centro, na periferia dos acontecimentos globais – seja nos tráficos comerciais de especiarias, na linha de passagem do surgimento da escrita e da fala, seja como um local de extração e exploração na fase de “desenvolvimento” europeu.

Essas fases tanto construíram identidades quanto as aniquilaram – assim como os conhecimentos que a circundavam. Quando o processo de regionalismo foi inserido no continente, no intercâmbio entre as regiões inter e intracontinentais, seja de pessoas, culturas, comércio, seja nas relações políticas, há uma distinção latente entre as fases e os momentos.

Todavia, é necessário concentrar os estudos, uma vez que existem ensinamentos clássicos sobre regionalismo e integração regional. É crível e importante destacar o surgimento da Organização da Unidade Africana, que emergiu após o grande movimento pan-africanista – este, por sua vez, consequência de lutas de ativistas negros na África e na diáspora americana em prol da valorização de sua coletividade.

O idealismo de construção de uma unidade/união entre os Estados-nação africanos para que pudessem se equiparar aos demais países e blocos atuantes no mundo – diante do retrocesso causado pela colonização predatória e pelas independências tardias conturbadas – foi o objetivo central para a sua criação.

Todavia, não é possível analisar e tecer comentários sobre a Organização da Unidade Africana, bem como sua sucessora, a União Africana, sem a devida explicitação das movimentações, ações e dos pensadores que a antecederam. É fundamental, pois, citar o movimento pan-africanista e seus pensadores.

A sequência de intelectuais do movimento pan-africano, começando por atores diaspóricos e posteriormente incluindo personagens africanos¹, que se tornaram símbolos em seus países e alcançaram cargos de extrema importância, foram peças justificantes e incisivas no processo de regionalismo africano, contribuindo para a construção de uma integração com

¹ Como Kwame Nkrumah, que foi presidente em Gana e ativista pan-africano crucial para a independência do país, ou Léopold Sédar Senghor, que foi presidente do Senegal, ou aqueles que não desenvolveram tantas atividades literárias, mas tiveram vozes estridentes e fortes, tanto em seus países como em outros pelo movimento, como Félix Houphouët-Boigny, presidente da Costa do Marfim e Sekou Touré presidente da Guiné.

um propósito.

Nessa construção regional do continente, os anseios particulares se mesclavam aos ideais integracionistas, e é nesse contexto que a busca pela conquista da independência dos territórios africanos e o desenvolvimento dos países coincide com a tentativa de instituir uma entidade regional a nível continental. A partir dessa base, esta pesquisa dissertativa se concentra em analisar, compreender e descrever como é o regionalismo africano.

Para alcançar esse resultado, é necessário um comparativo com os acontecimentos mundiais, visto que os mais significativos ocorreram em um contexto de bipolarização mundial devido à Guerra Fria, o que ocasionou expressivas ações das potências hegemônicas da época no financiamento de conflitos civis, golpes de estado e governos ditatoriais.

Esses conflitos também são meios que auxiliaram a analisar e descrever o processo de regionalismo africano, uma vez que a contínua balcanização dos Estados e a subalternização do homem negro africano – resultados da continuidade mascarada do colonialismo –, desdobram-se em justificativas e empecilhos nesse processo.

Nos passos seguidos para esse regionalismo, Barbosa (2019) expôs a necessidade de voltar esforços e atenção no nascimento e desenvolvimento do movimento pan-africano. Na primeira fase, destacam-se nomes como M. Garvey e W. E. Du Bois, vinculados à década de 40, com viés mais ideológico, associados às lutas por independência nacional e contra o neocolonialismo na África. O lema básico desse período incluía os ideais de libertação, criação e estruturação da identidade do ser negro, e integração.

Para a estruturação das ideologias de luta e da força nacional de integração, o trabalho assíduo e exímio de intelectuais, como Cheikh Anta Diop, no enfrentamento ao racismo científico e na comprovação, a partir de autores de um Egito negro, associou-se às ideias de negritude e afrocentricidade, buscando o ressurgimento e a solidificação de uma identidade.

Nesse momento, sobressaíram-se outros intelectuais e ativistas de renome, como o ganês Kwame Nkrumah e o tanzaniano Julius Nyerere, chefes de Estado da época, que não apenas combatiam o racismo e defendiam a autodeterminação dos povos, como também foram propulsores do surgimento da Organização da Unidade Africana, em 1963, sendo o primeiro marco de cooperação em um nível continental.

Ainda, nesse mesmo contexto de ativistas pan-africanos importantes para o continente, é importante citar a obra *Claim no easy victories – The legacy of Amilcar Cabral de Firoze Manji e Bill Fletcher Junior* (2013), a qual, ao defender o guineense como o ícone central do pensamento pan-africano, também faz menção ao senegalês Léopold Sédar Senghor, que foi presidente de país e um imprescindível ator político e intelectual.

Na obra, Manji e Fletcher Junior (2013) expõem que, além da importância desses ativistas para seus respectivos países, o mais admirável foram as estratégias usadas nos processos de independência, que contrabalançaram as perdas sofridas pelos Estados africanos ao longo das ações incisivas do colonialismo e articularam novas nações que buscavam reconstruir identidades que foram há muitos séculos perdidas, antes do protagonismo dos Estados Imperiais (Manji; Fletcher Junior, 2013).

Assim, elementos como o resgate das verdadeiras origens do continente, como o berço da civilização humana, tornam-se alicerces para que a comunidade africana retomasse seu real caminho sociopolítico e cultural, alterando-se e difundindo-se de uma luta de ativistas negros na África e na diáspora americana em prol da valorização de sua coletividade. Com sua marca inicial no final do século XVIII, essa luta evoluiu para a construção de visões positivas e internacionalistas sobre a identidade étnico-racial, entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente, no início do século XX (Barbosa, 2019).

Por sua vez, o resgate desses elementos para a compreensão das ideias de unicidade continental e desenvolvimento dos países africanos pairou entre as dificuldades enfrentadas no continente nas disputas inter e intracontinentais e na criação de uma divisão entre os grupos de perspectivas distintas do pan-africanismo – o Grupo de Casablanca² e Grupo de Monróvia³ – enquanto as agendas não foram cumpridas conforme o pensamento e os ideais de seus idealizadores.

Outro componente marcante e fomentador destas problemáticas foi a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, alegando-se a ausência de parâmetros para delimitar novos Estados (Visentini, 2013, p. 55).

Conflitos contemporâneos e violações de preceito dos Direitos Humanos – como o genocídio em Ruanda em 1994 – colocaram em questão a limitação de atuação do bloco continental em face da soberania dos Estados Membros, uma vez que a formação da organização era fortemente baseada em princípios estritos de respeito à soberania de seus

² O Grupo de Casablanca foi formado a partir de uma reunião na capital marroquina e foi liderado por Kwame Nkrumah e outros líderes considerados radicais, como Gamal Abdel Nasser e Ahmed Sekou Touré. Constituído por países como Argélia, Egito, Etiópia, Líbia, Guiné-Conakry, Mali, Marrocos, Sudão e o governo provisório da Argélia, o grupo defendia a dissolução das fronteiras coloniais fruto da Conferência de Berlim, a unificação político-econômica do continente e a criação de uma organização política continental, os Estados Unidos de África, com um exército próprio para combater a colonização branca (Langa, 2020).

³ O Grupo de Monróvia era liderado pelo costa-marfinense Félix Boigny e por Leopold Senghor, e era constituído por países como Benin, Camarões, Costa do Marfim, Congo-Belga, Gabão, Libéria, Mauritânia, Madagascar, Níger, República Centro-Africana, Senegal, Serra-Leoa, Burkina-Faso. O grupo defendia uma unidade africana baseada na manutenção das fronteiras definidas em Berlim, considerando-as intocáveis; a soberania dos Estados independentes; a não-ingerência nos assuntos de cada Estado; e a cooperação com as potências coloniais. Por isso, era acusado pelo primeiro grupo de ser subserviente aos interesses neocoloniais da Europa e dos EUA (Langa, 2020).

territórios. Nesse contexto, e considerando a conjuntura da Guerra Fria, a contribuição da organização, bem como sua atuação em intervenções militares para a estabilização do continente, restaram restritas e, em alguns casos, infrutíferas.

É sabido que discorrer sobre o continente africano, com sua heterogeneidade e diversidade sociocultural, política, institucional e econômica, é uma tarefa meticulosa. Por conseguinte, a nível mundial, é necessário superar as barreiras que impedem a efetivação da democracia na maioria dos países africanos. A fragilidade democrática dos Estados nacionais do continente africano é um dos fatores que dificultam a gestão e promoção do desenvolvimento social e humano e que causam obstáculos ao processo de construção de instituições coletivas (Rezende, 2008).

Ressalta-se que algumas características são comuns aos países africanos envolvidos em conflitos ou em situação recente de reconstrução pós-conflito, como: deterioração dos indicadores sociais e crescente desigualdade na distribuição de rendimentos, riqueza e oportunidades; alto déficit fiscal e grave desequilíbrio na balança de pagamentos; dívida externa e serviço da dívida; inflação elevada e controle ineficaz das despesas públicas, com descompasso nas contas fiscais; debilidade das infraestruturas físicas e sociais; rupturas no mercado e desagregação regional e provincial; e desconfiança nas reformas econômicas e insatisfação generalizada com a corrupção no Estado, no Governo e nas Forças Armadas (Roque, 2005).

Destaca-se, ainda, a insatisfação e a frustração sentidas por muitos africanos em relação aos líderes políticos e econômicos, que foram incapazes de encontrar respostas adequadas aos problemas estruturais que os afetam. Torna-se, pois, urgente transformar a África de forma que sejam construídas sociedades mais democráticas, participativas, representativas, inclusivas, justas, desenvolvidas e pacíficas (Bembe, 2016, p. 4-5).

Dessa forma, após abordar alguns questionamentos e pontos relevantes, o trabalho busca construir, compreender e analisar o processo de regionalismo africano, pautando-se nos ideais dos movimentos, em especial o movimento pan-africano, e como foram forjados os princípios e as justificativas que culminaram na criação da Organização da Unidade Africana, e, posteriormente, na sua conversão para a União Africana.

Não obstante, o trabalho aborda os fenômenos do regionalismo e sua importância nas Relações Internacionais, descrevendo os fundamentos teóricos e o empirismo comparado, usado como base para a literatura clássica.

Partindo desses elementos, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta a dimensão dos estudos sobre o regionalismo e inicia a construção dos pensamentos

que alicerçaram o início do processo de regionalismo africano, apresentando as ideias e os princípios dos movimentos envolvidos; os intelectuais, atores e ativistas – tanto diaspóricos como africanos –; e os momentos preambulares do surgimento da Organização da Unidade Africana.

O segundo capítulo se volta à concretização do processo de regionalismo, abordando as ações da organização regional continental, seus sucessos e fracassos, sua estrutura institucional, e o comparativo com os objetivos buscado. Além disso, serão discutidos estudos teóricos sobre regionalismo e integração regional, sempre contextualizando com acontecimentos e marcos globais, visto que são elementos que justificam certas ocorrências e desdobramentos.

O terceiro e último capítulo apresenta o fim da Organização da Unidade Africana e sua conversão para a União Africana, abordando sua estrutura institucional; os novos objetivos e comparativos com sua predecessora; os desafios de um novo contexto global; e as perspectivas para o surgimento de uma nova organização regional a nível continental. Esse capítulo se encerra com a análise da construção do regionalismo africano, seu comparativo com os estudos teóricos do processo de regionalismo nas Relações Internacionais, bem como sua importância.

O trabalho utiliza a análise qualitativa para apresentar a literatura sobre os estudos de regionalismo, relacionando-a aos processos ocorridos no continente africano. Busca-se, nas obras dos personagens do movimento pan-africano e daqueles que influenciaram a construção dessa unidade e das organizações subsequentes, os desdobramentos ao longo da trajetória dessas instituições, apresentando o contexto histórico para a análise dos acontecimentos.

1 IDEIAS E CONSTRUÇÃO DO REGIONALISMO AFRICANO

Neste capítulo, aborda-se, de forma histórica, o percurso teórico e político que possibilitou o surgimento do integracionismo africano em bases regionais. Dessa forma, na primeira parte do capítulo, apresenta-se de forma sintética os principais conceitos que permeiam os debates sobre regionalismo nas Relações Internacionais e aponta-se alguns elementos que conferem à especificidade de pensar região e regionalismo no continente africano. Em seguida, reconstrói-se, de maneira histórica, o patrimônio de ideias que sustentaram a formação do primeiro mecanismo regional no continente, com destaque para o protagonismo de seus principais articuladores intelectuais e atores políticos.

1.1. REGIONALISMO E RELAÇÃO INTERNACIONAIS

Dentre os objetivos do trabalho, a construção da Organização da Unidade Africana – com a posterior conversão para a União Africana – é um dos pontos imprescindíveis a serem demonstrados, bem como o modo que no leque de eventos antecedentes e posteriores o processo de regionalismo é marco inerente e central.

Nesse aspecto, a origem desse processo de regionalismo deve ser discutida a partir da importância da temática para os estudos de Relações Internacionais, uma vez que o estudo não é exclusivo da cadeira, além de agregar conceitos e segmentos que justificam seus acontecimentos e que, inerentemente, perpassam por uma interdisciplinaridade.

Inicialmente, como expõe Marcelo de Almeida Medeiros (2021), os processos de regionalismo são fenômenos clássicos abordados por várias disciplinas que, de certo modo, buscam avaliar os fatores determinantes para o seu surgimento. Por conseguinte, complementa o autor, indiscutivelmente, dois elementos são primordiais nessa base estudo: o Estado e o Poder.

Entretanto, a discussão dos processos regionais, mesmo sendo de caráter interdisciplinar, aborda conceitos e elementos frequentes que são simultaneamente importantes para o estudo e para a avaliação dos acontecimentos, sendo os principais: a região, a regionalização, o regionalismo e a integração regional.

Na etimologia de região, palavra esta que, em teoria, desdobra-se nas demais terminologias e nos processos relacionados, tem como conceito os estudos geográficos em uma determinada porção de territorial que buscaria analisar a homogeneidade dos elementos naturais e humanos. Embora não se busque abordar os termos epistemológicos da palavra,

torna-se importante citar Yann Richard (2014), em seu trabalho “*Intégration régionale, régionalisation, régionalisme - Les Mot et les choses*”, no qual apresenta uma gama de conceitos retirados da disciplina de Geografia e outras relacionadas a mesma temática – como Economia e Relações Internacionais –, mostrando que a definição de região aplicada pela ONU corresponde a grandes frações do sistema mundo compostas de Estados contíguos.

Por obviedade, há divergências quanto ao significado, de modo que outras vertentes apontam respaldo em questões econômicas, assim como cita Richard (2014), mencionando o conceito apresentado por William Thompson (1973), em que a contiguidade espacial não é quesito necessário para o sentido de região, adentrando, assim, nos processos de regionalismos, como os acordos ultramarinos, e reconhecendo um viés econômico para formação.

Logo, a ideia de região transcenderia uma lógica apenas natural, mas também passaria a uma ideia de homogeneidade, sendo a região vista como um conjunto de elementos constitutivos que se parecem mais entre eles do que regiões vizinhas (regiões homogêneas); se distinguem em regiões com combinações particulares de características físicas e sociais (região geográfica); e, por fim, delimitam-se a ideia de um compartilhamento de competências políticas – região administrativa (Pinchemel, 1997).

Em relação à regionalização, Yann Richard (2014) expõe que ela corresponde à instituição, ou reforço, a nível regional, de uma representação de administração e ação de um determinado Estado, ou seja, é o processo de institucionalizar uma porção do espaço nacional e concentrar esse nível na implementação de políticas setoriais. Logo, regionalizar busca distinguir dois sentidos: dividir uma parcela do espaço nacional, de modo que essa delimitação tenha espaço homogêneo, e dar competência às instituições regionais formadas.

Dessa forma, pode-se observar que, conforme avança o processo de regionalismo, há uma transição de uma escala local-nacional para um âmbito mundial-global, ampliando as disciplinas que auxiliam na sua descrição. Nessa vertente, ainda referenciando a regionalização, seu enquadramento em uma escala intermediária se torna pertinente, uma vez que pode ser designada para concentrações regionais de intercâmbio entre países vizinhos com finalidades comerciais, fluxos migratórios e de outras naturezas. Como consequência, há o/a privilégio/prioridade da vizinhança regional em um ou mais domínios em relação a regiões mais afastadas (Richard, 2014).

Em uma interpretação mais clara, fazendo menção à teoria de regionalismo de Andrew Hurrell (1995), Medeiros (2021) descreve que a ideia de regionalização não necessariamente se vincula ou se baseia em uma política consciente do Estado ou de um grupo de Estados, de

modo que não se pressupõe em impacto direto nas relações entre Estados de uma região, nem coincide, necessariamente, com as fronteiras estatais. Nesse sentido, reafirma-se as significações anteriormente apresentadas, caracterizando a regionalização como um fenômeno autônomo que pode abarcar outras questões, como a migração e a interpenetração humana (Hurrell, 1995 *apud* Medeiros, 2021, p. 30).

Por sua vez, ao contrário do que se tem por definição de regionalização, o regionalismo não é processo espontâneo, mas sim uma ação consciente, planejada e estratégica. Além disso, em sua especificidade, a figura de ator individual ou de um coletivo, geralmente vinculada ao Estado, é primordial, pois implica uma cooperação política reforçada ou coordenada em um âmbito comercial ou político regional (Richard, 2014).

Em alinhamento com as definições, têm-se que o regionalismo abarca uma pluralidade de processos sociais, culturais, econômicos ou políticos que ocorrerem em razão de uma região – ou para uma região, ou através de uma região. Nesses processos, a gama de atores anteriormente mencionados produzem normas, e/ou concebem um tipo de ordem – como configurações de poder –, estando o regionalismo ligado à formação de identidades e ao surgimento de fronteiras (Santander, 2012 *apud* Souza, 2018).

Concisamente, o regionalismo pode ser descrito como um processo liderado pelos Estados para a construção e manutenção de instituições regionais formais e organizações, tendo em vista que esse processo pode ter como finalidade tanto a cooperação quanto a integração em diferentes dimensões (Börzel; Risse, 2016 *apud* Castillo; Menezes, 2021).

Yann Richard (2014) – com base em Paasi (2009); Tétard (2010) e Pasquin (2003) – enfatiza a possibilidade da existência de elementos políticos no processo de regionalismo, com o objetivo de conceder uma certa autonomia política ou econômica às instituições locais. Ainda, como já apresentado por outros autores, a valorização e a defesa das particularidades sociais, culturais e da identidade das regiões dentro de um Estado são pontos cruciais.

Nesse panorama, observa-se que a busca pela definição de região e pelas relações existentes entre os entes que nela se encontram evoluiu de um enfoque puramente geográfico para uma abordagem interdisciplinar e conceitual, descrevendo, assim, o processo de regionalismo.

Dentre as definições de regionalismo e uma das variedades teóricas criadas por Andrew Hurrell (1995, p. 37), está a integração regional que, segundo Rafael Mesquita (2019), pode ser entendida como decisões estatais específicas que visam a eliminação ou redução das barreiras ao intercâmbio de bens, serviços, capital e pessoas, abrangendo uma dimensão de integração econômica.

Yann Richard (2014) – com base em Balassa (1961), Ferrier (2002), Racine (1984) e Skinner (1977) – define o processo de regionalismo como a busca para alcançar um sistema distinto dos outros e ser percebido como tal. Para o sucesso desse objetivo, é necessário um preenchimento gradativo nas dimensões social, econômica, institucional, política, cultural e identitária, além de outras substâncias que compõem essa unidade.

Richard (2014) exemplifica que, a partir do controle estatal, a integração regional pode ser aplicada a conjuntos infraestatais, integração mesorregional e territórios transfronteiriços que cobrem total ou parcialmente dois países contíguos. Isso representa uma ascensão da escala do regionalismo e um aprofundamento das interações entre as unidades, incluindo fóruns regionais, áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns, uniões monetárias e uniões políticas.

Hurrell (1995) apresentou uma abordagem teórica que descreve a progressão do processo de regionalismo em cinco categorias: (i) Regionalização; (ii) Consciência e identidade regional; (iii) Cooperação regional interestatal; (iv) Integração Regional; e por fim (v) Coesão regional. Esses elementos se distinguem pela evolução e pelo nível de desenvolvimento e fortalecimento da construção do regionalismo em um espaço ou região específicos.

No entanto, antes de dar continuidade às conceituações teóricas do processo de regionalismo apresentadas por Hurrell (1995), é necessário compreender a base epistemológica dos estudos sobre regionalismo e a sua importância para as Relações Internacionais, bem como sua relação com as teorias da disciplina. Para isso, dois teóricos são fundamentais: Karl Deutsch e Ernst Haas.

Ambos os teóricos fundamentam suas considerações a partir do conceito de comunidade. Deutsch (1981 *apud* Medeiros, 2021) descreve a comunidade como um grupo de indivíduos, assim como o Estado, que estão unidos por uma importância mútua em seu comportamento para tomar decisões políticas. Com base nessa definição, Deutsch supõe que os processos de mudança podem ocorrer tanto de maneira pacífica quanto violenta para sua administração, podendo envolver mobilizações tanto entre os Estados quanto internamente dentro deles.

Deste modo, conforme a análise de Medeiros (2021) – quando cita Eberwein (1995) comentando a teoria de Deutsch – a possibilidade de a comunidade política resolver as problemáticas sociais sem a utilização de força física generalizada sugere a utilização de canais de diálogo consistentes. Logo, conclui-se que há um alinhamento entre o conceito de comunidade de segurança e a noção de integração, o que prevê um senso de comunidade e,

consequentemente, gera uma expectativa de mudanças pacíficas. Em resumo, a integração entre a comunidade política resulta em uma paz duradoura, com um poder decisório centralizado.

Por outro lado, Ernst Haas (2004, p. 05) restringe sua análise à forma política de comunidade, definindo-a como uma condição em que um grupo e certos indivíduos possuem mais lealdade às suas instituições políticas regionais em comparação com as autoridades políticas nacionais, observando isto em um período específico e em um espaço geográfico determinado. Com base nisso, para Haas (2004), existem três atores políticos preponderantes: grupos de interesse, partidos políticos e governos nacionais, os quais, segundo sua teoria, devem demonstrar comprometimento com a ação supranacional.

Comentando a teoria de Haas (2004), Marcelo de Almeida Medeiros (2021) ressalta que, ao contrário de Deutsch (1954), Haas baseia sua análise nas instituições políticas e não pressupõe a emergência de um Estado federal. Ainda, Medeiros (2021) complementa que, para Haas, a integração política é um processo que depende da percepção dos interesses e valores dos atores envolvidos. Nesse sentido, os atores políticos transferem sua lealdade e demais substâncias para um novo centro, cuja instituição possui superioridade ou jurisdição sobre os Estados já existentes. Como resultado desse processo político, forma-se uma nova comunidade política.

Atribuindo-se aos estudos de Relações Internacionais, é imperativo citar os pontos apresentados por Honório e Mesquita (2023) no livro “Regionalismo e Integração Regional: leituras latino-caribenhas”. Os autores expõem que os regionalismos são fenômenos históricos nas relações internacionais, respondendo a conjunturas políticas, econômicas e culturais da ordem internacional de cada época. Ainda, eles destacam que o regionalismo traz consigo o ideário de um projeto, uma intenção. Nesse contexto, o regionalismo diz respeito a um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários de uma sociedade de Estados. Os processos de regionalismo, portanto, reproduzem os efeitos e resultados de um trabalho, direto e indireto, de criação de comunidade ou grupo e formação identitária, por meio de compartilhamentos coletivos (Bull, 1977 *apud* Honório; Mesquita 2023, p. 21).

Assim, observa-se que a importância do regionalismo para as Relações Internacionais baseia-se na compreensão não apenas da formação de comunidades, mas também dos processos e dos desdobramentos que ocorrem ao longo do tempo. Nesse contexto, ao retornar à base teórica apresentada Andrew Hurrell (1995) sobre o processo de regionalismo, a afirmação de Honório e Mesquita (2023) de que os regionalismos são fenômenos complexos e multifacetados explicita a observância das mais diversas gamas para a construção e evolução

dos níveis do processo de regionalismo para que este seja conciso, resultando no entendimento de uma série de conceitos que direcionam o regionalismo como prática política no sistema internacional e no campo das teorias das Relações Internacionais.

Como já apresentado, a busca pela construção de uma identidade ou formação de um coletivo, a partir do grupamento de uma comunidade e/ou grupo político, é um ponto central no processo de regionalismo, uma vez que essa estratégia galgada pelos Estados evoluiu constantemente e culminou em sua vitrine no sistema internacional, servindo como forma de fortalecer uma região e demonstrar protagonismo diante dos desafios globais ao longo dos anos (Castillo; Menezes, 2021; Medeiros, 2021; Honório, 2023).

Nesse contexto, o estudo do regionalismo no âmbito das Relações Internacionais é fundamental para análise da prática organizacional na Política Internacional. Assim, é necessário observar, juntamente com o aspecto evolutivo dos processos de regionalismo, como eles se moldam e se integram à ordem internacional.

Nessa base, Honório e Mesquita (2023) versam que o conceito apresentado pelo teórico no que diz respeito a ordem internacional se concentra no padrão de atividade em que se baseiam os pontos primordiais de uma sociedade de Estado. Assim, ao se observar a cronologia histórica do regionalismo, é necessário analisar detalhadamente os conteúdos, temas, formatos e modelos de funcionamento das instituições, bem como o grau de comprometimento dos atores com as iniciativas regionais, visto que esses fatores variam ao longo do tempo.

Assim, ao explorar a conceituação do regionalismo e sua importância para as Relações Internacionais, Honório e Mesquita (2023), citando Schulz, Söderbaum e Öjendal (2001), destacam que o regionalismo advém de projetos políticos, que, embora não sejam necessariamente liderados pelos Estados ou limitados à participação deles, frequentemente envolvem um protagonismo deles nas estratégias e articulações para a construção das regiões. Além disso, a amplitude do processo de construção do regionalismo permite desdobrar e agregar vários subtipos de interação regional, ressaltando, assim, a formação multifacetária do conceito de regionalismo (Honório; Mesquita 2023).

Concentrando-se nos estudos das Relações Internacionais e focando exclusivamente no processo de regionalismo, é importante resgatar os termos citados no início deste capítulo: Região, Integração Regional, Regionalização e Regionalismo. Esses termos foram citados na busca de uma definição clara do léxico. Todavia, nesse momento, o enquadramento quanto as definições para os estudos das Relações Internacionais adentra uma nova vertente.

Inicialmente, em consonância com a discussão apresentada no começo do capítulo, a

falta de uma definição precisa e concisa para o termo “Região” também se reflete no campo das Relações Internacionais. Além da ausência de consenso sobre a definição, o termo é interpretado a partir de diferentes óticas, que vão desde a divisão geográfica e os estudos de segurança até a compreensão da região como uma construção econômica, uma política conjunta ou uma edificação social.

Partindo desses pressupostos, Honório e Mesquita (2023) explicitam as mudanças históricas nas definições de “Região”, as quais mudavam à medida que a Ordem Internacional se transformava. Todavia, entre os anos de 1960 e 1970, Região na Política Internacional tinha como função a organização geográfica. Na literatura de segurança e economia internacional da época, Região era frequentemente entendida como uma reprodução das divisões geográficas dos países no mesmo continente e subcontinente (Honório; Mesquita, 2023).

Denota-se que dentro do período das duas grandes guerras e parte da Guerra Fria, houve um enquadramento dos países, para as Relações Internacionais, nas suas questões geográficas, considerando como ponto cerne que a identidade política estaria interligada à geografia desses Estados, não levando em conta se havia objetivos e visões semelhantes entre eles. Isso resultava em uma limitação quanto à possibilidade de um país pertencer a mais de uma região (Powers; Goertz, 2011 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Esse entendimento começou a mudar com a análise dos debates de segurança internacional, que passaram a considerar que, em vez de focar exclusivamente no nível global, era necessário também compreender o nível regional, observando a segurança global de uma perspectiva mais abrangente (Buzan; Waever, 2003 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Nessa visão e conceituação de Região, observada sob a ótica da segurança internacional, Buzan e Waever (2003) preceituam que os graus de ameaça enfrentados pelos Estados podem ser influenciados por sua proximidade geográfica (uma ameaça maior) ou sua distância (uma ameaça menor). Esses parâmetros são analisados em comparação com uma compreensão global (Buzan; Waever, 2003 *apud* Honório; Mesquita, 2023). Isto resulta no protagonismo da Região, tornando-a um ator político no cenário global, sem necessariamente vincular a coalisão de Estados à limitação geográfica (Buzan; Waever, 2003 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Em razão disso, abre-se o debate acerca da Região e sua inserção no processo de regionalismo, inclusive frisando a conceituação por outros teóricos das Relações Internacionais. Por exemplo, Powers e Goertz (2011) afirmam que para que exista a Região é necessária a criação de instituições econômicas regionais, ampliando o conceito que,

anteriormente, era debatido apenas no âmbito de segurança global para incluir a economia internacional (Powers; Goertz, 2011 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Esse fundamento defendido pelos autores diz respeito ao surgimento da Região como ator político e geopolítico. Para eles, as regiões geográficas possuem pouca incidência na Política Internacional, uma vez que o oposto do que seria Região é o global (Powers; Goertz, 2011 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Ainda, dentre os debates para a definição e identificação de Região, Cantori e Spiegel (1970) elencam quatro componentes: (1) proximidade geográfica; (2) laços comuns (incluindo históricos, sociais, culturais, étnicos e linguísticos); (3) senso de identidade; e (4) interações internacionais (Cantori; Spiegel, 1970 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Portanto, das definições e debates apresentados, pode-se analisar que a Região não se restringe à definição geográfica para o processo de regionalismo nas Relações Internacionais, possuindo um papel marcante e se desdobrando em conceitos e identificações que permeiam entre o social e político, com a construção de um coletivo – que, inclusive, é pauta das categorizações posteriores aos estudos do regionalismo, adentrando-se ao que é imaginado por comunidade (Hurrell, 1995 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Na continuidade desses estudos, como forma de conhecer melhor as interações entres Estados – necessárias para o resultado positivo do processo de regionalismo – é necessário ir além da definição de “região” e explorar os diversos níveis envolvidos nesse processo. Assim, referindo-se à construção epistemológica do regionalismo apresentada por Hass e Deutsch, chega-se à categorização teorizada por Hurrell, que tem como condão a análise das etapas almejadas para que o resultado do processo de regionalismo seja, de certo modo, viabilizado.

Como mencionado, as categorias distinguem-se em cinco, sendo estas: (i) Regionalização; (ii) Consciência e identidade regional; (iii) Cooperação regional interestatal; (iv) Estados promovendo a Integração Regional; e (v) Coesão Regional (Hurrell, 1995)

Complementarmente a essas categorias, outras definições se tornam importantes para os estudos da área, de modo que a ausência de suas significações e relevâncias ao processo de regionalismo demonstrariam a deficiência no resultado da proposta da importância do fenômeno para as Relações Internacionais. Assim, dentre elas, a Integração Regional, a Integração econômica e a Governança Regional adentraram a temática.

A explicação dessas categorias não passará, necessariamente, pelo seu processo gradual para atingir o regionalismo em si, mas sim o grau de discussão e entendimento quanto acontecimento no contexto histórico e nos debates entre os teóricos e os analistas do assunto.

Disto isto, torna-se imprescindível abordar a Integração Regional, a qual, conforme

citado no início do capítulo, mas a devida ênfase quanto à sua importância para as Relações Internacionais, foi amplamente utilizada como sinônimo de regionalismo. Isso ocorreu porque a produção teórica e o empirismo referentes à aplicação do regionalismo, até o fim da Guerra Fria, giravam em torno da Integração Regional (Honório; Mesquita, 2023).

Todavia, ao se referir, novamente, ao conceito apresentado por Hass (2004), que associa a Integração Regional à ideia de Comunidade – na qual os atores políticos cedem sua lealdade para a construção e o surgimento de um novo ente jurisdicionado, havendo, assim, um formalismo e um comprometimento – percebe-se que essa visão destoa do conceito de regionalismo, em virtude de ele possuir uma “elasticidade” em seus processos (Hass, 2004; Mariano; Ribeiro, 2020 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Nessa perspectiva, no âmbito das Relações Internacionais e do processo de regionalismo, o formalismo seria uma modalidade que visa assegurar o comprometimento dos Estados – os principais atores e protagonistas do processo – com o avanço regional. Esse comprometimento resulta na formação de instituições em um nível supranacional, com autonomia para as ações de política regionais e com força e presença no cenário da Política Internacional, uma vez que há uma cessão de soberania entre seus integrantes para o surgimento de uma nova jurisdição (Hass, 2004; Mariano; Ribeiro, 2020 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Já em outro aspecto, e em continuidade com as categorizações, a Regionalização foi apresentada (em uma perspectiva ampla de conceito) como um meio intermediário, com fluxos setoriais (Richard, 2014 *apud* Medeiros, 2021). Partindo desde pressuposto e enquadrando-se no fenômeno do regionalismo para as Relações Internacionais, a Regionalização não possui o formalismo observado no conceito de Integração Regional. Em vez disso, insere-se em um processo natural de fluxos entre os Estados, sem a necessidade de uma política ou projeto específico para essa circulação, sendo atribuída a uma intensificação dos contatos entre as populações e sociedades (Honório; Mesquita, 2023).

Como consequência desse fluxo/contato, Honório e Mesquita (2023) apresentam exemplos de Regionalização, como as circulações econômicas realizadas entre empresas de diferentes Estados e os processos migratórios, que possibilitam intercâmbios turísticos, culturais e educacionais. Teoricamente, um alto nível de regionalização pode resultar em uma maior interdependência entre os envolvidos e no possível surgimento de um regionalismo.

Em alinhamento, ao categorizar outro elemento, a Cooperação Regional Interestatal é um ponto essencial no processo de regionalismo. Essa cooperação pode oscilar entre o envolvimento em ordens formais, com a criação de ferramentas regionais e a firmação de

acordos e tratados, e ordens informais, que se concentram em temáticas discutidas em fóruns e cúpulas (Honório; Mesquita, 2023).

Os arranjos ou regimes criados remontam ao protagonismo dos Estados na institucionalização dessas cooperações regionais, de modo que se concentra nesta questão uma ação coletiva que é latente à autoridade estatal e à transcendência dos limites territoriais para convergir em um único interesse determinado entre seus cooperados e confronto único em face os problemas da região (Mesquita, 2019; Hurrell, 1995 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Como consequência, e até mesmo como subtópico da Cooperação Regional Interestatal, a Integração Regional promovida pelo Estado é compreendida como um conjunto de decisões que buscam reduzir ou eliminar barreiras entre os Estados que compõem uma Região. Esse processo não se restringe apenas às questões econômicas, mas abrange uma pluralidade de dimensões, incluindo a circulação de pessoas, serviços, entre outros (Mesquita, 2019; Medeiros, 2021).

Dentre as ações voltadas à redução das barreiras entre os Estados, quando se objetiva atenuar os obstáculos comerciais entre estes atores, percebe-se a existência de uma Integração Econômica. sendo a primeira notada como iniciativa de sucesso, tendo em visto o modelo europeu, além de que por muito tempo ter sido considerada como a própria integração regional durante o que se considera como Velho Regionalismo (Honório; Mesquita 2023).

Nos estudos que circundam a temática, com base o processo europeu, foram teorizados níveis de progresso que culminam em uma integração econômica total, sendo estes: Zona de Livre Comércio (ZLC); União Aduaneira (UA); Mercado Comum (MC); União Econômica e Monetária (UEM); Integração Econômica Total (Balassa, 1961 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Todavia, apesar das diversas discussões e teorias sobre o processo de regionalismo, que incluem a redução de barreiras econômicas, processos formais e informais de institucionalização, entre outras decisões que visam a concentração do poder estatal em prol da Região para enfrentar problemas existentes, dois elementos imateriais se tornam fundamentais, segundo Hurrell (1995), para a construção desse regionalismo: a consciência e a identidade regional (Hurrell, 1995 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Dessa forma, pode-se atribuir que o conceito de consciência e identidade regional está vinculado a uma concepção cognitiva do regionalismo. As iniciativas destinadas ao sucesso dependem de um compartilhamento de ideias, visões e um senso de coletivo, que se originam em vieses históricos, culturais, linguísticos e sociais comuns, influenciados por fatores

internos ou até mesmo externos que se alinham em um sentimento de pertencimento a uma comunidade (Hurrell, 1995).

Assim, a combinação e articulação das categorias preceituadas por Hurrell (1995) culminam na Coesão Regional, que pode emergir de diversas esferas de instituições regionais – que abrangem uma variedade de temáticas – ou a partir de uma organização regional supranacional (Hurrell, 1995 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

O entendimento e a importância da coesão regional emergem de duas perspectivas principais: por um lado, no papel determinante da região em relação aos demais Estados e sua relevância no cenário global; por outro, na base organizacional política da região, que abrange uma pluralidade de questões. Essa base não só gera uma interdependência entre os protagonistas, mas também confere relevância às questões econômicas e políticas no contexto da Ordem Internacional (Hurrell, 1995 *apud* Honório; Mesquita, 2023).

Como um fechamento do processo de regionalismo, a Governança Regional parte do pressuposto de um conglomerado de interações comuns entre os atores participantes dessa integração. Existem variados níveis de interdependência, com uma diversidade de temáticas, e uma coalescência de pensamentos, ideias e visões que fortalecem o entendimento da governança em sua posição na ordem internacional. Assim, a unidade se torna impositiva em uma política concêntrica, na busca dos interesses regionais, o que pode levar a uma oposição ou alinhamento com a ordem internacional (Honório; Mesquita, 2023).

A imposição e contestação frente à ordem internacional podem surgir a partir de Governanças Regionais que englobam tanto aspectos materiais quanto imateriais. Como afirmam Honório e Mesquita (2023), essas governanças podem variar de níveis mais superficiais a intervenções mais profundas, permitindo que os atores regionais tenham força, presença e ação no cenário global.

Sintetizando, observa-se que a definição e o processo de regionalismo revelam uma ampla diversidade de facetas. A importância do estudo do regionalismo nas Relações Internacionais é evidente quando atores estatais buscam, através da convergência de ideias e visões, reforçar e destacar seus interesses no cenário global. Esse processo tem impactos significativos, especialmente no âmbito regional, ao congregar diversos atores.

Com base no que foi discutido, é essencial agora abordar o conceito de regionalismo no contexto específico deste trabalho: o surgimento do regionalismo no continente africano. Destacar-se-ão, desde já, as particularidades e diferenças no processo africano, que serão exploradas nas seções seguintes.

1.1.2 Elementos de partida para pensar região e regionalismos na África

Afunilando e convergindo para a temática cerne desta dissertação, o regionalismo africano teve sua formação propriamente dita com o surgimento da Organização da Unidade Africana (OUA). Essa entidade emergiu inicialmente como forma de luta do continente para alcançar a independência dos Estados africanos e promover o crescimento do continente após os anos exploratórios sofridos pela colonização.

Todavia, embora tenha-se um marco para esse surgimento, faz-se necessário buscar – levando-se em conta os elementos e as características outrora apresentados para a formação do processo de regionalismo – um antecedente histórico para o continente. Isso envolve uma análise breve das questões marcantes que inseriram a África nas relações e discussões globais ao longo do tempo. Além disso, é importante entender como esses fatores históricos e políticos contribuíram para o surgimento da OUA e, posteriormente, da União Africana (UA).

De início, é importante mencionar que essa contextualização iniciará em um período antecedente às discussões acerca do Regionalismo e seus processos, mas justifica-se tal elasticidade temporal uma vez que, dentre os elementos cruciais para os processos de regionalismo, são as interações entre os Estados/atores que permeiam o processo. Para isso, é necessário explorar a história, a cultura, a língua e demais pontos que, com o passar dos anos, auxiliaram na projeção do bloco continental, bem como ajudaram a conceituar o que é atualmente o integracionismo africano. Esse conceito é o foco e o objetivo principal deste trabalho.

Após este breve preâmbulo, torna-se essencial instigar a construção do imaginário acerca da África, uma vez que o continente é constituído por mais de oitocentos grupos étnicos – com sua linguagem e cultura próprias – que estão distribuídos de maneira irregular no continente (Visentini, 2013).

A justificativa para essa distribuição está relacionada ao surgimento das primeiras civilizações do continente, bem como aos acontecimentos históricos que circundam a posição da África. Por exemplo, as localidades com um comércio mais intenso de especiarias resultaram em uma maior densidade populacional, assim como áreas com um significativo fluxo de tráfico de escravos.

No entanto, desde os primórdios, tanto a região norte-africana quanto a leste-africana teve uma presença e um contato direto com o resto do mundo. Isso se reflete nos avanços e eventos principais ao longo da história, demonstrando que a África, embora não fosse o centro, esteve inserida entre os registros marcantes do passado. Esse ponto é bem destacado

pelo pesquisador Cheikh Anta Diop em suas obras, especialmente em *The African Origin of Civilization* (1974).

Dessa forma, remetendo-se à distribuição do continente, as regiões às margens do Rio Nilo apresentam uma maior densidade populacional. Além disso, outras localidades também possuem particularidades, como ao extremo norte da África (região suprasaariana), região dos Grandes Lagos, e as regiões meridionais e costeiras (Visentini, 2013).

Essa disposição também reflete o resultado das interações com os povos e civilizações de outras localidades, como é o caso da cultura árabe e a religião mulçumana que predominam e cada vez mais se espalham, pelo continente. Além disso, a chegada dos colonizadores e o impacto do imperialismo europeu tiveram efeitos significativos. Esses movimentos repercutiram na diversidade dos povos que habitam o continente, com a incidência de povos caucasoides – como os berberes e árabes –, povos negroides, khoisan, pigmeus e brancos de origem europeia, conforme descrito por Visentini (2013).

Por razão dessa pluralidade étnica, as línguas não se distanciam das variações. Os aproximadamente oitocentos grupos étnicos que habitam o continente possuem suas próprias línguas. Em um contexto geral, são faladas mais de mil línguas na África, divididas em quatro famílias: afro-asiáticas, khoisan, nígero-congolesas e Nilo-saarianas (Visentini, 2013).

Visentini (2013) destaca que, além dessas divisões linguísticas que circundam o continente, também há línguas não africanas, como a malgaxe (língua austronésia) e o afrikaaner. Por fim, mas não menos importante, Visentini (2013) assinala que a grande maioria dos países africanos adotou uma língua europeia como língua oficial e que as línguas mais faladas no continente são o árabe, o suaíle e o hausa.

As variações linguísticas, mescladas com as difusões religiosas na África – que incluem tanto as tradições de cada grupo étnico quanto as religiões monoteístas que se espalharam pelo continente, como o islamismo e o cristianismo – também refletem nas ações e relações políticas que os Estados posteriormente reproduzem e alinham-se entre si. Nessa observação, a religião, especialmente as monoteístas, acaba por ter uma incidência particular.

Ao contrário da propagação do cristianismo no continente africano, que se deu com a chegada de exploradores e colonizadores europeus, resultando também em esforços para converter a população local, o islamismo se insere e difunde a partir de africanos que trazem do contato com o Oriente Médio o seu fundamentalismo. Esse processo foi geralmente mais pacífico em alguns segmentos, mas também envolveu métodos forçados e armados em outros (Visentini, 2013).

Além disso, a junção desses elementos oferece um entendimento dos grupamentos que

existiam e ainda existem de maneira mais tradicional dentro dos Estados atuais no continente. Ou seja, as civilizações africanas e os Estados antigos constituíram o que é denominado nos estudos antropológicos como tribalismo.

Apesar da importância do tema, este texto não se aprofundará na discussão acerca da denominação, uma vez que os termos “tribo” e “tribalismo” frequentemente carregam conotações pejorativas e desdenhosas para descrever povos originários com suas crenças, culturas e línguas. Muitas vezes, esses termos distorcem a imagem dos grupos étnicos como sujeitos e protagonistas políticos (Mafeje, 1963 *apud* Martins, 2020).

Todavia, para tornar a temática dos antecedentes cruciais para a formação do integracionismo africano mais explicativa, o tribalismo pode ser observado como um exemplo da construção do processo de regionalismo africano. As formações políticas antigas do continente, organizadas antes da colonização, compartilhavam um contexto histórico comum que incluía fluxos comerciais que atravessavam o continente, o tráfico de pessoas e questões culturais que as primeiras civilizações africanas mantinham tanto com localidades intra quanto extracontinentais.

Dessa forma, observa-se que, apesar de não haver estudos, naquela época, sobre os processos de regionalismo, o continente africano já estava inserido na corrente dos eventos globais, agindo de maneira marcante nas movimentações regionais domésticas, continentais e globais. Pode-se afirmar, então, que as interações “regionais” existiam antes da codificação formal do fenômeno nas Relações Internacionais, conforme os enquadramentos do Estado-nação europeu e o próprio empirismo do regionalismo eurocentrado a partir de 1950.

No entanto, apesar da importância dessa diversidade, é nítido que o continente não formava uma unidade/unicidade. A identidade africana, ou a identidade do indivíduo pertencente ao continente, não era uma questão forjada. É nas oscilações históricas marcantes que as grandes navegações surgem como ponto de transformação do pensamento, com a disseminação do desbravamento europeu e imposição do imperialismo e sua forma de organização política, como ocorreu no continente africano e em outros territórios que foram colonizados.

Cumprir destacar que essa passagem é crucial para o surgimento da categorização de etnias, uma vez que, durante o período de expansão das navegações, vários meios foram utilizados para justificar o domínio sobre os povos africanos, além da exploração em massa do tráfico negreiro (Kendi, 2017).

Logo, a ascensão do imperialismo ocorreu em detrimento dos povos colonizados.

Como consequência, as origens comuns entre os grupamentos étnicos que povoavam o continente africano podem ser vistas como uma forma embrionária de integracionismo africano. Isso se reflete na existência de Reinos e Estados antigos que surgiram a partir de processos de integração regional.

O ressurgimento de um pensamento integrador inicia sua roupagem anos após a Conferência de Berlim (1885), juntando elementos de discussões sociais (inicialmente), como os atores diaspóricos, até a conversão e recentralização no continente africano nas lutas pela independência.

Dessa forma, a partir da próxima seção, será abordado o percurso das ideias que sustentaram o surgimento do regionalismo africanismo, destacando a importância dos processos políticos endógenos do continente para o próprio significado de região e de uma consciência regional, nos termos de Hurrel (1995).

1.2 DO PAN-AFRICANISMO ÀS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

O período do século XIX ao início do século XX foi marcado por mudanças e acontecimentos históricos significativos para o mundo, como a Revolução Haitiana (1804) e constantes guerras ao redor do mundo, como as Guerras Napoleônicas (1803), a Unificação da Alemanha (1871) e a Conferência de Berlim (1884). Além disso, foram marcantes os avanços científicos e as teorias expressivas, como a Teoria da Evolução de Darwin (1859) e a Teoria Psicanalítica de Sigmund Freud (1896). Concomitantemente, o período é marcado pelo tráfico humano intenso entre os países europeus e suas colônias, com o Oceano Atlântico sendo o principal meio para esse tráfico escravagista.

A retirada forçada de negros africanos de seus territórios para a utilização de mão de obra escrava nas grandes plantações de monocultura da época, aliada à invasão gradativa e predatória dos Estados Imperiais da época nos territórios africanos com o objetivo de extração incisiva, resultou na fragmentação do continente africano, assim como, na subalternização dos negros – sejam eles africanos, sejam afrodescendentes – perante o homem branco.

Os desdobramentos dessas ações geraram segregações étnico-raciais nas Américas, balcanização dos Estados africanos e a origem de “Teorias científicas” – a partir da Teoria da Evolução – que justificavam a inferioridade do homem negro e a necessidade de civilizá-lo, escancarando fatos posteriores como a Conferência de Berlim⁴.

⁴ A Conferência de Berlim foi uma convocação dos países europeus realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, com o objetivo de estabelecer limites territoriais das áreas existentes em África, delimitadas

Em meio às turbulentas e constantes ações de inferiorização do continente africano e dos negros africanos e afrodescendentes, o movimento Pan-africano obteve sua marca inicial, e original, na luta de ativistas negros em prol da valorização da coletividade étnico-racial, buscando construir uma visão positivista e internacional relacionada à comunidade negra (Barbosa, 2012).

Todavia, embora haja um entendimento intrínseco acerca do movimento, cumpre destacar – a partir de um viés semântico – que a ideologia surgiu de uma origem anglófona americana, tendo, por conseguinte, uma conexão similar com os movimentos Pan-eslavismo e Pangermanismo. A denominação surgiu conforme o desenvolvimento dos pensadores e intelectuais do movimento. Importa mencionar que a primeira reunião Pan-africana foi denominada “Conferência dos povos de cor” e coordenada por Henry Silvester Williams, em 1900.

Neste liame, os fatores que convergiram para a conceituação da aglutinação e valorização do continente africano incluíram o combate ao tráfico escravista, os problemas resultantes da segregação racial enfrentada pelos negros afro-americanos – segregação que lhes tolheu direitos – e os conflitos existentes nas ilhas do Caribe (Harris, 2010; James, 2012).

Logo, como expressa Barbosa (2012), a primeira geração, embrionária, de ativistas que construiu o movimento – datando da segunda metade do século XIX – era composta por intelectuais ocidentais, dotados de cunhos modernos advindos de áreas universitárias, literárias, religiosas – como a Igreja Protestante – e das incipientes imprensas negras da época.

Neste interim, com a disseminação dos ideais e a busca da formação e “recriação” da identidade negra, vários outros fundamentos se tornaram basilares e engajadores do movimento Pan-africanista, como o movimento cultural e literário da Negritude e o estudo das raízes e da história africana, advindos do afrocentrismo, constituindo, por consequência, fortes implicações ideológicas, políticas e no desenvolvimento do ser negro.

As vertentes de pensamentos desenvolvidas pelos intelectuais nas fases iniciais do movimento, embora apresentassem personagens não africanos, buscavam entrelaçar no discurso o ideal de liberdade e integração, mesmo que a forma e o desenvolvimento desses auspícios acarretassem outras formas de dependências.

A título de exemplo, tem-se o pastor estadunidense Alexander Crummell (1819-1898),

pelas então metrópoles coloniais. O intuito da conferência era estabelecer regras de liberdade de comércio, impor as dominações dos Estados europeus nas áreas delimitadas no continente africano, seja para extração, exploração, expedição e demais fins que se desdobraram ao longo do período colonial (Visentini, 2013).

considerado por muitos como pai do nacionalismo africano (Appiah, 1997). Em suas alocações, Crummell destacou a forma unitária que o continente africano representa para os negros, assim como outras localidades desempenham o mesmo papel para outras etnias.

Esse primeiro pensamento de unicidade do continente, no contexto do movimento Pan-africano, não se concretizava da forma que vemos atualmente. O discurso de Crummell era profundamente enraizado em pregações religiosas do cristianismo e na ideia de uma união africana voltada para o "melhoramento da raça negra" (Barbosa, 2012). Além disso, havia um nítido distanciamento entre os negros norte-americanos e os africanos. Crummell propunha que os negros estadunidenses deveriam guiar os africanos em direção à civilização, incluindo a formação de uma língua única, que seria submetida à língua inglesa (Appiah, 1997; Barbosa, 2012).

Logo, o pensamento de Crummell sobre a superioridade da língua inglesa em relação aos dialetos das populações nativas africanas era claramente evidente. Essa superioridade, como expressa Appiah (1997), estava estritamente ligada à sua formação pastoral e à sua ligação direta com a religião.

O primeiro pensamento sobre a unicidade e, pode-se dizer, a pseudo-integração africana ainda era marcado por uma forte dependência de agentes externos ao continente e, além disso, não partiu de um ator/personagem africano, embora Crummell tenha sido "liberiano por adoção".

As questões centrais do colonialismo interno vivenciadas pelos afro-americanos, assim como as problemáticas do colonialismo externo na África, tornaram-se pontos de forte discussão e relevância entre os intelectuais pan-africanos. Portanto, não era surpreendente que o pensamento e a pregação de Crummell refletissem essa dualidade. Enquanto ele buscava um continente governado por negros, paradoxalmente ainda via a necessidade de os Estados europeus dirigirem os destinos do continente, assim como a importância da religiosidade ocidental.

Esses pensamentos foram alimentados pelo surgimento da Libéria, que, assim como outros países colonizados, perpetuou muitos dos traços deixados pelos colonizadores. A Libéria, de certa forma, seguiu a tendência de imitar os caminhos de "sucesso" e desenvolvimento dos colonizadores.

A discussões mais firmes quanto à superioridade no modelo de desenvolvimento branco/europeu emergiram em momentos posteriores. Essas discussões se aprofundaram com o movimento pan-africano e outras vertentes que questionaram ainda mais o combate ao colonialismo, tanto externo quanto interno, assim como a necessidade de dar voz aos

intelectuais africanos antes e depois da década da independência dos países africanos.

O intento de Crummell se baseava em uma formação étnica, uma unidade negra, de extrema importância para a época – fim do século XIX – em razão das mudanças e dos critérios utilizados para distinções étnicas, usadas em diversas teses biológicas racistas, como as características do “homem delinquente”, por Cesare Lambroso (1876); e as características associadas às localidades dos indivíduos, como o branco “nórdico” com seu crânio alongado, dolicocefalo, ou o “negro” e “amarelo”, com seus crânios arredondados e braquicefalos (Munanga, 1988).

Além disto, conforme Kwame Appiah (1997), as doutrinas distintas, envoltas no século XIX, associadas ao termo “racismo” – que o autor define como “racialismo” – contribuíram para a definição de “raça do homem” e para a interpretação das características morfológicas visíveis. Essas doutrinas tornaram-se centrais na tentativa do desenvolvimento científico racial, culminado também no despertar de crenças que não tinham interesse nas teorias científicas de igual modo.

A unicidade africana apenas será construída tempos depois dos primeiros pensamentos de integração, cooperativismo negro e ideia de autogoverno africano. Isso ocorreu por diversos motivos, dentre eles: a realidade existente do mundo daquele período, com o surgimento de teorias científicas da inferioridade do negro; o avanço predatório dos Estados Imperiais perante os territórios africanos; e, principalmente, a ausência de uma identidade africana.

Nesse ponto, a criação de um nacionalismo africano continental e o sentimento de pertencimento dos negros ao continente foram buscados pelos ativistas pan-africanos. Eles acreditavam que essa abordagem era a correta, mesmo estando enraizada de conceitos colonialistas, até mesmo com alguns justificando as ações dos Estados colonizadores com a ideia de que a evolução e a civilização eram necessárias para o continente.

Assim, os esforços para formar uma união africana estavam diretamente ligados à concepção e criação de uma identidade para o continente. Os ideais anteriormente apresentados pelos intelectuais se materializaram em projetos concretos, como expõe Maria Carrilho (1975). Destacam-se, entre esses projetos, a Confederação de Mali (1959), que ocorreu antes das independências africanas, e os planos de Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, que visavam a criação de uma federação de comércio conjunta para os países francófonos da África.

A construção de uma unidade continental e integracionista não foi definitivamente idealizada como um todo nem apresentada de forma abrangente antes da década das

independências africanas. Contudo, certos elementos e trechos foram estruturantes para criação dos discursos de cada período a ser abordado, considerando o contexto e o estágio em que se encontravam os Estados e o continente africano na época.

Da mesma geração de Crummell, James Africanus Beale Horton (1835-1883) perpetuou a capacidade dos próprios africanos tecerem sua história, acrescentando a capacidade da constituição de uma nação autogovernada, mas sem rechaçar ou dispensar o apoio das nações e dos estados ocidentais (Barbosa, 2012). A formação e criação desse autogoverno, embora sustentada por defensores eloquentes pan-africanistas, era baseada em modelos de instituições europeias e americanas, que serviram de base para esse intento de regeneração do continente africano (Davidson, 1992).

A formação de autogoverno, juntamente com a unicidade/união africana proposta por Crummell, também foram influências importantes em Horton, que, dentre outros exemplos, objetivava desenvolver entre os africanos ocidentais um verdadeiro de conhecimento político e de governança. Seu objetivo era provar a capacidade de os africanos gerirem seus territórios de maneira política e nacionalmente independente (Adi; Sherwood, 2003; Adi, 2020;).

Logo, a emergência dos pensamentos voltados para a ruptura do sistema colonial — especialmente o colonialismo externo, que era uma questão central para o continente africano — começou a ganhar forma e impulso. Inicialmente, devido aos combates necessários para a obtenção de direitos civis na América, aos conflitos nas ilhas do Caribe e ao domínio colonial persistente sobre a África Subsaariana, os atores diaspóricos tornaram-se os primeiros propulsores da luta contra o sistema existente. Assim, a partir da formação da identidade negra, surgiu a busca por um nacionalismo africano e pela unicidade do continente.

Hakim Adi (2020) aponta a imperiosidade da emergência desses atores no século XIX, tendo em vista a imagem racista escrachada atribuída à África, descrita como insignificante na história mundial. Esse ponto é infamemente resumido nas palavras de Hegel (1830), que afirmou que a África “não era parte histórica do mundo”, e que “não havia movimento ou desenvolvimento para exibir”.

Nesse contexto de escárnio, as provações buscadas necessitavam da consolidação em vertentes que não apenas poderiam coexistir em integração e liberdade, mas também da formação da personalidade e solidariedade, que enfrentasse os reflexos antecedentes do tráfico transatlântico, os conflitos entre estados colonizadores e potências imperiais pelo domínio das localidades africanas, culminando na famigerada partilha durante a Conferência de Berlim (1885). Além disso, era necessário combater as alegações de inexistência de história africana e do continente, assim como aspirar uma coalisão entre os Estados africanos

para combater, já contemporaneamente, as consequências da globalização (Barbosa, 2016; Adi, 2020).

Assim, a formação da União Africana se tornou um fruto dos desdobramentos e planos consequentes do movimento pan-africano. Esse movimento, que evoluiu por meio de diversos segmentos de pensamento dos atores diaspóricos – como já foram discutidos e serão apresentados outros –, culminou na consolidação de correntes que fortaleceram e moldaram o surgimento do bloco (Adi; Sherwood, 2003).

1.2.1 Pan-africanismos

1.2.1.1 Edward Blyden & W. E. B. Dubois - a resistência e conceito do “ser negro”

Associado à segunda geração do movimento pan-africano e voltado ao fomento do culturalismo africano, Edward Wilmont Blyden (1832-1912) pode ser considerado um dos mais célebres defensores da autogovernança africana. Ele fundamentava que deveria existir igualdade entre africanos e afrodescendentes, visto que ambos fazem parte da *personalidade africana* (Barbosa, 2012).

Essa denominação, inclusive, tornou-se forte expoente difundido por Kwame Nkrumah nos umbrais da independência de Gana (1957), assim como na busca de um projeto mais amplo de unidade, sendo extremamente disseminado no movimento pan-africano nas zonas anglófonas (Durão, 2018).

A influência de Blyden na construção dessa “personalidade africana” deu voz ao surgimento de movimentos de formação da identidade e regeneração do continente – com a conceituação posterior de *négritude* entre autores francófonos, por exemplo –, bem como ao surgimento da referência da África para homem negro, mostrando que não havia um povo sem história, mas uma civilização com costumes, moralidade e espiritualidade (Carrilho, 1975; Mudimbe, 2013).

Por sua formação e enraizamento religioso, Blyden apresentou reflexões influenciadas pelos pensamentos missionários de civilização da África, pregando a regeneração partida da cultura. No entanto, Patrícia Teixeira Santos (2002) aponta que o caminho de religiosos e missionários convergem entre a colonização e a cristianização, tornando-se pensamentos correlatos.

Nesta seara, segundo Jean-Loup Amselle (2001), Blyden, como religioso inserido no

pensamento missionário, apesar das dificuldades em se posicionar de forma científica e ao combinar suas crenças pessoais, apresentou vários estereótipos para a caracterização da África e dos africanos. Ele não teceu críticas à colonização e seus fundamentos, mas defendeu o espaço africano para os negros.

Essa reivindicação, inclusive, com o projeto de “africanizar” a África, torna-se uma das etapas necessárias e iniciais para a formação de um Estado único na África Ocidental subsaariana, ou seja, a ideia de surgimento de uma unidade africana ocidental (Barbosa, 2012).

Os auspícios buscados por Blyden projetavam uma inserção das tradições africanas na “modernidade”. Conforme transcreve o professor Valentin-Yves Mudimbe (2013), para Blyden, a adoção da língua inglesa na educação de jovens e adultos liberianos, bem como de outros que viessem a pertencer ao Estado único da África Ocidental subsaariana, garantiria a presença de afro-americanos e antilhanos no continente africano, convergindo assim o local de encontro do “ser negro” e possibilitando o protagonismo dos negros no continente. Além disso, Blyden associava sua teoria acerca da colonização e do desenvolvimento do continente pelo homem negro, afirmando que o “direcionamento europeu para a África era causa de civilização e evolução”, e que deveria proporcionar a abertura para o desenvolvimento da ação do homem negro.

Nitidamente, e de forma compreensível, havia um compromisso de Blyden com a estrutura imperial, tanto por sua formação quanto pela dificuldade em perpetuar um discurso crítico e científico que pudesse confrontar e destoar dos acontecimentos da época.

No entanto, Blyden procurou remodelar as gamas impostas pelo avanço colonial no continente africano — que se manifestavam nas vertentes religiosas (missionários), militares (lutas armadas dos impérios coloniais contra suas colônias) e governamentais (lideranças não-brancas nas então colônias africanas) — com o objetivo de formar uma africanidade continental. Ele buscava criar um sentimento nacional, mesmo que de cunho racista, que culminasse em um futuro Estado unitário.

Nessa linha de pensamento, como cita o professor Muryatan Santana Barbosa (2020), a criação da “personalidade africana” torna-se um marco para um posterior sentimento nacionalista africano. Isso porque, apesar das lutas coloniais, não havia um sentimento de pertencimento dos africanos pelo seu continente; em vez disso, reinos e soberanos buscavam defender seus territórios das imposições coloniais, resultando na fragmentação desses reinos.

Para Blyden e alguns ativistas pan-africanos da época, o caminho para o progresso deveria partir das próprias instituições africanas, desde que houvesse auxílios externos.

Assim, havia a necessidade de uma coalisão entre política e religião, sendo uma das diversidades de ativismo o "Etiopismo", que emergia como um nacionalismo político e cultural, alinhado a uma primazia religiosa (Barbosa, 2020).

Logo, com base neste ponto, a defesa de um autogoverno local — que, para Blyden, deveria iniciar na Libéria e em Serra Leoa, expandindo-se até englobar toda a África Ocidental — representava uma evolução gradativa para a construção de uma unidade africana a partir da "personalidade africana" (Amselle, 2001; Mudimbe, 2013; Barbosa, 2020).

A criação de uma unidade africana ocidental por Blyden, embora distante do que hoje caracteriza a União Africana, destaca-se como um dos pontos cruciais para o desenvolvimento de um Estado único. Mesmo que a proposta inicial tenha sido voltada para a região ocidental do continente, o desenvolvimento dessa unidade, conforme os moldes da época e a realidade vivida, exigia reescrever a posição e os caminhos do povo negro, apresentando sua importância, empoderamento e valorização, e possibilitando seu protagonismo na história.

Com similaridade a Edward Blyden na construção de uma crítica às tradições ocidentais e contribuição para a comunidade negra, William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) foi um dos principais atores pan-africanos, destacando-se como emblemático, organizador e pragmático.

Embora sua escrita fosse mais voltada para o negro norte-americano e tivesse uma essência mais cultural em seu diálogo, Du Bois deu continuidade ao trabalho político iniciado por Henry Sylvester Williams (1869-1911) — organizador do primeiro Congresso Pan-Africano, realizado em Londres no ano de 1900 (Barbosa, 2012).

O ativismo político de Du Bois visava ampliar o tão famigerado "sonho americano" para os negros, com o objetivo de aumentar a participação dos afro-americanos na sociedade americana e superar sua condição de "segunda classe" (Durão, 2018).

Entretanto, embora suas intenções fossem mais direcionadas aos negros norte-americanos, a essência cultural da hereditariedade africana, combinada com a possibilidade de cooperativismo negro — incluindo a defesa das independências nacionais africanas e a luta por melhores condições de vida para os negros na América — inspirou a formação e continuidade de muitos intelectuais africanos, como Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta, durante os movimentos de independência e na posterior formação da Organização da Unidade Africana.

Nesse sentido, de uma forma mais literária, Barbosa (2012) apresenta que a postulação da essência cultural de Du Bois, apesar de contrastar com a lógica materialista e temporal civilizatória do Ocidente, deveria ser vista com orgulho negro, devido à originalidade e à

criatividade que foram perdidas para o Ocidente.

Assim, esse pan-africanismo cultural não apenas se voltava para a formação de uma identidade, mas, de forma cultural, buscava retomar a hereditariedade das origens negras que se perderam ao longo dos anos, dissociando-se e combatendo o complexo de inferioridade que pairava. Além disto, sendo peça chave na organização dos encontros pan-africanos, sucedendo Williams, tornou-se um dos iniciadores de um movimento político no Pan-Africanismo, abrangendo as ideias.

A manutenção da vontade do movimento, perseguida por Du Bois, foi idealizada nos congressos organizados — Londres, Paris e Bruxelas, 1919; Londres e Lisboa, 1921; Nova York, 1927; Manchester, 1945. No entanto, a representatividade dos representantes africanos era escassa, e os apelos não atendidos pelas grandes potências para a salvaguarda dos direitos dos negros nas colônias não apenas demonstravam uma ausência de uma estratégia clara que possibilitasse a luta dos africanos por seus direitos, como evidenciavam a necessidade de definir um objetivo (Adi, 2020).

Conforme Hakim Adi (2020) expõe, a conferência de Hamburgo vislumbrou uma nova abordagem para a central problemática do continente africano, a partir de uma ideologia marxista. Isso abriu margem para a luta anticolonial, que não era adotada nas colônias devido à sua natureza subdesenvolvida e às medidas opressoras tomadas pelas autoridades coloniais.

Com essas abordagens e estratégias, entre 1930 e 1945 houve uma ampla divulgação do movimento pan-africano entre autores diaspóricos fora do continente africano e entre atores africanos que posteriormente se tornaram peças-chave na produção anticolonial continental e em seus próprios países, como Jomo Kenyatta, com ênfase na libertação do continente do domínio colonial (Davidson, 1992).

Embora não haja um conceito central que possa definir Du Bois, ele era considerado o mentor intelectual de grande parte do movimento pan-africano. Juntamente com outros autores como Crummell, Du Bois ajudou a construir um pensamento crítico em relação às produções científicas que promoviam a inferioridade dos não-brancos e justificavam a necessidade de amparo europeu para a civilização. Nesse contexto, a visibilidade e a constatação de que os negros estavam à margem dos sistemas hegemônicos de construção do saber tornaram-se revolucionárias para o período, possibilitando o surgimento de discussões sobre as diversas divisões na formação de uma identidade (Kaly, 2007; James, 2012).

1.3 A DISSEMINAÇÃO DO PENSAMENTO NEGRO - DA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE À CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE

O marco usual apresentado nas literaturas educacionais indica que a divisão do continente africano ocorreu na Conferência de Berlim (1885), onde governantes imperiais europeus retalharam o continente e criaram as fronteiras que hoje se observa. No entanto, essa narrativa simplifica excessivamente a história dos acontecimentos na África, ignorando os processos de desgaste e conflitos contínuos que ocorreram no próprio continente devido à atuação desses mesmos europeus (Barbosa, 2020).

Neste contexto, há um certo esquecimento das resistências dos líderes⁵ das aldeias e localidades. Embora esses líderes não tenham desenvolvido um nacionalismo continental, eles buscaram a manutenção de seus territórios frente ao avanço religioso, militar e extrativista dos Estados Imperiais.

Assim, a resistência apresentada no período pré-colonial, juntamente com a construção histórica do continente e a necessidade de reconstrução da identidade africana, torna-se essencial na formação da personalidade africana, assim como nos movimentos cruciais e fundacionais, como a negritude e a busca por uma unicidade africana.

O continente africano e suas comunidades, frequentemente consideradas “imaginadas” e desdobradas em questões utópicas e fantasiosas, bem como em um viés exótico do indivíduo bárbaro e não colonizado – evidenciando uma predileção pelo novo – acabavam por marcar uma imagem de um continente dominado pela tradição e essencialmente cultural (Barbosa, 2012).

Embora o trabalho de pensadores, ativistas e intelectuais diaspóricos visasse recriar uma essência negra e africana, essa tentativa estava calcada na regeneração da raça negra, buscando colocar negros e afrodescendentes no centro do que seria o continente africano – uma “reafricanização”.

Neste contexto, conforme detalha Barbosa (2020), destacam-se os ideais de Marcus Garvey, que defendia a unificação e o empoderamento dos afrodescendentes, incentivando seu retorno ao continente para possibilitar seu ressurgimento com o movimento "Back to Africa". Da mesma forma, Blyden propôs um projeto de autogoverno africano, que, na época, abarcaria a região da África Ocidental.

Os pensamentos sobre a construção de uma unidade africana a partir de uma personalidade reconstruída encontravam dificuldades e mostravam-se desconexos pelos

⁵ Do sul africano à região do Magreb.

fundamentos apresentados pelos autores. Para Blyden, seu discurso baseava-se no apoio – mesmo que temporário – dos governos imperiais. Da mesma forma, para Garvey, havia a necessidade de apoio imperial para garantir o retorno dos afrodescendentes às suas origens. Assim, o desenvolvimento dos pensamentos e manifestos refletia um racionalismo, com a África sendo considerada o lar da raça negra, inclinando-se mais para um “pan-negrismo” e posicionando o continente africano como o ponto de convergência para negros fugindo das antagonias à raça negra (Durão, 2018; Barbosa, 2020).

Todavia, com o surgimento de novos ativistas e intelectuais do movimento pan-africano, como George Padmore e Du Bois, e o desenvolvimento de um ideal de nacionalismo africano já plantado anteriormente, o V Congresso Pan-Africano de Manchester, ocorrido na Inglaterra em 1945, tornou-se uma sequência importante do marco do movimento pan-africano e do pensamento voltado para a África. O congresso contou com a presença majoritária de africanos e traçou um objetivo comum para o ativismo pan-africanista: a descolonização da África (Durão, 2018; Barbosa, 2020).

Essa coalisão foi crucial tanto para a consolidação do movimento pan-africano político, pragmático e anglófono, quanto para o pan-africanismo cultural, com tradição francófona, visto que ambas contribuíram para os levantes e desdobramentos da grande década da independência africana (Durão, 2018; Adi, 2020; Barbosa, 2020).

O ideário da África sem civilização e bárbara contribuía para um exotismo do negro e do continente, apresentando-o como algo novo e marcado por um tradicionalismo e diferencial cultural. No entanto, como já expresse, buscou-se desenvolver um sentido de “internacionalismo negro”. As ideias pregadas por Blyden e Garvey, em torno de um pertencimento comum da raça negra, tornaram-se fundamentais para a perpetuação de um culturalismo negro voltado ao continente africano (Sharpley-Whiting, 2002).

Neste intuito, a professora Tracy Denean Sharpley-Whiting (2002) expõe que o viés de disseminação cultural africana pelo movimento pan-africano tinha como alvo aproximar as divisões linguísticas anglófonas e francófonas. Apesar de o segmento francófono apresentar um sentido mais subjetivo para compreender o ser negro, a identidade negra e africana, assim como o significado e pertencimento do negro africano em sua essência, foram alavancados de forma paralela com a propulsão do viés político e da personalidade africana reconstruída numa vertente anglófona, disseminada posteriormente por Kwame Nkrumah.

Dessa forma, o movimento pan-africano começou a incorporar a atuação de personagens africanos que ligavam o movimento às experiências passadas na África, em decorrência dos anos de exploração predatória sofrida pelo colonialismo. Além disso, surgiu

uma união na compreensão do ser negro africano como um indivíduo atuante e agente, tanto no sentido histórico quanto como decisor e criador de seu próprio destino, e não apenas como um fantoche e propagador de outras culturas e pensamentos.

Assim, destrinchando a negritude tornou-se um alicerce e expoente cultural do pan-africanismo, com sua ascendência e base entre os intelectuais francófonos, como Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e Frantz Fanon. Esse movimento representou uma reação cultural ao escravismo e à dominação colonial, recriando e rerepresentando a essência do indivíduo negro africano (Visentini, 2013; Barbosa, 2020).

Adicionalmente, a expressividade das ações na reafirmação africana foi amplamente influenciada pelo trabalho de Cheikh Anta Diop, que desempenhou um papel crucial como marco panorâmico e pragmático pan-africano. Seus estudos fundamentaram cientificamente a África não apenas como o berço da humanidade, mas também como o núcleo das primeiras civilizações – egípcia e núbica – reforçando a unidade afro-negra em sua relação histórico-cultural (Barbosa, 2012).

O essencialismo no movimento cultural em torno da negritude francófona, assim como o embasamento científico encontrado na reconstrução da África como agente da história, buscavam formular uma teoria da descolonização africana e da suposta unidade negro-africana, embora não houvesse dúvida sobre a incorporação de um teor político nas discussões (Barbosa, 2020).

Na mesma vertente, os manifestos reconstruídos por Kwame Nkrumah sobre a personalidade africana — inicialmente exposta por Blyden — apresentavam princípios mais humanísticos e alinhados à sociedade africana tradicional. A cooperação e a igualdade, fundamentadas na moralidade e cordialidade inerentes às culturas continentais, eram elementos centrais de seu discurso (Barbosa, 2020).

Na conjuntura dos movimentos anglófonos e francófonos, os efeitos para a formação de uma unidade africana, promovidos pelos intelectuais do movimento pan-africano e por atores africanos, configuravam a verdadeira definição de descolonização. Esses efeitos abrangiam a cultura e a política como forças centrais para transformar e desconectar-se das ligações anteriormente impostas pelos colonizadores. Assim, a independência não era apenas um marco final, mas uma das etapas a serem almejadas, com a posterior manutenção do desprendimento colonial em relação às colônias (Visentini, 2013; Durão, 2018; Barbosa, 2020).

Esses esforços e ações tiveram reflexos significativos em eventos temporais da época, culminando nas independências de muitos países africanos durante a década de 1960. Nesse

contexto, instrumentos como a revista *Présence Africaine* (1947) foram fundamentais não apenas para a formulação de uma teoria de descolonização africana, mas também para o desenvolvimento de uma unidade africana. Essa unidade já havia sido apresentada por outros intelectuais pan-africanistas, que promoviam um pensamento voltado para a integração negro-africana.

A transição para o protagonismo de atores africanos, mesclada a um movimento pan-africanista de libertação e integração, tornou-se visível com a atuação de políticos das então colônias africanas, como Nnamdi Azikiwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Léopold Sédar Senghor (Senegal) e Kwame Nkrumah (Gana). Esses líderes não apenas participaram dos Congressos e Conferências do movimento, mas também seguiram as orientações dos intelectuais diaspóricos. As consequências desse enredo de atores, combinadas com a construção dos ideais ao longo do tempo, alcançaram seu ápice a partir de 1957. Entre os protagonistas marcantes desse período, Kwame Nkrumah destaca-se como uma figura central (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

1.4 DAS TEORIAS E ARTICULAÇÕES AO SURGIMENTO DA UNIDADE AFRICANA COMO INTEGRAÇÃO

Na sequência temporal de eventos como a Conferência de Bandung (1955) — que marcou o surgimento do conceito de Terceiro Mundo (Barbosa, 2020) —, e a instrumentalização das Conferências e Congressos Pan-africanistas, juntamente com a revista *Présence Africaine*, emergiu um contexto pós-Segunda Guerra Mundial que impulsionou as movimentações de reafirmação e a construção político-cultural africana. Este contexto favoreceu o ideário de unidade africana, com um esforço integracionista voltado ao continente.

Indiscutivelmente, a revista *Présence Africaine* teve uma contribuição essencial no paradigma de ação e atuação dos atores africanos. O problema central a ser resolvido, engajado pelo instrumento intelectual a partir da metade da década de 1950, era o colonialismo. Assim, combinado com os levantes pan-africanistas nos âmbitos culturais, históricos e políticos, tornou-se necessário buscar meios para libertar os Estados outrora colonizados, não apenas por meio das independências, mas também através de uma vertente ideológica que integrasse os povos e o continente contra a “civilização universal” representada pelos países europeus.

Não é por menos que as manifestações apresentadas na revista, como o texto de

Alioune Diop, “*Colonialisme et nationalisme culturel*” (1955), ofereciam críticas diretas ao sistema colonial que desmantelava a cultura e a identidade dos povos nativos, impondo uma cultura a ser seguida como um dever moral, alegando que, sem a ação dos colonizadores, ainda haveria barbárie e retrocesso nas colônias.

A instrumentalização da revista para disseminar, criticar e fazer com que fossem alcançados os povos que sofriam com aquele sistema foi de suma importância, especialmente como meio de divulgação das noções do pan-africanismo e da Négritude, além do surgimento de novos pensamentos e teorias formuladas por atores africanos da época.

Como desdobramento, não apenas as críticas ao colonial eram pertinentes, mas também o questionamento de que caminho deveria ser seguido para contrapor tal sistema. Havia o debate sobre se esse caminho deveria abranger apenas o setor político ou se deveria incluir outros segmentos, como a cultura. Nesse contexto de manifestos, surgiram vertentes integracionistas, mas, como em toda teoria, havia tanto adeptos quanto opositores.

Dentre as vertentes integracionistas, Kwame Nkrumah destacava-se como a figura mais icônica. Nkrumah propunha a formação de um Reino Político que permitiria a integração política, cultural e econômica em vários níveis, especialmente no âmbito continental. Seu objetivo era fortalecer os Estados africanos, buscar a independência desses Estados em relação aos colonizadores e combater o neocolonialismo, que, para Nkrumah, representava uma nova fase e faceta do imperialismo (Nkrumah, 1965; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Barbosa, 2020).

Embora o resultado almejado por Nkrumah incluísse alguns elementos utópicos, seu plano era, sem dúvida, o mais ambicioso e possivelmente o mais tangível em comparação com os ideários apresentados por outros intelectuais pan-africanistas que o precederam. A construção dessa integração, apesar de se basear em estruturas regionais já existentes, como a Comunidade Econômica Europeia (1957), buscava incorporar os segmentos do movimento pan-africano cultural e criar um mercado e uma força política sólidos.

O integracionismo visado por Nkrumah para alcançar o Reino Político, embora predominantemente político, buscava integrar várias ênfases teóricas: a personalidade africana, que se orientava para uma perspectiva histórica; a negritude, com seu foco no culturalismo; e a descolonização, que abordava a realidade enfrentada pela população africana (Rolim, 2016). O objetivo era evitar a balcanização constante do continente africano, promovendo a completa independência e autodeterminação dos territórios, e unificando-os politicamente em um modelo regionalista continental para a formação de uma nova África (Nkrumah, 1965).

Os objetivos de Nkrumah – que retomavam e reformulavam o produto intelectual apresentado por Blyden quando este conceituou a Personalidade Africana, embora tenha extraído ainda a crítica ao ideologismo colonial e ao racismo⁶ – enfrentavam desafios significativos. Nkrumah buscava uma história africana compartilhada que permitisse o reconhecimento das diferenças e superasse as limitações geográficas, políticas e sociais deixadas pelas nações europeias. Além disso, ele visava a autodeterminação dos governos africanos, que deveriam refletir a realidade de seus povos em vez de adotar modelos importados, e a preservação do tradicionalismo e das matrizes culturais africanas (Navarro Alvarado, 2018).

Para desvelar esses elementos, é necessária uma análise teórica do movimento pan-africano naquele momento, agora protagonizado por atores políticos e intelectuais africanos, enquanto a ideia de uma unidade africana projetada se transformava na própria teoria pan-africana.

A adoção de teoremas por tais protagonistas, que resultou na criação de um socialismo africano, foi essencial para as independências dos Estados do continente. Destacam-se: o Consciencismo⁷ defendido por Nkrumah, que reconhece o imperialismo como estrutura e o desenvolvimentismo como objetivo, e que serviu como base para a criação dos Estados Unidos da África (Navarro Alvarado, 2018; Mboma, 2019); a proposição de Léopold Sédar Senghor de um socialismo africano mais conservador e progressista, que respeitava as independências dos Estados e promovia a harmonia com a Négritude; e o socialismo africano do Ujamaa, defendido e discursado por Julius Nyerere, que incorporava valores e particularidades africanas nas relações sociais e de produção (Bjerk, 2010; Barbosa, 2020).

As vertentes criadas, embora mantivessem seus fundamentos e conceitos, convergiam na defesa da eliminação das classes e barreiras não apenas sociais, mas também entre os Estados do continente, retomando a forma como se estruturava o tradicionalismo africano e possibilitando o ressurgimento de uma África unitária. Assim, ao contrário da construção do "homem novo" proposta pelo socialismo soviético da época, o socialismo africano já incorporava um ser que não tinha o individualismo capitalista e que refletia os valores africanos (Nkrumah, 1970; Nyerere, 1968; Senghor, 1965).

Essas teorias, fundamentadas pelos líderes políticos africanos, distinguem-se quanto aos métodos de consolidação e construção, o que, posteriormente, resulta em uma divisão

⁶ Conceitos originais da Personalidade Africana apresentados por Blyden (Lynch, 1967).

⁷ O Consciencismo é o conjunto de princípios intelectuais para a organização das forças que capacitarão a sociedade africana a assimilar os elementos ocidentais, muçulmanos e euro-cristãos presentes na África, transformando-os de modo que se encaixem na personalidade africana (Nkrumah, 1964, p. 120).

ideológica entre os chefes de Estado africanos. Embora todos buscassem o mesmo objetivo – a total independência do continente africano, o desenvolvimento avançado, a cooperação entre os Estados membros e o respeito pelas diversidades culturais –, ainda pairava a dúvida sobre qual caminho seguir para alcançar tais resultados.

Dessa forma, ao voltar a análise sobre três ícones do período – Kwame Nkrumah, Léopold Sédar Senghor e Julius Nyerere – observam-se as principais formulações e ideias para a construção de uma unidade africana. Vejamos:

A partir das essências apresentadas por cada ator político para a estruturação da unidade africana, Léopold Sédar Senghor defendia um método progressista, no qual a unidade deveria ser federal, respeitando a soberania dos territórios e as políticas herdadas, assim como a independência dos Estados. Por sua vez, seguindo um viés também progressista, Julius Nyerere apoiava a criação dos Estados Unidos da África, acreditando que esse seria o único futuro digno para o povo africano, após anos de incertezas econômicas e opressões sociais. Em contraste, Kwame Nkrumah defendia uma unificação acelerada em todas as dimensões, argumentando que essa abordagem seria o caminho para enfrentar a balcanização latente e consolidar um desenvolvimento rápido (Nkrumah, 1965; Nyerere, 1963; Senghor, 1965).

Essas teorias dos líderes políticos pan-africanistas são fundamentais para a caracterização e criação de um mecanismo integracionista tanto no período pré-independência quanto no pós-independência do continente africano. O objetivo era alcançar a integração política, cultural e econômica em níveis regional, continental e extrarregional. É nesse contexto que se destacam as ações de Nkrumah, que se tornou o emblema e promotor do integracionismo.

O "superestado" fomentado por Nkrumah destaca-se em relação às demais teorias, uma vez que apresenta várias vertentes — filosófica, econômica e política — para a solidificação de um caminho único para as independências africanas e a sobrevivência dos Estados na competição com o sistema global. Inspirado na proposta anteriormente apresentada por Marcus Garvey sobre os Estados Unidos da África, Nkrumah tornou possível a realização desse grande sonho pan-africano (Navarro Alvarado, 2018; Barbosa, 2020).

Todavia, para alcançar esse objetivo, era necessário instigar e disseminar os ideais entre os chefes de Estado das colônias africanas da época, para que, unidos, pudessem atingir os objetivos. É nesse contexto que as conferências da década anterior à independência da África se tornam importantes.

1.5 AS CONFERÊNCIAS E CONVENÇÕES

Após a independência de Gana (1957), antiga Costa do Ouro, o país, então governado por Nkrumah, tornou-se o centro de reuniões das lideranças africanas para a concretização dos ideários integracionistas. Foram realizadas a Conferência dos Estados Africanos Independentes⁸ (1958) e a Conferência dos Povos Africanos (1958). Subsequentemente, surgiram a cúpula Guiné-Libéria (1959), realizada em Sanniquelli, na Libéria, a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes (1959), em Monróvia, capital liberiana, e a terceira Conferência dos Estados Africanos Independentes (1960), em Addis-Abeba, Etiópia. Todos esses eventos buscavam primordialmente atender ao pedido feito na primeira Conferência de 1958, que clamava pela eliminação de barreiras aduaneiras e outros entraves comerciais entre os Estados africanos. É importante destacar que, para apoiar e reforçar esse interesse, foi criada a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA) em 1958 (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Clapham; Herbst & Mills, 2006).

Embora esses eventos não sejam caracterizados estritamente como do movimento pan-africano, a comparação entre as conferências que antecederam a independência de muitos países africanos e os congressos e conferências pan-africanos do final do século XIX e início do século XX é imprescindível. Essa análise permite observar a construção temporal entre as temáticas dos eventos pan-africanos e os eventos subsequentes ocorridos no continente africano.

Inicialmente, o ponto central de todos os debates era o combate ao colonialismo, com suas particularidades refletindo o contexto temporal de cada evento. Além disso, é relevante notar que os eventos pan-africanos eram predominantemente liderados por intelectuais negros diaspóricos, com a grande maioria, se não a totalidade nos primeiros eventos, sendo norte-americanos e caribenhos.

Neste sentido, Padmore (1947) argumenta que o Congresso Pan-Africano representava a oportunidade para que todos os povos africanos de diferentes partes do mundo se reunissem em torno de um objetivo comum: a independência da África.

Esse pensamento também era partilhado por outros atores pan-africanos já citados, como Marcus Garvey com o seu movimento “*Back to Africa*”. No entanto, esses esforços iniciais se assemelhavam mais a um movimento pan-negrista, voltado para o enfrentamento do racismo e imaginando o continente africano como um refúgio para os negros americanos,

⁸ Participaram dessa conferência todos os Estados independentes da África no período: Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

caribenhos e de outras partes do mundo, ao lado dos povos nativos do continente.

Não é à toa que se buscava a superação das condições opressoras enfrentadas pela raça, o que implicava necessariamente enfrentar a exploração e o colonialismo. Nesse contexto, a busca por uma unidade africana, tanto política quanto cultural, tinha como referência o Etiopianismo, que, embora ainda incipiente e com o objetivo de uma emancipação global do negro, também visava a emancipação do continente africano (Geiss, 1969; Navarro Alvarado, 2018).

De todos esses aspectos, notoriamente observa-se que os eventos pan-africanos desempenhavam um papel fundamental na construção e disseminação de conhecimentos sociais, econômicos, culturais, artísticos e políticos. Ao longo dos encontros, diversos atores, tanto africanos diaspóricos quanto nativos africanos, foram angariados e se mostraram extremamente importantes para seus respectivos Estados.

Já quando se aborda as conferências antecedentes à independência de muitos países africanos e ao surgimento da Organização da Unidade Africana, a objetividade se torna concentrada no enfrentamento ao colonialismo – agora com sua nova faceta, o neocolonialismo – e na busca pela independência dos países africanos e pelo distanciamento dos Estados colonizadores. Era necessário um processo de integração continental feito pelos africanos e para os africanos.

Vale ressaltar que, apesar da discrepância temporal entre o primeiro evento pan-africano e a década de 1960, o princípio de libertação da África, com autodeterminação e autogovernança dos seus Estados, foi constantemente buscado. Anteriormente, o foco era a superação do racismo, uma problemática vivida pelos atores diaspóricos, enquanto posteriormente a ênfase passou a ser a busca pela independência dos países africanos e o fortalecimento desses para competirem com as grandes potências (Navarro Alvarado, 2018).

Por conseguinte, no contexto da Guerra Fria, a dicotomia global era latente, e havia a necessidade de buscar meios de avanços econômicos, sem esquecer da realidade enfrentada pela população dos territórios africanos e da preocupação em manter a estabilidade desses territórios após anos de colonização. Nesse aspecto, a realização das Conferências, iniciando em Gana, visava disseminar o conhecimento entre os participantes e, acima de tudo, servia como um meio político para debater, apresentar e buscar um caminho que não resultasse em falhas e deterioração da África e de seus Estados constituintes. Assim, retornando ao comparativo mencionado anteriormente, não apenas havia uma centralização do que se buscava, mas também a possibilidade palpável e concreta de um futuro que não ficaria restrito a ideias, discussões e manifestos (Clapham, 1996).

Nesse contexto, o pan-africanismo, como movimento de libertação, atingiu seu apogeu nos discursos de independência entre os dirigentes dos Estados africanos e os intelectuais do movimento da época. Após o Congresso Pan-africano realizado em Manchester⁹ em 1945, não apenas se buscou disseminar o conhecimento ao povo africano por meio da declaração, como também se enfatizou a luta pela libertação e emancipação completa nas esferas econômica, política e cultural, possibilitando até mesmo um enfrentamento físico, se necessário, contra as potências coloniais (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Da Primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes (1958) à Convenção da Organização pela Unidade Africana (1963), os delegados dos Estados africanos discutiram estratégias e questões voltadas para o próprio continente, abordando tanto assuntos internos quanto externos relacionados à inserção global. Por exemplo, na primeira conferência, foram tratados temas como a relação entre os países independentes e o apoio aos movimentos de libertação – questões internas – e as relações entre as Nações Unidas e a África independente, assim como os possíveis desdobramentos para a África em um contexto de fissuras da Guerra Fria – questões externas. As preocupações incluíam ações anticolonialistas, anti-imperialistas e antirracistas (em resposta às leis de segregação racial impostas pelas potências coloniais), além da busca pela libertação (independência) e integração (unidade africana), com uma postura de não alinhamento (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Sem sombra de dúvidas, a primeira conferência tornou-se um marco para as atuações do movimento pan-africano, com a participação expressiva de delegados e observadores, que chegou a cerca de duzentas e cinquenta pessoas. Além dos tópicos principais discutidos, foram abordadas questões como as fronteiras coloniais, as organizações regionais e a conduta dos chefes tradicionais e líderes dos movimentos religiosos. Nesse contexto, também se enfatizou o engajamento nos movimentos de libertação, que tiveram grande destaque (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

As demais conferências seguiram o mesmo padrão. À medida que as conferências

⁹ Este Congresso se tornou o mais expressivo pela participação de atores africanos que, futuramente, se tornariam essenciais na luta pela independência de seus Estados, como Kwame Nkrumah (Gana) e Jomo Kenyatta (Quênia). Além disso, foi emblemático pela declaração de exigências às potências coloniais, como a emancipação e total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, bem como a revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

eram realizadas e as independências dos territórios africanos se concretizavam, o movimento libertador do pan-africanismo alcançava seu auge. No entanto, surgia também um movimento integracionista, amplamente impulsionado por Kwame Nkrumah. Esse movimento enfrentava discordâncias entre os atores e dirigentes dos Estados recém-independentes, gerando um entendimento mais consolidado somente com a Convenção de 1963.

1.6. OS ATORES POLÍTICOS AFRICANOS E GRUPOS DE LIBERTAÇÃO PARA UNICIDADE CONTINENTAL - BLOCO CASABLANCA E BLOCO MONRÓVIA

Muitos movimentos de independência estiveram associados às vertentes integracionistas, oriundas das ações dos atores políticos africanos da época. Isto culminou em projetos como a União dos Estados Africanos¹⁰ (1958), a Confederação de Mali (1959) e a proposta de criação de uma federação de comércio conjunta entre países francófonos da África, idealizada por Félix Houphouët-Boigny. Todavia, a maioria dos casos, houve impasses e falhas semelhantes, devido às grandes barreiras nas fronteiras entre os Estados existentes, bem como às disputas em torno da identidade nacional (Carrilho, 1975 *apud* Durão, 2018).

A criação desses projetos, especialmente as proposições de um mercado comum, eram fragmentos da constituição de uma unidade africana, tendo Kwame Nkrumah como principal proponente. Nkrumah defendia um discurso incisivo que ia além do mercado, buscando a possibilidade e a concretude de uma unidade política e cultural a nível continental. No entanto, para Nkrumah, essas federações regionais poderiam ser suscetíveis às contínuas influências dos impérios imperialistas – agora com sua nova face, o neocolonialismo – sendo necessária a união da África para enfrentar essa nova ameaça (Nkrumah, 1963; Barbosa, 2020).

A unificação política com o projeto de mercado comum continental apresentado por Nkrumah, apesar de contar com o apoio de alguns dirigentes africanos, não obteve a adesão esperada em relação à união política. É importante destacar que, durante o período das Conferências realizadas em solo africano e a discussão sobre a unidade africana, apenas alguns Estados africanos eram independentes¹¹. Assim, o intento de uma integração continental parecia oportuno para a formação do almejado Reino Político, que visava a

¹⁰ União entre os Estados de Gana, Guiné, em 1958, com posterior entrada do Estado do Mali.

¹¹ A conquista de independências entre os anos de 1960 e 1964 foi um ponto vertiginoso, pois antes de 1960, apenas 9 países haviam conquistado sua independência. No ano de 1960, esse número passou de 9 para 26 Estados, e aumentou para 33 em 1964 (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

independência dos territórios ainda dependentes e o surgimento de uma nova era continental (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Navarro Alvarado, 2018; Barbosa, 2020).

Contudo, no início da década de 1960, com a independência de muitos territórios africanos, juntamente com a oposição de lideranças do continente no que tangia a união política apresentada por Nkrumah, houve uma divisão de blocos entre os chefes de Estado. De um lado havia aqueles que não viam como uma grande ameaça o neocolonialismo e a influência dos Estados Imperiais nas colônias. De outro, alguns propunham uma separação mais gradual em relação aos ex-colonizadores, com ideias ambiciosas de separação total (Langa, 2020).

Cumprir destacar que, além das opiniões divergentes entre os dirigentes, havia diversos temores que assombravam os novos Estados africanos. Estes incluíam: guerras civis nos territórios; a insegurança de “jovens” presidentes e líderes quanto a possíveis deposições ou golpes de Estado; a segurança nacional no contexto da Guerra Fria e as insurgências associadas às guerras por procuração; preocupações com a unificação de grupos étnicos nos territórios definidos pela Conferência de Berlim (1885), que ainda persistiam e eram pontos de debate; e a necessidade de fortalecimento junto às massas e aos grupos opositores dos partidos políticos que os representavam. Esses tópicos eram algumas das razões e justificativas que distanciavam e dificultavam a união e o engajamento de muitos governantes com as ideias integracionistas e os pensamentos dos pan-africanos (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Langa, 2020; Assis *et al.*, 2021).

Por um lado, observava-se a importância de uma estrutura regional para unir os africanos. Por outro, por trás de todas as problemáticas e preocupações citadas, os colonizadores viam a integração econômica como uma forma de manter seus domínios e promover o desenvolvimento dos países. Essas dicotomias resultaram na divisão de pensamentos entre os líderes (Wallerstein, 1967; Clapham; Herbst & Mills, 2006).

Como consequência das divergências, especialmente no que dizia respeito às perspectivas integracionistas para o continente, formaram-se dois grupos políticos continentais, compostos pelos chefes dos Estados africanos. Embora ambos buscassem a libertação das últimas colônias não independentes e o desenvolvimento de seus territórios, divergiam particularmente quanto à integração política a ser implementada. Entre as discussões dos grupos, havia desacordo sobre a manutenção ou exclusão das linhas territoriais demarcadas pelos Estados imperiais durante a Conferência de Berlim (1885) (Wallerstein, 1974 *apud* El-a Youty; Brooks, 1974; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui e; Wondji, 2010;

Langa, 2020; Assis *et al.*, 2021).

Dos dois grupos formados, um deles era favorável a formação de um processo regionalista continental, com uma união política forte e coalisão ao sistema socialista, não se alinhando aos colonizadores. Este grupo buscava estabelecer segurança e defesa continental, centralizar o desenvolvimento para fomentar o mercado africano e restabelecer a honra da cultura africana. Composto principalmente por Estados anglófonos e liderado por Kwame Nkrumah, esse grupo incluía além de Gana, países como Egito, Guiné, Mali, Marrocos, Líbia e o governo da Argélia, formando o Grupo Casablanca (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Relativamente ao Grupo Casablanca, as teorias e ideologias dos atores pan-africanos refletiam uma visão crítica e desafiadora em relação às fronteiras herdadas do colonialismo. Estas fronteiras, estabelecidas desde o período inicial do extrativismo no continente, tinham resultado, e continuavam a resultar, na balcanização da África. Ainda, cumpre salientar que a fragmentação gerava efeitos em cadeia, tornando-se um método perpetuado tanto pelo colonialismo quanto pelo neocolonialismo (Nkrumah, 1965; Neuberger, 1976).

Noutra vertente, os Estados considerados "moderados" constituíram um bloco cujos ideais não se alinhavam com a integração política de Estados soberanos. Em vez disso, propunham uma confederação que respeitasse os territórios africanos independentes, pautando-se na solidariedade e identidade africana. A unidade deveria permitir intercâmbios culturais e interações econômicas flexíveis, mantendo a não ingerência nos assuntos de cada Estado e permitindo a cooperação com as potências coloniais. Este grupo, predominantemente composto por países francófonos, era denominado Grupo Monróvia (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011; Langa, 2020).

Em contraposição aos fundamentos e ideias incisivas preconizadas pela base revolucionária de Nkrumah, as razões flexíveis que contrapunham o Grupo Monróvia e pregadas por Senghor – um dos líderes do grupo – vislumbravam na unidade uma maior capacidade econômica e uma força geopolítica, promovendo uma relação comunitária com as potências coloniais. Este grupo foi acusado pelo Grupo Casablanca de ser subserviente aos interesses neocoloniais. A posição conservadora do Grupo Monróvia não se manifestou apenas em relação à integração, mas também nas movimentações de independência. A proposta do grupo foi comumente considerada como uma abordagem progressiva da unidade, respeitando as delimitações fronteiriças e culturais (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011; Navarro Alvarado, 2018; Langa, 2020).

Não era apenas o conflito sobre os caminhos a serem seguidos para o pós-

independência e a formação de um regionalismo africano que estava em pauta entre os dois grupos, mas também as ações e intervenções de Estados potentes – tanto coloniais quanto a União Soviética e os Estados Unidos da América – acirravam o atrito entre os dirigentes dos Estados africanos, que se dividiam entre moderados e progressistas.

Da mesma forma que surgiram esforços para criar uniões de Estados visando a formação de um núcleo de unidade africana — como a união entre Gana e Guiné — e manifestações de solidariedade em apoio a países como Camarões na sua luta pela independência do domínio francês, ou à Argélia durante a guerra pela independência e contra os projetos franceses no Saara, que foram conquistas importantes do movimento integracionista africano, também houve desafios que reforçaram a divisão entre os grupos mencionados.

Um exemplo disto é a independência da atual República do Congo, onde essas intervenções externas e o apoio dividido dos dois grupos africanos culminaram em problemáticas no Estado, incluindo o separatismo nas províncias ricas em recursos minerais, a intensificação do tribalismo, a intervenção do exército na política, e, finalmente, o assassinato do então primeiro-ministro e proeminente ator pan-africano Patrice Lumumba (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011).

Ainda havia um grupo centralizado, que aumentava seu contingente à medida que muitos territórios africanos se tornavam independentes, compartilhando características de ambos os grupos existentes. No entanto, em sua grande maioria, o grupo centralizado adotava uma posição mais "moderada", considerando o receio das novas nações em relação aos problemas internos causados pela recente e almejada independência, além da preocupação com a manutenção dos governos e a eclosão de conflitos internos (Assis *et al.*, 2021).

Os grupos existentes formaram associações regionais entre os Estados aliados, com muitas dessas associações surgindo entre o final da década de 1950 e ao longo da década de 1960, culminando na histórica criação da Organização da Unidade Africana em 1963. Essas integrações regionais consideravam não apenas as identidades geográficas, étnico-culturais e tradições coloniais, mas também se concentravam na criação de organizações intergovernamentais de cooperação econômica. Para alguns, isso envolvia um estreitamento com as potências coloniais, enquanto outros buscavam um meio de não alinhamento e separação total (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011). Estas associações serão apresentadas brevemente no próximo subcapítulo.

Embora houvesse divergências latentes sobre o caminho a ser seguido, a obra *Africa*

Must Unite de Kwame Nkrumah (1963) destaca uma visão precisa e assertiva sobre a necessidade de uma verdadeira unidade africana. Para que essa unidade se concretizasse, Nkrumah argumentava que era essencial não apenas a formação de cooperativas comerciais ou associações regionais de caráter econômico, mas a criação de um núcleo sólido continental com instituições que representassem tanto os povos quanto os Estados africanos. Esse núcleo deveria promover uma política comum de igual domínio e respeito à segurança, à defesa e ao desenvolvimento da África.

Assim, o apogeu do movimento pan-africano libertador e integracionista, bem como a tentativa de consolidar as conquistas da década da África (1960), exigia que a união não fosse uma conquista efêmera. Era necessário superar as barreiras para garantir a sua manutenção, o que inicialmente parecia ter sido conquistado com a Convenção da Organização pela Unidade Africana, em 1963, em Addis Abeba.

1.7 FIM DA ERA COLONIAL - ANO AFRICANO (1960)

Indiscutivelmente, a década de 1960 foi o período de grande importância para África. O movimento de libertação e integração que circundava o continente auxiliou na conquista da independência, na formação de associações regionais, na criação da OUA e na busca por uma inserção global que promovesse o desenvolvimento dos jovens Estados africanos.

Temporalmente, trata-se de um período destoante entre os acontecimentos a nível global e na África. Primeiramente, é importante frisar que os fatos ocorreram em um contexto de Guerra Fria (1947-1991), com a construção do Muro de Berlim (1961), a corrida espacial frenética entre os EUA e a URSS, além dos conflitos por procuração, como a Guerra do Vietnã (1959-1975), e a forte influência das duas potências do período sobre os países considerados de terceiro mundo.

Nessa seara, o fim da era colonial também se mostrava presente, com as consequências do fim da Segunda Guerra Mundial, que não apenas enfraqueceu as potências coloniais, mas também fortaleceu os Estados Unidos do outro lado do Atlântico, com a transnacionalização do capital norte-americano. Além disto, havia fortes processos de descolonização e a disseminação da propaganda política e diplomática de Estados como a URSS e a China Popular. Assim, as discussões e mobilizações anticoloniais se reproduziram fortemente no movimento pan-africano, que buscava alcançar a descolonização para a África. Essa busca também foi acompanhada por uma maior influência de personagens africanos no cenário histórico e político, em consequência dos congressos e conferências do movimento, e

pela atuação mais significativa de atores africanos que engajavam e disseminavam o conhecimento preconizado (Valente, 1984; Clapham; Herbst & Mills, 2006; Visentini, 2013).

Na esteira dos acontecimentos, a consciência anticolonialista disseminada entre os colonizados impulsionou o surgimento dos movimentos de descolonização, que se manifestaram em três ondas, segundo Paulo Visentini (2013). A primeira onda ocorreu no início da década de 1950 nos territórios da Ásia Oriental e Meridional, propagando-se para o mundo árabe. Nesse momento, os movimentos de descolonização na região da África Subsaariana enfrentaram um revés das ex-metrópoles europeias, com ações de forte contorno neocolonial. Em seguida, a segunda onda de movimentos de descolonização atingiu os países da África Tropical, onde a maioria se tornou independente. Restaram, então, os territórios da África Austral, que sofreram com a política racista das minorias e a opressão da então colônia portuguesa, resultando em processos emancipatórios violentos.

Nessa conjuntura de acontecimentos eufóricos e históricos, o comparativo com os demais Estados globais era latente, de modo que o desenvolvimento dos Estados africanos era incipiente em comparação com o de outras nações. Como apresentado por Francisco Valente (1984), o quadro geral do continente durante o período de 1960 revelava um subdesenvolvimento social e econômico na maioria das nações, com a exploração concentrada em setores primários, como a agricultura de monocultura implantada no período colonial. Além disso, a rede de comunicação herdada desse período e ainda mantida era arcaica, tendo como objetivo o contato entre as ex-metrópoles e as ex-colônias. Também havia tensões entre os países, relacionadas à identidade linguística ou traduzidas pelos conflitos entre suas ex-metrópoles, que se espalharam para suas ex-colônias, bem como divergências políticas (como discutido no capítulo anterior).

De modo geral, os Estados africanos precisavam passar por mudanças profundas, buscando simultaneamente reconhecimento internacional e soberania sobre seus territórios em relação às potências coloniais europeias, ao mesmo tempo em que enfrentavam incertezas sobre a gestão interna de seus países e a resolução de conflitos internos. Essa oscilação de humores serviu de justificativa para a eclosão de regimes nacionalistas autoritários, que se preocupavam mais com a segurança de seus territórios do que com uma possível cooperação interafricana (Valente, 1984).

Em uma análise precisa, Elikia M'Bokolo (2011) expõem que a dúvida sobre a capacidade dos africanos de governar a si mesmos, diante da recente emancipação, resultava na percepção de que as potências coloniais precisavam agir como tutores. Essa percepção se reforçava à medida que um grande número de colônias conquistava a independência e

surgiam conflitos internos e disputas de poder, demonstrando a necessidade de intervenção das potências e mantendo os interesses coloniais vivos no continente.

Ainda, segundo M'Bokolo (2011), apesar da conturbação do cenário e dos achismos, havia uma expectativa em relação a estratégias e ações que permitissem uma ruptura total com o colonialismo europeu, especialmente após anos de dominação. No entanto, isso não era tarefa fácil, dado o contexto da Guerra Fria, que impunha uma dicotomia global, e a necessidade de redefinir as relações diplomáticas com as antigas potências coloniais.

Sem dúvida, as circunstâncias exigiam o estabelecimento de uma originalidade para atender às esperanças dos povos africanos, com uma organização econômica e política continental que evitasse represálias tanto do sistema global existente quanto internas. Por esses motivos – como apresentado no subcapítulo 1.3 – as teorias e ideologias que surgiram pendulavam entre simpatias pelo sistema capitalista, já presente nos Estados colonizadores, e o socialismo sem adesão ao marxismo-leninismo, passando também por propostas que buscavam um equilíbrio entre os dois campos, mantendo uma ligação com o Ocidente (Valente, 1984; M'bokolo, 2011; Barbosa, 2020).

Em sua análise, o professor Paulo Visentini (2013), ao fazer um breve comparativo entre a descolonização asiática e o processo de descolonização africano, aponta que as dificuldades enfrentadas na África estavam principalmente nos desafios e conflitos pós-independência. Enquanto na Ásia os novos Estados eram uma continuidade de nações pré-coloniais com civilizações consolidadas, o mesmo não ocorria na África, onde predominavam territórios compostos por grupos étnicos distintos ou fragmentos de grupos, resultando em sistemas estatais radicalmente diferentes e preservados das linhas traçadas durante o período colonial. Além disso, eventos específicos geraram fortes impactos no continente africano, como os regimes racistas da África Austral, que visavam evitar a ascensão de governos de maioria negra, e as guerras civis no Congo e na Argélia. No Congo, a intervenção das potências na gestão do Estado não apenas contribuiu para conflitos e intervenções, como também levou a assassinatos, como o de Patrice Lumumba, e a consequências que ainda são sentidas hoje.

Dessa forma, certo era que as ações imperialistas, agora na forma de neocolonialismo, perpetuavam a manutenção de laços que preservassem os interesses das potências imperiais. Em decorrência disso, a balcanização do continente africano era nítida, tendo em vista a conjuntura do processo de fragmentação que afetava toda a relação social, cultural e política dos africanos. Embora os Estados tenham alcançado suas emancipações, o neocolonialismo exigia a preservação da divisão territorial anterior, resultando na nova fragmentação do

continente com a formação de novos Estados¹² (Nkrumah, 1965; Visentini, 2013).

Diante dessa busca por preservar seus interesses e com as ondas de processos de descolonização atingindo os países afro-asiáticos – especialmente após a Conferência de Bandung (1955) –, os Estados imperialistas, como a Grã-Bretanha e a França, iniciaram processos de concessão de autonomia limitada a certas colônias. Essas concessões visavam satisfazer os interesses das elites africanas e promover a criação de mecanismos de associações regionais alinhadas às potências, como a União Africana e Malgaxe (UAM) (M'Bokolo, 2011; Visentini, 2013).

Essas estratégias eram princípios claros do neocolonialismo, que iam além. Kwame Nkrumah (1965) argumentava que as interações entre os colonizadores e o comunalismo, o tribalismo e os interesses seccionais na África fomentavam a divisão na frente nacional, resultando em fragmentação. Isso confirmava sua teoria da dupla função imperial, que não se limitava aos efeitos econômicos da acumulação de capital, mas também evidenciava a incapacidade das instituições tanto na relação interna quanto externa, semelhante ao que ocorria no sistema colonial.

O perigo das novas ações coloniais, que ameaçavam a emancipação dos Estados e o consequente afastamento das ex-metrópoles, fazia com que o movimento integracionista se tornasse uma questão crucial, combinando-se com o movimento de libertação. Esse movimento integracionista passou a ser o caminho observado e discutido nas conferências africanas, além de ser promovido pelos numerosos partidos políticos na África, liderados por dirigentes políticos. A partir disso, os mecanismos e estratégias utilizados pelos líderes das colônias concentraram-se não apenas na obtenção da independência, mas também na consolidação dessa condição, iniciando a construção de conchavos integracionistas, mesmo em níveis regionais.

Como já foi observado, esses agrupamentos territoriais, que levavam em consideração aspectos como identidade linguística, geográfica, étnica e política, enfrentavam críticas fervorosas daqueles que defendiam a necessidade de uma unidade continental. Essas associações regionais eram vistas como frágeis diante dos desafios da construção do desenvolvimento dos Estados, da ruptura com os colonizadores e da resolução das problemáticas internas.

¹² Essa divisão era um fenômeno que se repetia no continente, como ressalta o professor Paulo Visentini (2013). Inicialmente, na delimitação dos territórios durante a Conferência de Berlim (1885), reinos e comunidades foram divididos ao bel-prazer das potências coloniais. Agora, com o surgimento dos novos Estados independentes, esses acontecimentos estavam se repetindo. Não eram mais os conflitos internos que prevaleciam, mas os novos territórios independentes eram isolados por um nacionalismo forjado pelas delimitações estabelecidas na conferência, afastando-se de um pensamento integrador.

Mesmo com essas observações, a criação dos agrupamentos regionais e interestatais tornou-se importante nas tentativas de cooperações econômicas multissetoriais. Segundo Adebayo Adedeji (1977), existiam mais de vinte organizações intergovernamentais de cooperação multissetorial na África em 1977, e o número de organizações multinacionais unissetoriais chegava às centenas, com o objetivo de promover a cooperação técnica e econômica.

Entre os exemplos estão a criação da Federação do Mali (1959), a União dos Estados Africanos (1958), o Conseil d'Entente (1959), a União Africana e Malgaxe (1960) e a Organização Africana e Malgaxe de Cooperação Econômica (1961). Além dessas, os países francófonos e anglófonos buscaram implementar blocos econômicos entre seus pares, uma vez que o problema do desenvolvimento se tornou o centro das discussões após o período de independência. No entanto, apesar da criação dessas várias instituições, elas não conseguiram se manter ao longo dos anos, tendo uma duração efêmera devido à dependência do voluntarismo dos dirigentes dos territórios. Além disso, muitos dos Estados se encontravam politicamente instáveis, o que dificultava a manutenção dessas instituições regionais (Visentini, 2013).

Além disso, a forma como as potências governaram os territórios colonizados durante o período de descolonização influenciou a impossibilidade de perpetuação do integracionismo africano. Entre os Estados francófonos, havia uma acentuada dependência em relação à antiga metrópole, exacerbada pelos mecanismos de dependência, conhecidos como *la coopération*, entre a França e as elites dos países africanos, resultando em um conservadorismo. Em contraste, os Estados anglófonos, sob o modo de autogoverno da Commonwealth, experimentaram uma interferência menos expressiva comparada à da potência francesa. Contudo, houve tentativas de influenciar a formação das estruturas dos novos governos africanos por parte das minorias brancas, com um viés essencialmente comercial (Visentini, 2013).

Essas diferenças não resultaram apenas em políticas distintas durante o processo de pré-independência e pós-independência, mas também na inserção do continente no contexto da Guerra Fria. Aproveitando essa dependência, a França, por exemplo, fortaleceu os “laços” com a criação de uma moeda comum entre os países francófonos (o Franco CFA), a construção de bases nas ex-colônias francesas, a realização de treinamentos e a permanência de militares. Além disso, houve apoio a golpes militares em Estados africanos, conforme as insurreições políticas populares, e o fornecimento de armamentos de acordo com as necessidades econômicas e comerciais da metrópole colonial (Chazan *et al.*, 1992 *apud*

Visentini, 2013).

Como consequência, justificava-se ainda mais o desdobramento e as divisões políticas entre os líderes africanos, bem como a volatilidade das associações integracionistas. O movimento pan-africano via sua essência se diluir, tanto na vertente de libertação – uma vez que, com a independência dos Estados africanos, alcançava-se o objetivo de criar os novos Estados, mas mantinha-se a dependência em relação às antigas metrópoles – quanto na vertente integracionista, uma vez que a concretização da emancipação dos jovens países exigia a criação de uma unidade africana, um objetivo que já não era mais buscado por todos.

Ainda assim, apesar desse contexto de discussões, a Conferência de Adis Abeba, em 1963, surgiu como uma resposta aos acontecimentos expressivos que ocorriam no continente. A conferência também foi resultado de uma movimentação diplomática e de interesses do então líder etíope Hailé Selassié, resultando na criação da Organização da Unidade Africana.

1.8 CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA (1963)

Assim como muitas obras significativas e icônicas, “*Africa Must Unite*” de Kwame Nkrumah (1963) não apenas defende a criação de uma unidade continental africana, respaldada na ancestralidade e na *personalidade africana*, mas também apresenta um plano ambicioso de desenvolvimento, pautado na união entre os Estados. O livro propõe a criação de uma defesa continental que garantiria segurança para a África, além da formação de núcleos destinados a abordar as problemáticas da população africana de maneira igualitária e outro voltado para tarefas políticas externas (Nkrumah, 1963; M’bokolo, 2011).

A ideia ambiciosa da formação do *Reino Político* apresentado por Nkrumah possuía uma construção teórica¹³ e filosófica, uma análise geopolítica das relações entre as potências coloniais e as ex-colônias¹⁴, e propunha uma unidade continental baseada na criação de um Estado-maior. Essa proposta considerava as diferentes culturas e identidades étnicas da África e possibilitava a atuação militar dos Estados africanos, preservando sua segurança e intervindo quando necessário (M’bokolo, 2011).

Nkrumah (1965) fundamentava, ainda, que a união do continente deveria ir além da independência conquistada, uma vez que esta estaria em risco com a aproximação do colonialismo. Complementando ao pensamento de Nkrumah, Julius Nyerere (1963) reforçava que, para que houvesse uma fortificação continental, o nacionalismo africano deveria ser

¹³ Com a criação do Consciencismo.

¹⁴ O surgimento do Neocolonialismo.

simultaneamente pan-africanista, promovendo a reunificação da África.

Esses esforços do líder ganense e de seus apoiadores não eram apenas observados nas obras, mas nos planos estratégicos discutidos durante as Conferências dos Estados Africanos Independentes. Uma das principais discussões entre os dirigentes africanos era sobre os limites territoriais estabelecidos pela Conferência de Berlim (1885) e a preocupação com a balcanização do continente diante das independências e associações regionais (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui, Wondji, 2010).

Os encontros, as discussões e as estratégias buscadas nos eventos em solo africano culminaram no *Ano Africano*, quando vários Estados alcançaram suas independências das potências coloniais – conforme exposto no subcapítulo anterior. Entretanto, embora as conquistas tenham sido alcançadas e agrupamentos regionais tenham sido estabelecidos, ainda se observava ingerência externa e a sombra do controle colonial sobre muitos territórios.

Esses entraves tiveram seus reflexos latentes na composição dos Grupos políticos de Casablanca e Monróvia, bem como nos acontecimentos ocorridos na atual República Democrática do Congo e na Argélia durante o período de independência. Na Argélia, deflagrou-se uma intensa guerra civil entre a FNL (Frente Nacional de Libertação) e a França. No Congo, a ação dos colonizadores gerou efeitos significativos na fragmentação do país, culminando até mesmo no assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba e em intervenções internacionais (Valente, 1984; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011).

Com a divisão continental e questões imediatas exigindo um posicionamento dos Estados africanos, a proposta pan-africanista de unidade perdeu seu foco, passando a se concentrar em questões econômicas e no desenvolvimento dos Estados. Nesse contexto, a ação diplomática e o prestígio de Hailé Selassié, da Etiópia, propiciaram a reunião dos líderes africanos em Addis Abeba. Após debates e divergências, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, com uma fundamentação mais voltada para interesses moderados e para a cooperação entre os Estados, em vez de uma vertente integracionista – minando, dessa forma, o ideário do movimento pan-africano na consolidação de uma unidade africana (Valente, 1984; Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011; Visentini, 2013).

2 A ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA

A consolidação da Organização da Unidade Africana, em 1963, foi o ponto auge da construção dos ideais Pan-africanistas, tornando-se não apenas uma resposta ao domínio imperialista que assolou o continente por anos, mas também um caminho para um futuro autônomo para a África e seus territórios.

Guilherme Navarro Alvarado (2018) expõe que, embora no campo teórico houvesse a tentativa de unir um socialismo africano com uma política pan-africanista, rebatendo assim a estrutura de fragmentação existente no continente, resultante do sistema colonial, o desenvolvimento da autodeterminação enfrentou desafios tanto históricos quanto influências globais no momento da criação da OUA.

Tanto Navarro (2018) como Maria Carrilho (1975) convergem ao afirmar que a unidade buscada, e desdobrada na economia e cultura africana, segmenta-se tanto no plano nacional como o regional político africano. Isso operacionalizou e fomentou teorias específicas de balcanização e neocolonialismo, fornecendo justificativas e fundamentações sólidas para a perpetuação da ideia de uma Unidade Africana no formato de união propriamente dita. No entanto, tanto os instrumentos de barganha quanto a ação das ex-metrópoles minaram o projeto originário e ambicioso.

A importância de África para o sistema capitalista europeu, especialmente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, intensificou-se à medida que as lideranças africanas buscavam a independência de seus territórios – e, conseqüentemente, a independência política – e também a superação das dependências econômicas existentes (Chazan *et al.*, 1993 *apud* Visentini, 2013). Desse modo, não se tratava apenas de um mero sentimento de solidariedade entre os líderes africanos, mas de uma necessidade real de cooperação para enfrentar esses desafios (Chazan, 1992 *apud* Pereira *et al.*, 2019).

A promoção de solidariedade e cooperação entre os africanos, que baseou o surgimento da Organização da Unidade Africana, não estava perto de ser, ou de se tornar, a unidade defendida por Nkrumah. Ainda, destaca-se que essa primeira integração africana carecia de um plano de integração econômica e não possui exército próprio (Edo; Olanrewaju, 2015 *apud* Garcia *et al.*, 2022).

Isso se deve ao reconhecimento e à manutenção das linhas traçadas na Conferência de Berlim (1885) e ao conseqüente respeito pela soberania dos territórios existentes, sem intervenção externa. Com essa decisão – que foi um dos principais pontos de discordância entre os dois grupos políticos continentais – a OUA assumiu a função de mediador e

interlocutor, encarregada da manutenção da paz e da segurança continental (conforme previsto na Carta da OUA). No entanto, essa função era grandemente limitada pela política de não intervenção nos Estados-membros (Oliveira *et al.*, 2014).

Embora a obra “*Africa Must Unite*” (1963) de Nkrumah apresente exaustivamente os argumentos a favor da necessidade de uma unidade africana, abordando aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos e propondo um planejamento gradual para essa concretização, o processo da Organização da Unidade Africana (OUA), conforme aponta Elikia M’Bokolo (2011), acabou se concentrando na massa apoiada pelos líderes moderados. Esse contingente resultou em uma Carta da OUA que pode ser vista como uma “peça de retalhos”, contendo algumas ideias pan-africanas, buscando um espaço nas tomadas de decisões¹⁵ da ONU e focando inicialmente na conquista da independência dos territórios africanos.

Como relatado, é compreensível que, na época, a grande preocupação continental dos dirigentes era em torno da libertação das ex-metrópoles, que a união, mesmo com divisões ideológicas entre os grupos políticos, fosse considerada essencial para alcançar esse objetivo comum. No entanto, a OUA tornou-se uma máquina burocrática, como acentua Elikia M’Bokolo (2011), ao contrário do que deveria se espelhar, ou seja, uma organização que integrasse com cooperação e harmonia a política dos Estados africanos em diversos domínios. A responsabilidade atribuída à OUA tornou-se incongruente, pois faltavam definições claras e vontade política para decisões eficazes, além de meios financeiros adequados para atender a essas ambições.

A principiologia da Carta da OUA a impôs limitações, com o objetivo claro de evitar que a organização se tornasse uma instituição supranacional – um receio compartilhado pela maioria dos políticos moderados. No entanto, essas limitações acabaram por deixar a entidade em uma posição de observador diante dos acontecimentos nos Estados-Membros, como será abordado a seguir (Oliveira *et al.*, 2014).

2.1 DOS PRINCÍPIOS AO FUNCIONAMENTO

Para bem compreender o funcionamento e os objetivos da Organização da Unidade Africana, é necessário examinar sua carta constituinte e os princípios que se encontram entrelaçados. Afinal, a OUA surgiu como uma resposta a uma série de eventos históricos na

¹⁵ Esse ponto ficou evidente na primeira Crise do Congo, em que houve uma clara divisão entre os líderes africanos quanto à intervenção internacional no país.

África, muitos dos quais foram impulsionados pelo colonialismo.

Destaca-se, inicialmente, que, apesar de ser considerada um marco importante para o continente, a OUA enfrentou desafios significativos. Autores como Boutros Boutros-Ghali (1969), Mirlande Manigat (1971) e Francisco Valente (1984) observam que, embora a OUA tenha sido fundada com o objetivo de “[...] reforçar a unidade, a solidariedade, coordenar e intensificar a cooperação, defender a soberania dos Estados e sua integridade territorial e a sua independência, eliminar o colonialismo sob todas as suas formas, favorecer a cooperação internacional tendo em conta a carta da ONU e a Declaração dos direitos humano [...]” (OUA, 1963), a persistência de problemáticas resultaram em desgastes na instituição, bem como na perpetuação de conflitos entre seus membros.

Ao mesmo tempo em que o ideal pan-africano se fazia presente na criação da Organização, os limites impostos para o seu regimento, assim como o engessamento institucional, permitiram a perpetuação das crises e desgastes durante sua existência. No gancho dessa construção pan-africana, a Instituição surgiu como uma estratégia de combate ao colonialismo/neocolonialismo, além de auxiliar os territórios ainda não independentes e decidir pela manutenção das linhas territoriais herdadas da Conferência de Berlim (1885).

Nesse aspecto, inclusive, houve críticas incisivas à adoção da manutenção territorial, preferindo-se a preservação do *status quo* das localidades, uma vez que não havia consenso sobre como deveriam ser dirigidos os novos traçados territoriais. Assim, conforme analisa Boutros-Ghali (1969), utilizou-se uma justificativa proveniente do Direito Internacional e já amplamente empregada pelas ex-metrópoles espanholas e portuguesas para a delimitação das fronteiras das Américas – *uti possidetis iuris*¹⁶. Como consequência, a manutenção da soberania dos Estados já independentes se tornou inquestionável perante a Organização e os demais territórios, assim como a igualdade entre eles.

Essa questão, inclusive, é de extrema pertinência, uma vez que os artigos iniciais perpassam entre a “*igualdade soberana de todos os Estados membros*”; “*não ingerência nos negócios internos dos Estados*”; e o “*respeito à soberania e a integridade territorial de cada Estado e seu direito inalienável a uma existência independente*” – ou seja, a intangibilidade das fronteiras africanas (OAU, 1963).

Esses princípios geraram diversos conflitos, que vão desde a estrutura da própria Organização como um instrumento de integração continental até conflitos internos resultantes dos discursos e das ações dos dirigentes dos Estados independentes, que buscavam a

¹⁶ Princípio do direito internacional que estabelece que aqueles que de fato ocupam um território têm direito sobre ele (expressão: como possuíis, assim possuiais) (Boutros-Ghali, 1969).

manutenção de suas linhas territoriais. Isso levou à criação de um nacionalismo que frequentemente ia de encontro aos anseios das minorias étnicas e culturais que se aglutinaram ou se separaram durante o período colonial (Manigat, 1971; Valente, 1984; Murithi, 2009).

Nessa vertente, Said Yusuf Addi (1981) é categórico ao expressar que o princípio da autodeterminação pregado pela OUA deveria abranger todos os povos, sejam eles dependentes ou independentes, caso a própria organização assumisse o protagonismo na promoção da paz e da unificação africana. Addi (1981) ainda enfatiza que os conflitos entre africanos, as intervenções estrangeiras e a repressão nacional são problemas negligenciados pela OUA.

Essas críticas podem ser analisadas à luz dos diversos embates que eclodiram durante a vigência da OUA, assim como aqueles que se arrastaram antes mesmo do seu surgimento e perduraram por um longo tempo, como a Guerra Civil de Biafra (1967-1970) e a segunda guerra civil na República Democrática do Congo (Valente, 1984; Murithi, 2009).

A intangibilidade perquirida não era um ponto unânime, tendo em vista que os conflitos mencionados acabaram por se tornar mais gravosos e com interferências externas do continente, como o financiamento pelas potências globais da época (EUA e URSS) dos grupos perpetuavam as disputas. Além disto, Elikia M'Bokolo (2011) e Paulo Visentini (2013) destacam que os novos chefes de Estado africanos enfrentaram grandes desafios em sua política externa para negociar a inserção de seus Estados independentes no contexto global – além da necessidade de manutenção de seus governos –, o que resultou em um constante “jogo de cintura” diplomático, pois mesmo com a criação da Organização não existia uma política consensual a realizada pelos Estados-membros.

Assim, os retalhos utilizados para o surgimento da organização continental não traziam pontos originários e embasados na realidade de África. Apesar da clareza quanto ao objetivo de ação e funcionalidade, ainda havia questões que esbarravam na ausência de uma política concisa a ser realizada.

Retornando à Carta da OUA, dois pontos práticos divergiram dos objetivos desejados: “[...] a não subversão entre os Estados africanos”, este que previa a expressa “condenação, sem reserva, do assassinato político, bem como das atividades subversivas exercidas pelo Estados vizinhos ou outros Estados”; e a “afirmação de uma política de não-alinhamento em relação a todos os blocos [...]” (OAU, 1963).

Quanto a esse ponto, apesar de a Carta da OUA descrever as formas possíveis de subversão e os métodos para coibi-las, isso não reduziu nem eliminou os golpes de Estado, a ascensão de regimes militares e a instalação de governos autoritários no continente. Como

destacam Valente (1984) e Boutros-Ghali (1969), a ausência de consolidação política, somada ao fato de que muitas nações africanas eram jovens e emergentes do período colonial, resultou em vários golpes de Estado bem-sucedidos e no assassinato de chefes de Estado e líderes nacionais.

Ademais, aproveitando-se do princípio de não intervenção em assuntos internos estabelecido na própria Carta da OUA, muitos opositores aos regimes existentes buscaram refúgio em países vizinhos e lutaram para tomar o poder com apoio externo. Esse apoio vinha de financiamentos das ex-metrópoles e das potências globais da época, por meio de movimentos guerrilheiros ou apoio militar direto (Valente, 1984).

Conseqüentemente, a política de “não alinhamento” se insere incisivamente de maneira reversa. Com os interesses extracontinentais das ex-metrópoles e a influência das potências globais da época, houve uma constante “alimentação” de recursos e guerras por procurações no continente. Isso não apenas promovia os interesses econômicos e sociais dos financiadores, mas também perpetuava o controle e a intromissão sobre as novas nações independentes (Visentini, 2013).

A proposta de não alinhamento ou neutralidade dos Estados em relação a todos os blocos visava a unir os dois grupos políticos formados na África — Monróvia e Casablanca — no combate ao neocolonialismo. No entanto, como já exposto, muitos dirigentes não vinham como algo preocupante a proximidade entre os novos Estados e as ex-metrópoles, pois a política de algumas delas continuava a concentrar o poder nas mãos de elites locais que acabavam por ceder a conchavos, termos e políticas ainda oriundas dos Estados imperialistas (M'Bokolo, 2011; Visentini, 2013).

Além disso, com a necessidade de inserção do continente africano nas relações globais, muitos países adotavam políticas neutras de boa vizinhança com os blocos econômicos, ajustando-se conforme os interesses internos predominavam. Isto se desdobrou em uma ausência de unicidade quanto ao propósito de uma política neutra de não alinhamento, visto que não havia um consenso entre os dirigentes, pois as problemáticas internas ecoavam e eram mais importantes do que uma política continental a ser seguida.

Esse ponto tinha correlação direta nas disputas das nações. Embora houvesse o princípio de não subversão, por exemplo, evitando uma instabilidade de governos e a tomada de poderes por golpes, assassinatos, entre outros artifícios, era inegável que os conflitos internos entre etnias, os anseios tribalistas e os grupos políticos acabavam por sofrer influências extracontinentais, à medida que os recursos do continente e os interesses dessas intervenções externas se convergiam como moeda de troca (Valente, 1984).

É importante destacar que esta interferência é algo sofrido há tempos no continente. Como bem versa Paulo Visentini (2013), ao tratar dos antecedentes à Conferência de Berlim (1885), muitas tribos e reinos africanos, na intenção de preservar seus povos e territórios, buscavam aliar-se a grupos com interesses comuns, que poderiam ser religiosos, como os missionários, ou de expedição de outros Estados imperialistas que atuavam além das fronteiras coloniais. Assim, perpetuavam-se situações e eventos já vividos no continente, mas em contextos diferentes.

Por conseguinte, outra tentativa infrutífera de efetividade e funcionalidade da organização foi a cooperação que deveria ser promovida entre os Estados-membros. Um dos objetivos – senão o principal almejado por consequência dessa cooperação – era a “[...] resolução pacífica das disputas, pela via da negociação, de mediação, de conciliação ou de arbitragem [...]” (OAU, 1963), prevista no artigo quarto da Carta da OUA.

Os esforços para criar uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem em 1964 no Cairo demonstraram ânimo e potencial, mas não alcançaram a efetividade desejada. A comissão foi substituída pelo Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros e pela Conferência de Chefes de Estado e Governo quando se requeria a intervenção da OUA. Vale ressaltar que, para que houvesse intervenção, era necessário o requerimento das partes envolvidas para que a OUA pudesse mediar o acordo (Valente, 1984).

Essa tentativa de desenvolver o princípio harmônico e pacífico na resolução de problemas resultou na persistência de conflitos ao longo da década de 1970, bem como em intervenções e disputas territoriais no continente. Exemplos incluem a segunda crise do Congo, a questão de fronteira da Somália (entre Quênia e Etiópia pelo território de Ogaden, que durou por muito tempo), a disputa de fronteira entre Marrocos e Argélia, e a guerra civil de Biafra na Nigéria (1967 e 1968) (Valente, 1984; M’Bokolo, 2011; Visentini, 2013).

Alinhadas a essa questão, as instabilidades institucionais nos territórios foram cruciais na perpetuação desses problemas, resultando na continuidade dos conflitos. Todavia, apesar das ocasiões divergentes, o enfoque de grande conquista da OUA foi o seu “[...] devotamento sem reserva à causa da emancipação total dos territórios ainda não independentes [...]” (OAU, 1963), que se destacou como uma conquista significativa da organização.

Os esforços da OUA eram imprescindíveis para o sucesso da emancipação, dado o grande número de movimentos de libertação nos territórios ainda sob controle das ex-metrópoles, assim como movimentos libertários que já haviam obtido sucesso em outros Estados (agora independentes) e que auxiliavam articulações e estratégias para a conquista da

independência de regiões ainda coloniais (Valente, 1984).

O surgimento da Comissão Africana de Libertação, instalada na Tanzânia em 1963, foi um dos marcos expressivos na busca da conquista, não medindo esforços na delegação de funções ou auxílios de ordem política, econômica ou militar. Isso resultou, na década de 1970, na conquista da independência de vários territórios africanos, como Angola e Moçambique – ambos em 1975 (Valente, 1984; M'Bokolo, 2011).

Dessa forma, apesar da aura que envolvia a criação da Organização da Unidade Africana, com seus princípios pan-africanistas, o objetivo de promover o entendimento entre os Estados membros e de garantir uma inserção global para a África, o engessamento da organização a tornou quase meramente ilustrativa. Isso impossibilitou sua atuação em questões importantes entre os Estados membros e os territórios africanos, pendulando entre uma autodeterminação continental e o desgaste de conflitos continentais – que inclusive geraram uma crise institucional.

2.2 DOS TRATADOS FIRMADOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGENDA DA ORGANIZAÇÃO PELA UNIDADE AFRICANA VERSUS EXPECTATIVAS DE SEUS IDEALIZADORES

Dos princípios que moldaram o funcionamento da OUA, embora houvesse um desvio em relação às idealizações de alguns de seus fundadores, eles convergiram nas ações relacionadas à busca pela emancipação dos territórios que ainda não haviam alcançado a independência, bem como na extinção/extração de todas as formas de ações e interferências do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo.

Observa-se, portanto, uma grande distinção entre o que se esperava e o que foi efetivamente realizado, especialmente nos estudos sobre o processo de regionalismo. O período de existência da OUA pode ser analisado como uma etapa formadora e prática na construção do pensamento e da identidade africana, emergindo após as ações e desdobramentos do período imperial.

Logo, com forte influência do movimento pan-africano, os esforços despendidos pela organização para um fortalecimento regional se centralizaram na ajuda e na oferta de apoio aos movimentos de libertação nacional dos povos colonizados da África, e, paralelamente, na resolução de conflitos. Todavia, nessa vertente, sua atuação foi menos incisiva, em virtude das particularidades e do conflito com o princípio de não interferência dos Estados.

Esse apoio e auxílio aos movimentos de libertação resultou no reconhecimento dos

ideais buscados e de seus dirigentes no cenário internacional. A OUA passou a atuar e a se posicionar no espaço da política internacional como um ator e personagem com voz nas movimentações globais que estavam ocorrendo, elevando os assuntos regionais ao âmbito global e pontuando seu posicionamento (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

No contexto doméstico e regional, o princípio de libertação dos territórios não independentes colaborou para o surgimento de movimentos como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Patriotic Front, no Zimbábue, da SWAPO namibiana, do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Pan-African Congress (PAC), na África do Sul.

Destaca-se que dois desses movimentos foram formados pela fusão de grupamentos anteriores: a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) se uniram para formar a FRELIMO, e a Zimbabwe African National Union (ZANU), de Robert Mugabe, e a Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU), de Joshua Nkomo, se uniram para formar o Patriotic Front (Moreira, 1947; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui e Wondji, 2010).

Por conseguinte, houve uma condenação mundial do colonialismo e do apartheid, com apoio moral e material aos movimentos de libertação (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010). Esses atos foram provocados pela pressão contínua da OUA sobre as Nações Unidas, que conseguiu convencer a ONU da legitimidade das lutas e ideias de libertação dos povos africanos. A OUA exigiu que todas as instituições especializadas da ONU auxiliassem materialmente os movimentos de libertação. Como resultado, a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e seu governo de minoria branca não foram reconhecidos, e o Conselho para a Namíbia na administração colonial (constituído ilegalmente) foi substituído (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Essas movimentações foram o resultado de ato de Chefes de Estados africanos em um programa de ação à descolonização, que formalizaram o entendimento e o pactuaram entre si questões regionais imprescindíveis para o alcance da libertação das localidades africanas não independentes. Por exemplo, a manutenção do regime colonial foi considerada uma violação dos direitos dos habitantes dos territórios em disputa e uma ameaça à paz do continente. Além disso, foram denunciados genocídios perpetrados pelos colonizadores portugueses e a política de segregação imposta pelos colonizadores britânicos, com a exigência de que os aliados ocidentais se opusessem a esses atos (Moreira, 1947; Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Ainda, a atuação além-fronteira também apoiou situações no Oriente Médio, ressaltando a proximidade entre o mundo árabe e os povos africanos. Especificamente, a questão da Palestina foi ponto visado, com a expressa solidariedade da OUA para com o Egito e outros países árabes em virtude da ocupação de seus territórios por Israel desde julho de 1967. A OUA manifestou e solicitou aos membros do bloco continental que empregassem seus esforços e influências para que Israel aplicasse a Resolução 242 do Conselho de Segurança (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Desta forma, o objetivo claro da Organização da Unidade Africana era encontrar a paz para seus territórios frente aos regimes coloniais que constantemente afetavam as estruturas dos Estados membros, promovendo a autodeterminação dos povos africanos. A OUA fundamentava sua busca na devolução da dignidade aos habitantes do continente, extraíndo do movimento pan-africano os ideais para superar as sequelas do extrativismo e da escravidão que ainda reverberavam sobre os africanos na diáspora, por meio do racismo latente e das mazelas do colonialismo sofrido (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Crivelmente, como já exposto, os princípios que norteavam a Carta de fundação da OUA incluíam a pacificação de conflitos internos. Nesse sentido, foi criada uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, que, dentre suas funções, tinha a tarefa específica de lidar com as facções políticas e militares nos territórios que recebiam apoio de metrópoles do Norte Global, como as potências que detinham a polarização mundial – EUA e URSS (Kodjo; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010).

Esse combate, paralelamente às ações de apoio aos movimentos de libertação, tornou-se o foco da organização, com a realização de convenções e com um enfoque na segurança do continente. Esses malefícios eram, e ainda são, o cerne de muitos entraves para o desenvolvimento social e econômico das regiões. Consequentemente, as convenções assumiram um papel central na tentativa da OUA de resolver esses problemas, ao mesmo tempo em que buscavam fortalecer e garantir a autodeterminação dos Estados afetados por instabilidades políticas.

Essa tentativa de alinhamento frente à problemática fez surgir uma sequência de Convenções específicas, incluindo a Convenção da OUA sobre a Eliminação do Mercenarismo em África, de 1977; as Normas de Conduta das Relações Inter-Africanas, adotadas pela Trigésima Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, de 1994; e a Convenção da OUA sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo, adotada pela Trigésima Quinta Cimeira da OUA, de 1999 (African Union, 1991; African Union, 2006).

É importante destacar que não houve uma exclusividade ou tão unicamente uma ação apenas voltada à seguridade do continente, uma vez que a Organização também tratou de outros temas e acordos. Contudo, como exposto, a resolução de conflitos ainda era questão latente. Além disso, as tentativas de resolução frequentemente esbarravam no conflito com os interesses internos dos Estados, que se viam diretamente impactados no cenário internacional, e na dificuldade de romper os vínculos com as ex-metrópoles.

Essa realidade foi expressa no Relatório da Comissão sobre a Situação dos Tratados da OUA/UA (2012), que revelou que foram adotados quarenta e dois tratados (42), dos quais apenas vinte e sete (27) destes entraram em vigor e dois (02) suplementares estavam provisoriamente em vigor (African Union, 2012).

Esses dados ilustram o problema que circundava o objetivo da OUA: o receio dos Estados nas adesões frente a soberania de seus territórios, ou seja, havia uma preocupação de que a anuência resultasse na gerência de assuntos internos e na soberania dos Estados, refletindo uma grande desconfiança e bloqueios, visíveis até mesmo nas etapas de estudo do processo de regionalismo (African Union, 2012).

Nessa conjuntura de esforço para descolonização dos territórios e temor quanto ao não respeito às delimitações territoriais e à soberania, a Organização da Unidade Africana viu suas tentativas de adesão a acordos e tratados que visavam a integração regional se tornarem infrutíferas. Esse fato se insere entre os principais fatores de desestabilização do continente africano. A dificuldade de integração regional, especialmente de caráter político e econômico, refletia a influência das grandes potências, uma vez que os Estados membros do bloco davam privilégio aos planos de ajuda econômica de países específicos, prejudicando a integração regional (Gautrons; Jarmache, 1979 *apud* Valente, 1984).

Além disso, destacam-se três fatores interligados: primeiramente, embora a posição da Organização frente à descolonização fosse clara, ela se manifestava de maneira tardia em relação aos demais cenários mundiais e ocorria em um contexto de disputas entre o bloco capitalista e o comunista, o que dificultava sua resolução. Como consequência (o segundo fator), surgiram e ressurgiram conflitos entre países vizinhos de ordem étnico-cultural, política ou ideológica. Por fim, a fraqueza política das nações, com a instabilidade dos partidos e o crescente protagonismo dos militares no cenário político, resultou em tomadas de poder e na instauração de regimes ditatoriais (Gautrons; Jarmache, 1979 *apud* Valente, 1984).

Logo, ao analisar o período de existência da Organização da Unidade Africana, percebe-se que Logo, ao analisar o período de existência da Organização da Unidade Africana, percebe-se que, desde o seu surgimento na década de 1960 até seu "fim" nos anos

2000, houve uma ação regional de bifurcação. A OUA foi fortemente significativa no cenário mundial nas lutas contra o apartheid, o colonialismo e outras formas de dominação europeia sobre o território africano (Engel, 2019). No entanto, por outro lado, apesar das inspirações de unidade e solidariedade entre seus Estados membros e fundadores, baseadas nos princípios e ideais pan-africanos, a outra vertente da bifurcação da organização fracassou em promover cooperação e melhorar a vida da população africana. Isso resultou, inclusive, em regressos nas ações e implementações da Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Engel, 2019).

Devido a esses fatores, que misturavam a situação interna do continente com as dificuldades da OUA no processo de regionalismo e integração regional entre seus Estados membros, o período de existência da organização foi caracterizado por uma oscilação. A OUA transitou entre a aplicação das ideias do movimento pan-africano nas independências e seu papel como ator global influente na política internacional. Além disso, a tentativa de resolução de conflitos internos frequentemente esbarrou nos princípios estabelecidos pela própria organização em seu momento de fundação, resultando em fracassos na coalizão de tratados e acordos. Isso também se refletiu em eventos marcantes no continente, como genocídios e conflitos persistentes entre países vizinhos.

3 DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA À UNIÃO AFRICANA - DOS ANTECEDENTES E CONFLITOS CONTINENTAIS AO CONTEXTO DA ATUALIDADE

O eufórico e pujante surgimento da Organização da Unidade Africana, posterior ao “ano da África” e à eclosão da independência de muitos territórios do continente, oscilou entre acertos e erros. Ao final da existência, ou conversão, do bloco continental/regional, a organização ainda enfrentava obstáculos que haviam sido enraizados nos territórios durante o período colonial.

Por tais razões, com o passar dos anos, a junção entre crises internas como instituição e a crise no plano externo ao continente africano, entre as décadas de 1960 e 2000, levou a uma transformação significativa. O que inicialmente eram vistos como os “ventos da mudança” no continente evoluiu para uma situação de caos e instabilidade, que, por sua vez, resultou na criação da União Africana como uma segunda onda de transformação.

Partindo do pensamento e ideal que buscavam os idealizadores da organização, mesclando o processo de regionalismo continental e os pensamentos e princípios do movimento pan-africano, o ponto central que se buscava era a instituição de uma entidade política, de modo que se teceu, ao longo dos anos que antecederam o surgimento da OUA, a construção de uma identidade africana e um pertencimento unitário no continente.

Entretanto, além das podas sofridas em seu surgimento, como a divisão em dois grupos internos dos Chefes de Estados com pensamentos diversos, um dos primeiros problemas enfrentados pela organização como entidade política foi a relação com outras organizações, como as organizações regionais africanas, as organizações internacionais e as organizações não governamentais pan-africanas (El-Ayouty; Brooks, 1974).

A tentativa de resolução desse problema restou infrutífera, pois, à medida que os Estados africanos conquistavam sua independência, muitos deles usavam a política internacional para promover seus próprios interesses, desviando-se do objetivo de fortalecer o regionalismo africano (Engel, 2019). Com o passar das décadas, a ação central de independência dos territórios, que poderia posteriormente fomentar o fortalecimento da entidade e o surgimento de estruturas regionais, acabou se tornando uma razão contrária aos objetivos inicialmente almejados.

Essa disparidade entre os princípios promovidos pelos fomentadores do movimento pan-africano e a prática adotada pelos Estados independentes se tornou cada vez mais evidente, à medida que se ofuscavam as concepções do movimento de unidade. Em contrapartida, eclodiam-se as disputas internas de territórios, acompanhadas pela mudança de

Chefes de Estado (El-Ayouty; Brooks, 1974; Engel, 2019).

Seccionando os acontecimentos, entre os anos de 1960 e 1969, observa-se uma oscilação entre a euforia pela conquista da independência dos territórios e a subsequente estagnação da organização, marcada por um gradativo desleixo da Assembleia dos Chefes de Estado da OUA na tomada de decisões e uma divergência crescente entre a retórica e a prática política da entidade como organização internacional (El-Ayouty; Brooks, 1974; Engel, 2019).

Entre as razões, destacam-se as poucas iniciativas para o desenvolvimento das relações internas e, no cotejo dessas poucas iniciativas implementadas, o raso apoio recebido, o que resultou em um fracasso nas tomadas de decisões a nível continental. Um exemplo é a Convenção Fitossanitária para África de 1967, que não exigiu assinatura nem data de entrada em vigor, sendo ratificada por apenas doze membros da então OUA (El-Ayouty; Brooks, 1974; Engel, 2019).

Não apenas se observa um desinteresse na coalisão e fortificação da organização no processo de regionalismo, mas também um obstáculo construído pelo Estados membros, que foi inserido como princípio na criação da OUA: a ingerência de assuntos internos. Além disso, nos anos que sucederam a década de 1970, há uma aparição gradativa de Estados não democráticos no continente, à medida que diminuía os territórios coloniais independentes e aparentemente se minavam as formas europeias de colonialismo em África.

Esse levante das situações políticas nos Estados se dava em virtude da ampla somatória de fatores: desde conflitos históricos e perpetrados pelo período colonial com os conflitos étnico-culturais, passando pela influência e interferência das ex-metrópoles e das potências globais polarizadas no contexto da Guerra Fria, até a situação de miserabilidade que afligia os povos africanos na época. Esses elementos se tornaram ingredientes para ações totalitárias, resultando no fim do multipartidarismo em muitos dos Estados membros da organização e na ascensão de militares e ditadores ao poder.

No período que vai de 1969 até o início de 1990, antecedente ao fim da Guerra Fria, a OUA chegou a ser chamada de “clube dos ditadores”. Esse apelido era justificado pela situação política da época: até o final de 1969, dos 41 Estados independentes, apenas seis¹⁷ mantinham o multipartidarismo e eleições – que foram, posteriormente, extintos. Além disso, houve uma ascensão exponencial de regimes militares durante esse período, marcando, inclusive, a época com a maior violação dos direitos humanos pelos governos dos Estados africanos (Mutua, 2000; Engel, 2019).

¹⁷ Botsuana, Guine Equatorial, Gambia, Madagascar, Mauritânia e Zâmbia.

Na continuidade temporal do período de existência da OUA, a segunda metade dos anos 1980 até o fim da Guerra Fria (1991) foi marcada por sucessivos percalços no continente africano, com: a intensificação dos conflitos étnico-culturais; a nova fase em que se encontrava a Guerra Fria, ruindo-se para o fim; e a nova reestrutura da economia mundial, seguindo para uma diminuição na corrida armamentista e uma pressão, por parte da então URSS, para que seus aliados buscassem se adequar politicamente (Macedo, 2008).

Esse cenário se tornou propício para constantes reviravoltas. Embora houvesse os conflitos nos territórios africanos, o estágio que antecedeu o início da década de 1990 e se estendeu até os primeiros momentos do ano de 2000 foi marcado por um forte surgimento dos “ventos democráticos”, tanto internos quanto externos no continente. Esse fenômeno reverberou no início e na aplicação de acordos de paz em conflitos, como na Namíbia (resultando na independência do território), além dos conflitos em Angola e Moçambique, e no fim do apartheid na África do Sul (Macedo, 2008).

Todavia, apesar das mudanças marcantes na África, a nova Ordem Mundial, com o desmantelamento da URSS, também ocasionou a marginalização do continente no sistema internacional. A perda de poder de barganha e da posição estratégica que a África tinha durante o período de bipolarização resultou na tribalização dos conflitos e da política regional (Macedo, 2008; Döpcke, 2002).

Por consequência, a instabilidade do continente prevaleceu sobre as ações que, a princípio, prometiam o fim dos embates nos territórios. Isso resultou na quebra dos acordos de paz, em novos golpes de estado e na ascensão de grupos armados em vilarejos e territórios da África Central e África Oriental. Além disso, as guerras civis se intensificaram na região do Senegal, na Libéria e na Serra Leoa, bem como nos Estados do Sahel¹⁸ (Macedo, 2008).

Nesse contexto, mesmo os grandes esforços da OUA por meio da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Conflitos restaram infrutíferos, resultando em um grande número de refugiados. Entre os acontecimentos mais marcantes estão o genocídio dos povos da etnia hutu em Ruanda, em 1994, e a guerra do Congo-Kinshasa, que ocorreu entre 1998 e 2002 (Macedo, 2008; Döpcke, 2002).

A continuidade da influência e das constantes interferências das potências do Norte Global contribuía para a manutenção dos confrontos civis nas regiões, permitindo a instalação de grupos mafiosos financiados pelo tráfico ilegal de minérios e drogas, que se espalhavam rapidamente pelo continente. Esse cenário gerava um ciclo de tentativas de

¹⁸ Mali, Níger, Mauritânia e Argélia.

redemocratização e golpes ditatoriais nos Estados africanos (Macedo, 2008; Döpcke, 2002).

Em meio a diversos acontecimentos, como a crise institucional da OUA, a continuidade de conflitos continentais e as mudanças no cenário mundial, os atores políticos africanos, influenciados pela evolução política que emergia em virtude da nova onda de democratização – que oscilava entre Estados que alcançavam sucesso e outros que retrocediam com a ascensão de governos ditatoriais – tinham uma preocupação unânime: a nova realidade global destacava a globalização e o continente africano se via engessado sobre o mesmo problema: seu desenvolvimento (M'Bokolo, 2009).

A elaboração de propostas de emergência que visavam assegurar o desenvolvimento continental, como o “Plano Ômega”¹⁹, proposto pelo senegalês Abdoulaye Wade, e o “Programa do Milênio para o Renascimento Africano”, proposto pelos presidentes Abdelaziz Bouteflika (Argélia), Thabo Mbeki (África do Sul) e Olusegu Obasanjo (Nigéria), buscavam um renascimento e ressurgimento do africano diante das dificuldades econômicas. No entanto, essas iniciativas não conseguiram produzir as mudanças necessárias para alterar a situação do desenvolvimento e da economia no continente (M'Bokolo, 2009).

Com força contrária ao avanço econômico, os conflitos que assolavam o continente enfraqueciam as regiões africanas e impediam qualquer perspectiva de estabilidade territorial, política e social. Isso evocou a necessidade de o continente se adaptar a uma nova tendência de reafirmação no sistema global. Assim, as inspirações que anteriormente sustentaram a criação da OUA foram revitalizadas para reformular a organização, de modo a servir como base para um renascimento do continente por meio de uma nova entidade.

Assim, com a ação inicial do então presidente da Líbia, Mouammar Kadhafi, e as movimentações do sul africano Thabo Mbeki, a substituição da OUA por uma organização mais ambiciosa e eficaz passou dos planos para a aplicação prática (Macedo, 2008; Döpcke, 2002; M'Bokolo, 2009).

A áurea que circundou essa substituição não apenas marcou uma nova tendência de reafirmação de África no cenário mundial, mas também o surgimento de um renascimento e uma perspectiva de futuro para o continente. O ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki (1999-2008), expôs os anseios desse ressurgimento, que visava construir um novo mundo africano democrático, pautado na paz e na estabilidade. Mbeki destacou a aspiração de um desenvolvimento que propiciasse uma vida melhor para o povo africano, sem a presença de

¹⁹ Posteriormente, a convergência dos dois projetos resultou na criação da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), adotada pelos Chefes de Estados africanos em 2001, renunciando às ambições anteriormente propostas pelo Plano de Ação de Lagos de 1980 (M'Bokolo, 2009).

racismo e sexismo, promovendo a igualdade entre as nações e um sistema justo e democrático de governo internacional.

Esse discurso altivo e, de certo modo, o misticismo envolto na busca de novos caminhos para o continente, deram azo para a discussão e o surgimento da União Africana. A aprovação do Ato Constitutivo ocorreu em 2000, em Lomé, Togo, sendo ratificado em 2001 e formalmente lançado em julho de 2002, em Durban, África do Sul (Döpcke, 2002; M'Bokolo, 2009).

A realidade mundial no momento do surgimento da União Africana era diversa da anterior. A globalização emergiu como o novo fenômeno econômico, político e social, exigindo que o continente africano se adaptasse e se inserisse no novo cenário de integração global. Para que isso ocorresse, as ideias que fomentaram a criação da OUA deveriam ser integradas no processo de regionalismo do continente.

3.1 A UNIÃO AFRICANA: DOS PRINCÍPIOS AO FUNCIONAMENTO E NOVO MODELO REGIONAL - AGENDA VERSUS EXPECTATIVAS DE SEUS IDEALIZADORES

Os famigerados “ventos da mudança” que trouxeram o sentimento eufórico na criação da antiga OUA, com a particularidade da necessidade de um combate crucial às dominações europeias coloniais que pairavam no continente, assemelham-se, de certo modo, às mudanças que culminaram no surgimento da União Africana, uma vez que a nova organização apresenta significativas semelhanças em relação à sua predecessora.

A adoção de princípios equiparados foi ponto presente na criação do Ato Constitutivo. Inicialmente, a erradicação de todas as formas de colonialismo no continente foi considerada cumprida. No entanto, na continuidade dos novos termos ratificados, manteve-se a aderência ao princípio de soberania e não-interferência nos assuntos internos dos Estados africanos (Döpcke, 2002). Embora não seja uma questão que gere estranheza, nem surpresa, a manutenção dessa “intangibilidade” dos Estados africanos continua sendo questão delicada nos territórios delimitados pela Conferência de Berlim (1885) e que foram mantidos posteriormente com as independências dos países.

No entanto, o advento da nova entidade internacional buscava coalizar três eixos principais: primeiramente, assumir o compromisso de promoção de instituições e princípios democráticos, com a participação popular, a constituição de Estado de direito e a justiça social, prezando pelos direitos humanos e pela igualdade entre os sexos, além de condenar e

rejeitar mudanças de governo por meios não constitucionais (Mutua, 2000; Döpcke, 2002). Em segundo lugar, a manutenção da paz, segurança e estabilidade no continente deveria receber atenção relevante, observando a proibição do uso da força e da ameaça nas relações interestaduais e enfatizando os princípios de coexistência pacífica para promover maior cooperação nas regiões de segurança, com a reativação das organizações regionais africanas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos (Döpcke, 2002). Por fim, conceito de “unidade” da organização deveria ser redefinido para um processo rápido de integração política e econômica, por meio da harmonização e coordenação entre os grupos de integração regional (Döpcke, 2002).

Essas finalidades basilares em que se pautava a União Africana procuravam mitigar os infortúnios carregados pela sua antecessora, enfocando duas frentes cruciais e de constante dificuldade de resolução no continente: os conflitos e o desenvolvimento econômico.

O surgimento da União Africana é descrito como um grande passo na evolução institucional do continente africano. Seu propósito era acelerar o processo de integração regional, promovendo um desempenho mais robusto na economia global. Isso seria alcançado por meio de ações voltadas para a resolução dos múltiplos problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados pelo continente, que se apresentavam como aspectos negativos no cenário da globalização (Dofonnou *et al.*, 2016). Em relação à instituição, a União Africana se diferencia da estrutura da Organização da Unidade Africana por adotar um modelo mais complexo, inspirado na União Europeia.

O Ato Constitutivo da União Africana estabeleceu a formação de nove instituições, começando pela Assembleia da União, o órgão supremo composto pelos Chefes de Estado e de governo. Em seguida, foi criado o Conselho Executivo, composto pelos Ministros das Relações Internacionais (Döpcke, 2002). Além disso, a estrutura inclui um Comitê de Representantes Permanentes, sete Comitês Técnicos Especializados e cinco Comissões: o Secretariado da União Africana, o Parlamento Pan-Africano, o Conselho Econômico, Social e Cultural, o Tribunal de Justiça e as Instituições Financeiras (o Banco Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco de Investimento Africano) (Döpcke, 2002). Para completar a estrutura institucional, foram incorporados o Conselho de Paz e Segurança, um órgão de segurança coletiva, e o *African Peer Review Mechanism* (APRM), um instrumento para a automonitoria do desempenho governamental dos Estados africanos, oriundo do Plano NEPAD (Döpcke, 2002).

As diretrizes da nova organização foram baseadas no interesse em construir um processo de integração gradual, delegando às Comunidades Econômicas Regionais (CERs) a

função de integrar economicamente as sub-regiões africanas. Isso visava facilitar a integração continental e, paralelamente, fomentar e estimular o NEPAD no setor privado para promover a cooperação e a integração econômica (Gonçalves, 2014 *apud* Assis *et al.*, 2021).

Atualmente, existem oito instituições regionais dentro da União Africana que atuam de forma colaborativa com a organização, cada uma com diferentes níveis de institucionalização, sendo elas: a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (*Intergovernmental Authority on Development – IGAD*); a Comunidade da África Oriental (*East African Community – EAC*); a União do Magreb Árabe (UMA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States – ECOWAS*); a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (*Communauté des Etats Sahélo-Sahariens – CEN-SAD*); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States – ECCAS*); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern Africa Development Community – SADC*); o Mercado Comum da África Oriental e África Austral (*Common Market for Eastern and Southern Africa – COMESA*); e, mais recentemente, a Área Continental de Livre-Comércio Africana (*African Continental Free Trade Area – AfCFTA*) (African Union, 2018; Assis *et al.*, 2021).

As instituições regionais mencionadas fazem parte de um longo processo de tentativa de integração regional do continente africano, cada uma com suas particularidades em relação à proximidade territorial entre seus Estados membros e à afinidade geohistórica (Altemani, 1986 *apud* Milhomem, 2023). Inicialmente criadas com o objetivo de desvincular as economias regionais das ex-metrópoles, essas instituições passaram por diversas tentativas e artifícios, moldando a integração econômica regional. Isso incluiu a adoção de tarifas externas comuns para os membros dos blocos e o alinhamento de políticas internacionais para o desenvolvimento econômico, passando por propostas de projetos econômicos, como o “Plano Lagos de Ação” e o “NEPAD”, até a formação das Comunidades Econômicas Regionais (CER’s) e, por fim, o surgimento da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), estabelecida em 2018 por 54 países do continente (Fofack; Mold, 2021; Altemani, 1986 *apud* Milhomem, 2023).

O objetivo da organização na construção do integracionismo africano foi de importância crucial para as ações delegadas às organizações regionais. Estas, além de desempenharem um papel relevante no fomento ao desenvolvimento econômico de suas respectivas áreas, também foram fundamentais na prevenção, gestão e resolução de conflitos internos.

Essa última atribuição tomou corpo com o fim da Organização da Unidade Africana,

que havia concentrado na Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Conflitos a responsabilidade de resolver os embates entre seus Estados membros. No entanto, apesar das diversas tentativas de aplicação dessas intenções, não houve sucesso devido aos princípios estabelecidos na Carta da OUA. Entre esses princípios estavam a igualdade soberana dos Estados membros, a não interferência nos assuntos internos dos Estados, o respeito pela soberania e integridade territorial, o direito inalienável à independência, a solução pacífica de controvérsias, a condenação de assassinatos políticos e atividades subversivas, a emancipação dos Estados não independentes e a afirmação de uma política de não alinhamento em relação aos blocos vigentes durante a Guerra Fria (Zeca, 2017).

Dessa forma, a fraca adesão dos Estados membros da organização a mecanismos de resolução pacífica de conflitos — como instituições, tratados e diretrizes — limitava a atuação da entidade e da própria Comissão na implementação e promoção de medidas eficazes para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. No entanto, mesmo com a criação de mecanismos para a efetiva aplicação e ação dos objetivos de pacifismo pela União Africana, o intervencionismo se consolidou como um dos principais atributos das organizações regionais para o sucesso de suas funções. Ainda assim, persiste o desafio quanto ao cumprimento efetivo desses objetivos pelos Estados africanos na busca da paz, bem como a aplicação adequada da entidade continental e dos institutos enquanto agentes na resolução de conflitos (Zeca, 2017).

O questionamento se torna importante uma vez que os conflitos que pairam sobre o continente, tanto Intra e Interestatais – diferenciando-se entre embates internos e internacionalizados – eclodiram após a década da África (1960), com a conquista das primeiras independências, pelos mais diversos motivos, mas todos relacionados ao longo, exaustivo e marcante período colonial sofrido pelo continente (Zeca, 2017).

A manipulação exercida por lideranças e elites dos territórios²⁰ sobre os grupos étnicos favoreceu a disseminação dos conflitos internos. Os “combatentes de linha de frente”, muitas vezes usados como marionetes, não tinham justificativas claras para as guerras e disputas. No entanto, essas ações asseguravam aos interessados a manutenção do poder e a imposição de suas agendas políticas, resultando em um ciclo de violência crescente. As partes envolvidas, então, não viam outra forma de resolver os conflitos senão por meio de mais violência (Zeca, 2017).

²⁰ É importante lembrar que, em momentos anteriores às primeiras independências, muitas ex-metrópoles se alinharam com as elites dos territórios colonizados, moldando-as para garantir a manutenção da interrelação colonial.

Por sua vez, a incidência de agentes externos, que direta ou indiretamente estavam em quase todos os confrontos internos, resultava em ações catalisadoras e instigadoras de atritos, desequilibrando e piorando ainda mais o estado em que se encontrava os embates (Zeca, 2017). Como consequência, não apenas o cenário caótico se instaurava e estacionava nos territórios africanos, mas também a instabilidade se tornava uma norma, resultando em uma sequência contínua de estagnações e desestabilizações das regiões e das instituições regionais criadas com o propósito de fortalecer e auxiliar no desenvolvimento dos Estados africanos (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017).

Com a ciência, e consciência, do resultado dessas persistências desgastantes, e usufruindo da obrigação delegada no que tange certa autonomia para dirimir problemas, bem como progredir na integração das sub-regiões africanas, as organizações criaram seus próprios mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como os mecanismos de promoção da paz e segurança regional. Esses esforços visam operacionalizar a arquitetura de paz e segurança da União Africana (Zeca, 2017).

Dessa forma, aproveitando sua relevância na Política Internacional e na vida social dentro do Sistema Internacional, as organizações internacionais sub-regionais africanas estabeleceram mecanismos de resolução de conflitos. Seu objetivo foi agregar e cultivar uma consciência entre os Estados membros para buscar entendimento e equilíbrio nas relações de força e poder existentes entre eles. Até então, a única abordagem utilizada para encerrar (ou tentar encerrar) as disputas era a violência (Zeca, 2017).

Assim, alinhando-se ao conceito central e aos métodos para alcançar os objetivos das organizações internacionais regionais, foram implementadas ações pautadas no surgimento de normas, regras, leis e procedimentos para a resolução de disputas. Além disso, foram empregadas ajudas humanitárias, forças militares e programas de assistência ao desenvolvimento, servindo como mecanismos para a legitimação e respeito de atos, tratados, normativas e quaisquer outros aspectos que possam coexistir no âmbito da integração regional pelos Estados membros. Isso gerou, para esses atores, um sentimento de obrigação moral (Herz; Hoffmann, 2004 *apud* Zeca, 2017).

Vale ressaltar que essas iniciativas não eram exclusivas do período de surgimento da nova organização continental africana. Brevemente antes do surgimento da Organização da Unidade Africana (1963), as movimentações pró-independência dos territórios africanos eram extremas e vigorosas. Porém, coexistia a preocupação com a manutenção desses status independentes, bem como a necessidade de encontrar meios que facilitassem o crescimento econômico dos então futuros Estados independentes, em compensação aos anos de exploração

resultantes do colonialismo.

Logo, antes mesmo da obtenção de algumas independências, surgiram projetos de coalisão de territórios, inspirados pelos ideais pan-africanos, com o objetivo de promover solidariedade e desenvolvimento econômico, além de fortalecer e estabilizar a integração regional entre os Estados próximos. Entende-se por Estados próximos não apenas aqueles geograficamente vizinhos, mas também aqueles que compartilham aspectos históricos, culturais, étnicos e linguísticos, destacando, entre esses elementos, as línguas das metrópoles coloniais que foram incorporadas aos territórios africanos. Entre esses projetos, destacam-se: a Confederação do Mali (1959), embora tenha existido por pouquíssimo tempo; e os planos de criação de uma federação econômica entre os países francófonos – ideia esta encabeçada pelo marfinense Felix Houphoët-Boigny.

Continuamente, com o surgimento da OUA (1963), os anseios para integração regional continental culminaram no surgimento dos blocos regionais africanos, iniciados a partir do Plano de Ação de Lagos (1980) e no Tratado de Abaju (1991), que marcaram o início das Comunidades Econômicas Regionais Africanas (Zeca, 2017). Inicialmente, foram criadas cinco organizações regionais, sendo elas: Comunidade Económica da África Ocidental²¹ (1975); Comunidade Económica da África Central²² (1981); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento²³ (1986); União Árabe do Magreb²⁴ (1989); e a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral²⁵ (1992).

Com o objetivo principal de promover a cooperação e a integração regional entre seus membros, cada organização regional tinha uma especificidade voltada para a região em que atuava (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021):

A Comunidade Económica da África Central e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral tinham como objetivos centrais o desenvolvimento e o crescimento econômico da região, assim como a busca por uma melhor qualidade de vida para seus povos;

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento concentrou seus objetivos na promoção da segurança alimentar, além de atuar na paz, segurança e assuntos humanitários;

A União Árabe do Magreb visava consolidar relações mais fraternas entre os

²¹ Formada por Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

²² Formada por Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Angola.

²³ Formada por Djibouti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão, Uganda e Sudão do Sul.

²⁴ Formada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

²⁵ Formada por Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagascar, Maláui, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ilhas Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tânzania, Zâmbia e Zimbábue.

membros, possibilitando uma progressão gradual na circulação entre as fronteiras em diversas áreas; e

A Comunidade Económica da África Ocidental objetivou uma ampla gama de segmentos, que variavam desde a circulação interfronteiriça, até a promoção de projetos de desenvolvimento para atividades primárias, como a agricultura, e também para atividades secundárias e terciárias, além da criação de um mercado comum.

Com o surgimento dos blocos regionais, surgiu a possibilidade de expansão do mercado, com a criação de economias de escalas diversas, e a contribuição para redução da dependência com o mercado externo e os países extracontinentais. Em resposta a essas perspectivas, os blocos regionais se encarregaram de criar mecanismos de cooperação, visando proteger os mercados regionais. Eles foram estruturados com base nas realidades da região e dos Estados membros formadores, oferecendo espaço para fatores de produção, produção industrial e comercialização em nível regional.

Apesar disto, vale ressaltar que esses avanços e aspirações não avançavam de forma linear entre os blocos. As dimensões de vivência e as realidades entre eles eram diversas, o que refletia diretamente nas integrações regionais. Em algumas áreas, a integração foi alavancada por Estados com maior poder e capacidade, enquanto, em outras, as projeções foram reduzidas devido a conflitos mais intensos ou frequentes (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021).

Essas projeções, expectativas e confrontações com a realidade ganharam grande impulso a partir da década de 1980, com o surgimento e a evolução dos blocos regionais mencionados. No entanto, como amplamente discutido ao longo deste trabalho, os conflitos internos e entre Estados nas regiões africanas afetaram drasticamente o desempenho e os esforços de integração durante o período de existência da OUA, que se estendeu das décadas de 1960 a 1990. O respeito aos princípios estabelecidos na Carta de criação da OUA, como a não interferência em assuntos internos e a soberania das fronteiras, frequentemente interrompia ou tornava lentas as tentativas de desenvolvimento (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021).

Diante desse cenário, com o surgimento da União Africana e a reformulação dos princípios estabelecidos em seu Ato Constitutivo, a inviolabilidade das fronteiras se tornou limitada. Caso se confrontassem com outras garantias principiológicas da Organização, haveria a possibilidade de intervenção da entidade. Entretanto, para evitar uma sequência de atos que gerassem ainda mais conflitos e atritos entre Estados, regiões e o continente — lembrando que, ao longo da existência dos Estados independentes, a violência era

frequentemente o único meio efetivo de resolução de conflitos —, foi delegada à União Africana a responsabilidade de gerenciar conflitos territoriais na reformulação dos blocos regionais africanos (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021).

Em alinhamento e resultado, a cooperação entre os blocos e a União Africana propiciou a criação e materialização de mecanismos de segurança e prevenção para enfrentar os entraves conflituosos. Foram desenvolvidos instrumentos próprios para cada organização regional, voltados para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em suas respectivas regiões, como uma diplomacia preventiva (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021).

A criação de instrumentos próprios de cada organização regional foi moldada de acordo com a realidade específica de cada uma, assim como as cooperações estabelecidas nas diversas vertentes propostas no momento do surgimento dos blocos. O nível de integração alcançado por cada bloco influenciou a forma como assistiam, manipulavam e buscavam resolver seus conflitos. Por exemplo, a SADC²⁶, a CEDEAO²⁷ e a Comunidade de Cooperação da África Central²⁸ criaram métodos distintos para solucionar suas questões (M'Bokolo, 2009; Zeca, 2017; Assis *et al.*, 2021).

Assim, nesse contexto, a reestruturação dos blocos regionais contribuiu significativamente para o alcance dos objetivos traçados pela União Africana, sendo possível analisar essa reestruturação à luz dos processos de regionalismo que atualmente permeiam o continente africano. Ao longo dos anos, enquanto se buscava concretizar arquiteturas de desenvolvimento para o continente, e com o fim da OUA, que levou à adesão ao Mercado Comum Africano, as organizações regionais tornaram esse planejamento ambicioso de crescimento mais palpável e viável. A delegação de autonomia para os agrupamentos regionais e o alinhamento com a organização continental permitiram uma consideração detalhada dos diversos pormenores locais.

Por conseguinte, o ápice de todo o traçado das ideias integracionistas do continente ocorreu recentemente com a criação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), em março de 2018, com a adesão de 54 dos 55 membros da União Africana. Este feito inédito e de extrema importância para o continente ultrapassou os limites da integração

²⁶ A SADC criou o Órgão Para Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança; o Comitê Interministerial de Defesa e Segurança; a Troika, o Comitê Interestatal de Política e Diplomacia; o Pacto de Defesa Mútua; entre outros instrumentos.

²⁷ A CEDEAO criou os Mecanismos para Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz e Segurança; Conselho de Mediação e Segurança; Missão de Defesa e Segurança; Conselho de Sábios; Grupode Monitoramento Executivo de Cessar-Fogo e Sistema de Alerta Antecipado Para Observação da Paz e Segurança, entre outros mecanismos.

²⁸ A Comunidade de Cooperação da África Central criou o Conselho de Paz e Segurança da África Central; Comissão de Defesa e Segurança e a Força Multinacional Centro-Africana.

regional, alcançando uma integração continental no processo econômico. A AfCFTA possibilitou a transformação da economia africana e a integração do continente à economia global (African Union, 2018; Fofack; Mold, 2021 *apud* Milhomem, 2023).

A criação da AfCFTA foi na contramão dos acontecimentos regionais que estavam acontecendo ao redor do mundo. Na América do Sul, o Mercosul enfrentava estagnação devido a dificuldades econômicas e desacordos ideológicos e políticos. No Sudeste Asiático, a ASEAN lidava com várias disparidades econômicas e disputas territoriais. E a União Europeia se encontrava em dúvida quanto ao seu futuro devido ao processo do Brexit e à saída do Reino Unido (Baggio, 2020).

Ainda, a formação do AfCFTA também simbolizou um alinhamento e a concretização dos ideais pan-africanos de união e estratégia política para domínio e crescimento econômico (Baggio, 2020). E com a mudança da organização continental – da OUA para a UA –, os diversos objetivos que fomentaram o surgimento da primeira organização e a mantiveram em funcionamento deram espaço ao surgimento de uma agenda multissetorial com novas aspirações, objetivos e prioridades para a nova entidade continental (African Union, 2018; Assis *et al.*, 2021).

A União Africana adotou a Agenda 2063 em janeiro de 2015, durante a XXIV Cúpula da UA. Essa agenda é um plano estratégico para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, com o objetivo de concretizar as visões pan-africanas de um continente integrado, próspero e pacífico. As aspirações da Agenda 2063 incluem: i) prosperidade com base no desenvolvimento sustentável e no crescimento econômico inclusivo; ii) integração regional e continental; iii) democracia, boa governança, respeito aos direitos humanos, justiça e domínio da lei; iv) paz e segurança; v) valores, herança comum e identidade cultural fortalecida; vi) desenvolvimento dirigido pelas pessoas; e vii) África como um ator dominante no plano global (African Union, 2013; Assis *et al.*, 2021).

Assim, a transformação da Organização da Unidade Africana para a União Africana, embora tenha ocorrido em um momento de turbulência continental, busca moldar o continente às realidades globais, promovendo reestruturações internas e, ao mesmo tempo, procurando estabelecer um espaço significativo como ator global no cenário da política internacional.

3.2. AS CARACTERÍSTICAS DO REGIONALISMO AFRICANO

As diversas justificativas que levam os Estados a buscar instituir cooperações

regionais, assim como as determinações que circundam os limites, auspícios e afinidades entre os cooperantes, fazem com que o processo de regionalismo, como prática política no sistema internacional, e, por consequência, um dos temas de estudo para as teorias nas Relações Internacionais, não se restrinja única e exclusivamente a conceitos geográficos, históricos ou econômicos.

ter sua origem em acontecimentos domésticos e regionais, até situações de nível global que exigem entendimento entre os atores – sejam eles políticos, estatais ou não estatais – para uma atuação frente a algum desafio da Política Internacional, assim como para resolução de problemas internos.

Dessa forma, os estudos sobre o processo de regionalismo, embora se baseiem numa estrutura e ideário eurocêntricos – com foco no processo que culminou na União Europeia e em um desenvolvimento econômico pleno – acabam por excluir outros processos de regionalismo que se desdobraram ao longo dos anos, pelas mais diversas justificativas, assim como pelas mais diversas abrangências e estruturas.

Neste íterim, o manual extraído do processo formador da União Europeia – no qual Balassa (1961) apresenta a integração econômica como uma similaridade, se não como a própria definição, de regionalismo, e que descreve os cinco níveis de integração econômica regional²⁹ como etapas para a formação de um novo organismo supranacional – deixou de desvendar e invalidou os desdobramentos e justificativas que forjaram o surgimento dos demais organismos regionais ao redor do sistema global.

É nesse enquadramento, da recusa ao pré-determinismo eurocêntrico dos regionalismos, que se buscou compreender o integracionismo e o regionalismo africano nesta pesquisa. Remetendo-se aos capítulos anteriores, o integracionismo e o regionalismo africano devem ser compreendidos a partir de três marcos cronológicos: 1) período anterior ao processo de colonização, mais especificamente à Conferência de Berlim (1885); 2) período pré e pós-independências dos territórios africanos; e, por fim, 3) período de globalização.

Na primeira fase, o integracionismo africano destoava do que se compreende como processo de regionalismo nas Relações Internacionais (RI), uma vez que não ocorre por meio do principal “canal” entendido pelas RI tradicionais para categorizar o regionalismo: o formato político do Estado-nação europeu. Embora a construção histórica apresentada pelo professor Cheikh Anta Diop na obra “*The African Origin of Civilization*” (1974), na qual traça

²⁹ Zona de Livre Comércio; União Aduaneira; Mercado Comum; União Econômica e Monetária; e Integração Econômica Total.

cronológica e historicamente a origem da espécie humana até o surgimento das primeiras civilizações, indique que o continente africano foi o berço da civilização e que as formas de organização política no continente já demonstravam a existência de uma variedade de grupamentos e povos com culturas diversas, mas com hierarquias e níveis estatais e políticos específicos, estabelecendo interrelações e trocas mútuas entre os diversos segmentos (Visentini, 2013), essas características podem ser comparadas, ainda que de forma distinta, ao fenômeno do regionalismo segundo as bases teóricas eurocêntricas.

Todavia, esse contexto antecedente se enquadra ao que banalmente atribuiu-se à nomenclatura de tribos ou tribalizações, tendo em vista a forma diversa de gestão, organização e política – em comparação com o estilo de governança, política e social do norte global. Apesar disto, a identidade que se constituía no continente era restrita aos grupos, regiões ou territórios que partilhavam de linguagem semelhantes, atividades comerciais complementares e culturas de similares. Assim, o integracionismo, nesse contexto, se forjava no aspecto da regionalização, com intercâmbios migratórios que facilitavam o comércio e outras trocas importantes para a época (Visentini, 2013).

Nessa sequência, com o contato direto com as potências imperiais no período das expansões marítimas e o conseqüente domínio sobre os povos e grupos africanos, embora ocorresse o intercâmbio regional dentro dos territórios, não havia um pensamento unitário, uma identidade ou até mesmo concentração política que auxiliasse em um norte ou uma força para o combate os avanços de dominação (Durão, 2018). Essa ausência de coesão resultou na busca pela proteção dos povos e territórios africanos, levando os grupos de descobrimento e as missões religiosas a interferirem diretamente na disputa, enfraquecendo e contribuindo para a destruição do sistema político e organizacional das tribos africanas (Visentini, 2013; Durão, 2018).

A dinâmica circular na relação entre metrópole e colônias, que mantinha o elo de dependência das colônias com o envio de especiarias, tráfico de escravos e outros produtos extraídos, justificava a necessidade de "domesticação" dos povos africanos considerados primitivos e selvagens. Esse processo não apenas auxiliou na manutenção do sistema colonial e imperial, mas também permitiu a marginalização do sistema organizacional africano e até mesmo a identidade desses povos como indivíduos, relegando-os a uma posição subalterna no sistema internacional (Kendi, 2016; Durão, 2018).

Ao longo dos anos, já iniciando o contexto do segundo momento do regionalismo e integracionismo africano, o surgimento do movimento pan-africano é um marco essencial para a reconstrução do continente e a construção de uma identidade e um pensamento negro

africano.

Dentre os diversos elementos que forjam a instituição do processo de regionalismo, as convergências históricas, associações linguísticas e culturais, assim como a dimensão geográfica, são questões marcantes, porém não exclusivas, para esse surgimento (Honório; Mesquita, 2023). Assim, ao se analisar as justificativas e os meios que levaram ao ressurgimento do continente africano, além do advento do regionalismo no período pré-independência dos Estados africanos, destaca-se o trabalho de intelectuais, inicialmente diaspóricos, do movimento pan-africano. Esses intelectuais desempenharam um papel crucial na construção de uma identidade negra e em um pensamento que concebesse o negro (africano ou não) como um ser livre, sujeito de direitos, com igualdade em relação aos brancos, possuidor de um passado histórico, consciente e detentor de seu território e futuro (M'Bokolo, 2011; Barbosa, 2021).

Assim, inicialmente buscando o combate ao racismo e igualdade de direitos, a luta do movimento pan-africano idealizou este indento que, ao ser disseminado no continente africano e alinhado ao contexto global do fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, propiciou a eclosão dos movimentos de libertação dos territórios africanos e as primeiras independências, sendo marcado pelo Ano Africano (1960) (M'Bokolo, 2011).

Esse pensamento africano, voltado para a união dos povos do continente em torno de uma identidade comum, foi alimentado por uma variedade de princípios e propostas formulados por importantes intelectuais pan-africanos, como Kwame Nkrumah, com sua conceituação de Personalidade Africana e o Consciencismo (1970); Julius Nyerere, com sua forma de governança Ujamaa (1968); e Léopold Sédar Senghor, com a filosofia da Négritude (1967). Todos eles traziam em seus pensamentos e discursos a necessidade de resgatar o tradicionalismo e o histórico formador do continente, promovendo a união e a integração entre os povos para unificar os esforços em busca da independência dos territórios e do desenvolvimento dos Estados após anos de exploração.

O desdobramento desses ideais e movimentos culminou no surgimento da Organização da Unidade Africana (1963), que, instituída pelos princípios pan-africanos, representou um passo marcante e concreto no processo de regionalismo do continente (Manigat, 2018). No entanto, antes de sua criação, houve tentativas de fomentar o processo integrador nos territórios africanos.

Com a adição de mais um elo, as regiões que sofreram o domínio de uma única colônia mantiveram a língua dos colonizadores como oficial, assim como alguns costumes. Isso resultou em aproximações entre os Estados já independentes e na tentativa de

implementar uniões integracionistas com foco econômico, seguindo os modelos propostos por Balassa (1961).

Essas uniões, inclusive, foram tentadas incipientemente no período colonial, como exemplificado pela União Aduaneira da África Austral, criada pelos britânicos em 1910, e pela União Aduaneira da África Oriental, estabelecida em 1922 (Mwapachu, 2010 *apud* Baggio, 2020). Outro exemplo é a imposição e circulação da moeda única, o franco CFA, entre as colônias francesas da África Ocidental e Central a partir de 1945. Esse sistema foi mantido após a independência dos territórios africanos e desempenhou um papel importante na busca por tratados e acordos entre os Estados onde a moeda circulava, com o objetivo de reduzir embargos econômicos e comerciais (Baggio, 2020). Isso reforça o caráter normativo das iniciativas forjadas no regionalismo eurocentrado.

Os projetos e auspícios nos processos de regionalismo africano, embora sempre fossem pautados na estruturação dos Estados, no desenvolvimento econômico e independência comercial – ou diminuição da dependência com as ex-metrópoles –, carregavam consigo a âncora de anos de exploração colonial, resultando em uma série de dificuldades que serviam, e ainda servem, de entraves para a conquista desses objetivos.

Por essa razão, os projetos e iniciativas regionais que antecederam a formação da OUA estagnaram em relação à criação de uma unidade supranacional com força política. Isso se tornou uma questão de discussão e formação de grupos distintos antes da criação da OUA. A disseminação do pensamento negro, movido pelos princípios pan-africanos, promovia a ideia de uma unidade africana. Essa unidade convergia na busca pelo desenvolvimento do continente, por melhores condições de vida para os povos africanos, na luta contra o racismo e as políticas segregacionistas que ainda permeavam a África, assim como na realização de esforços para alcançar a independência dos territórios ainda sob domínio colonial (Asante; Chanaiwa, 1993 *apud* Mazrui; Wondji, 2010; M'bokolo, 2011; Navarro Alvarado, 2018; Barbosa, 2020; Langa, 2020).

Neste leque de objetivos e anseios, a construção do integracionismo africano era moldada pela identidade, pela personalidade africana e pelo resgate da ancestralidade. A criação de uma entidade regional continental – embora diferente dos modelos tradicionais de regionalismo existentes – também servia como um meio de atuação e posicionamento perante a Política Internacional (M'bokolo, 2011; Navarro Alvarado, 2018; Barbosa, 2020). Todavia, apesar do alinhamento de muitos pensamentos entre os atores e idealizadores do integracionismo africano, persistiam divergências quanto à constituição de uma entidade supranacional com força política e capacidade de intervenção sobre os Estados constituintes

da organização.

Os grupos Monróvia e Casablanca divergiam quanto à finalidade e atuação da entidade regional continental. O grupo Casablanca, liderado pelo ganense Kwame Nkrumah, defendia a criação de uma entidade supranacional que representasse os interesses africanos na busca pelo desenvolvimento, enfrentamento da pobreza e domínio colonial, assim como nas influências das ex-metrópoles. Por outro lado, o grupo Monróvia, representado principalmente pelo marfinense Félix Houphouët-Boigny, adotava uma postura mais moderada, sugerindo a manutenção de relações com as ex-metrópoles e a não criação de uma entidade política supranacional. Esse grupo enfatizava o respeito pela soberania dos Estados independentes e a não interferência nos assuntos internos desses países (Langa, 2020).

Essa disputa intercontinental resultou na criação de uma organização regional que funcionava como uma colcha de retalhos. Embora fosse sustentada pelos princípios pan-africanistas e pela luta contra o colonialismo, enfrentava uma série de barreiras burocráticas que impediam a resolução efetiva dos principais conflitos no continente: os conflitos territoriais e suas consequências, como o aumento do número de refugiados, as condições de miséria dos povos africanos, as péssimas condições econômicas dos Estados e suas instabilidades políticas (Visentini, 2013).

O sucesso conquistado com a independência dos territórios O sucesso conquistado com a independência dos territórios que ainda se encontravam sobre o domínio colonial, assim como o fim da política segregacionista que assolava a África do Sul, não foram motivos suficientes para manter o andamento e continuidade da Organização da Unidade Africana. Os conflitos eclodidos pós independência dos territórios, aumentavam cada vez mais, e a impossibilidade de interferência nos Estados, refletiu na mera observação da entidade frente as catástrofes - por consequência, os projetos de desenvolvimento estagnavam-se, vez que refletiam as dificuldades sofridas nos territórios (Zeca, 2017).

Apesar do surgimento das Comunidades Econômicas Regionais Africanas, muitas das quais foram adaptadas de tentativas anteriores de processos regionais no continente, ainda persistiam impasses quanto às suas limitações de ação. Assim, ao analisar as condições dessa fase do processo de regionalismo africano, observa-se que sua constituição está intimamente ligada ao resgate da identidade do continente em resposta ao histórico colonial sofrido. É importante destacar que esse período exploratório resultou em diversos prejuízos para os povos e territórios africanos, assim como para os negros ao redor do mundo.

Logo, o fenômeno do regionalismo no continente transcende o objetivo de um desenvolvimento econômico, com a formação de livre comércio regional, regiões de união

aduaneira, unificação de moeda e demais níveis pautados nos estudos sobre os processos de regionalismo. Essa fase do integracionismo africano permeia na estrutura de um continente e reflete a transição do continente de uma era antiga para uma realidade contemporânea, buscando superar o passado e se igualar aos demais Estados globais.

Estes norteadores perderam sua significação à medida que as independências africanas se consolidaram e com o fim da Guerra Fria, levando à transição da organização regional continental: o encerramento da Organização da Unidade Africana e o surgimento da União Africana. A nova entidade continental surgiu em um contexto mundial diferente, em que a globalização se consolidava como a situação predominante. Os acordos e tratados entre os Estados eram estabelecidos como meios de fortalecimento dos atores envolvidos, resultando na interdependência do processo regional como uma forma de posicionamento na Política Internacional.

Como lição aprendida com sua predecessora, a União Africana foi criada com os mesmos princípios e ideais pan-africanos, mas focou em enfrentar duas frentes principais de problemas no continente: o desenvolvimento econômico e a resolução de conflitos intercontinentais (Döpcke, 2002). A União Africana reformulou seu funcionamento ao conceder autonomia às Comunidades Econômicas Regionais Africanas para resolver e encontrar soluções para o avanço da integração regional em seus territórios. Alinhada ao regionalismo em nível continental, a União Africana ampliou as possibilidades de ação, atuação e solução dos problemas africanos (Dofonnou *et al.*, 2016).

Nessa fase, as ações diplomáticas preventivas realizadas pelas organizações regionais em seus territórios, como a criação das Comissões de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Conflitos, a adesão a acordos e tratados entre os Estados participantes, e a demonstração dessas ações no cenário global, possibilitaram que a nova organização se posicionasse frente às situações da Política Internacional. Essas iniciativas promoveram um avanço gradual no alinhamento político do continente e foram os primeiros passos para a conquista e materialização dos objetivos traçados (Dofonnou *et al.*, 2016; Döpcke, 2002; Assis *et al.*, 2021).

O progresso da nova organização agora alinhava-se aos passos do real processo de regionalismo, com a diminuição de barreiras econômicas entre os Estados e a constituição de uma integração continental. Esse processo abrangeu outros segmentos resolutivos para alcançar seus objetivos. Em pouco tempo, a elaboração de uma agenda multissetorial com novas aspirações, objetivos e prioridades tornou-se uma prioridade, resultando na adoção da Agenda 2063 em 2015. Essa agenda buscava um plano estratégico para o desenvolvimento

inclusivo e sustentável, com o objetivo de concretizar as visões pan-africanas de um continente integrado, próspero e pacífico (Assis *et al.*, 2021). Além disso, em continuidade a esse processo, alcançou-se o ápice do integracionismo continental africano com a criação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) em 2018, envolvendo quase a totalidade dos membros da União Africana.

O cenário dessas mudanças demonstra o crescimento e a constante solidificação dos objetivos africanos nesta nova fase do processo de regionalismo do continente. Isso alinha-se às ideias dos idealizadores que discutiram os primeiros esboços antes da criação das primeiras organizações regionais e da OUA, e amplia o espaço da integração continental no processo econômico e na resolução das diversas problemáticas que assolam o continente, inserindo-o na economia global e na Política Internacional (Zeca, 2017; Baggio, 2020; Assis *et al.*, 2021; Milhomem, 2023).

Assim, ao analisar esta nova fase do processo de regionalismo africano, observa-se uma realidade distinta da anterior. Há a consolidação da identidade e da personalidade africana, o fim do colonialismo no continente – apesar das influências remanescentes das ex-metrópoles sobre suas antigas colônias –, e a criação de uma nova organização regional continental, institucionalizada com meios, objetivos e ações voltados para a progressão da integração regional nos territórios. Além disso, essa fase está alinhada com a política integracionista continental e apresenta auspícios ousados, mas palpáveis, de sucesso.

O processo de regionalismo atualmente se apresenta mais consolidado, com integrações regionais mais edificadas e presentes, e objetivo central continua sendo o desenvolvimento continental e o enfrentamento das mazelas e cicatrizes deixadas pelo período colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar, descrever e construir referenciais sobre o continente africano, seus povos e os eventos que moldam a sua história resulta em inúmeras barreiras. Estas vão desde a comparação com estudos clássicos ou fenômenos teóricos e processos que ocorreram no próprio continente, mas cujas obras baseiam-se em teorias europeias devido ao empirismo ou aos autores, apresentando uma realidade extremamente distinta da vivenciada na África. Além disso, há a dificuldade em encontrar produções e documentos sobre o continente, uma vez que, por muito tempo, as obras sobre África e seu "conteúdo" foram forjadas com falácias e misticismos, escritas por agentes externos ao continente. Tanto a África como espaço geográfico quanto seus habitantes eram tratados como objetos de estudo, e não como formadores e expositores de seu próprio conhecimento.

A pluralidade existente no continente – seja ela cultura, política, econômica, geográfica, seja histórica –, embora represente uma riqueza e um potencial significativo de conhecimento, também desafia o processo de integração devido ao amplo leque de discussões envolvidas.

Assim, analisar o processo de regionalismo africano requer desbravar tanto a história do continente, incluindo as primeiras civilizações e a formação e diversificação de seus povos, quanto o tradicionalismo que rege a governança dos grupos étnicos e, por conseguinte, muitas políticas dos territórios hoje independentes. Além disso, é fundamental considerar o legado do colonialismo e seus desdobramentos, que ainda impactam o desenvolvimento do continente.

Assim, ao abordar os passos e as construções que envolvem o fenômeno do regionalismo e sua importância nas Relações Internacionais, é essencial observar não apenas a interdisciplinaridade, mas também analisar as justificativas que motivaram seus processos e os indivíduos, autores e personagens que participaram dessa construção.

No primeiro capítulo, ao abrir o leque do léxico e da origem da palavra "regionalismo", foram apresentados os estudos sobre o tema e as diversas facetas do fenômeno do regionalismo. Este não se restringe a eventos que apenas envolvem uma região ou a temas geográficos, mas abrange uma pluralidade de fatores. Inicialmente, foram discutidas as teorias e os teóricos que buscavam justificar esses fenômenos e os níveis estudados e almejados pela literatura, destacando que toda essa conjuntura partia de um empirismo eurocêntrico, uma vez que a análise prática e o objeto dos estudos e dos fenômenos eram vistos a partir da construção do Mercado Comum da Europeu.

Na continuidade do capítulo inicial, ao relacionar as justificativas e o fenômeno do

regionalismo com as Relações Internacionais e a construção do regionalismo africano, buscou-se tecer uma ordem cronológica do histórico do continente africano. Esse percurso começa com as primeiras civilizações e o desenvolvimento das tribos e grupos étnicos no continente, incluindo suas formas de interação intra e intercontinental, até o período colonial, como a invasão dos impérios europeus e a imposição do colonialismo no continente.

A seguir, a análise do processo de regionalismo africano foi apresentada em paralelo ao surgimento e às ideias do movimento pan-africano. Foram discutidos os idealizadores e principais atores desse movimento, seus princípios e as justificativas que fundamentaram suas lutas. Também foram abordadas as eclosões e os pensamentos iniciais de unidade e integração fomentados pelos personagens diaspóricos.

Cumprido destacar que a apresentação do movimento pan-africano, de seus intelectuais e ideais, surgiu como uma tentativa de reconstrução da identidade do povo negro. Essa necessidade surgiu em resposta às ações coloniais que impuseram a inferiorização do povo negro, o racismo e a segregação racial latente nas américas e nas colônias africanas. A busca pela independência dos territórios africanos que, no século XX, ainda permaneciam colonizados, também impulsionou essa reconstrução.

Essa reconstrução perpassou uma pluralidade de áreas, incluindo a histórica, a cultural e a política. Ela envolveu a conexão entre intelectuais diaspóricos negros pan-africanos e o surgimento de líderes políticos africanos que desempenharam papéis fundamentais durante o período de libertação e independência do continente. Esse processo se deu no contexto da transição entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

Esse recorte temporal é extremamente importante para compreender o resultado dos pensamentos sobre a unidade e a integração africana, com o surgimento dos movimentos de libertação, o Ano Africano de 1960 – marcado pela independência de muitos territórios do continente –, e as preocupações dos atores políticos da época em manterem seus Estados e se desenvolverem economicamente diante do atraso resultante do período colonial. Dessa forma, o fim do primeiro capítulo se pauta no contexto e conteúdo desse período. Nele é apresentado também a consolidação da identidade africana e o pensamento negro, com movimentos como a Nêgritude, a Personalidade Africana, e o Consciencismo; além das divisões entre os chefes de Estados da época, agrupados em dois grandes blocos: Monróvia e Casablanca.

Dos debates, auspícios e movimentações do período surge a Organização da Unidade Africana (OUA), estabelecida em 1963. Essa entidade regional continental buscou firmar os princípios pan-africanos com o objetivo de libertar os territórios ainda sob domínio europeu colonial e enfrentar o segregacionismo em Estados não independentes com minoria branca.

No entanto, em razão do passado extrativista, os Estados membros do bloco continental firmaram no tratado de criação da organização a cláusula de não ingerência nos assuntos internos e na soberania dos territórios, mantendo as divisões estabelecidas na Conferência de Berlim (1885).

Essa abordagem resultou em um entrave no processo de regionalismo africano. Embora a OUA tenha reposicionado o continente no cenário da política internacional, abordando questões como racismo, segregação racial e o sistema colonial predatório, também evidenciou a dificuldade em lidar com discussões internas. Não houve uma coalisão eficaz quanto às políticas integracionistas das regiões e, por consequência, dos Estados.

Entre essas barreiras, a seguridade escancarou as dificuldades, resultando em um efeito dominó de instabilidades políticas, militares. A emergência de golpes e ditaduras militares, além de genocídios de grupos étnicos, resultou em altos índices de refugiados. Essas problemáticas, somadas ao contexto global de fim da Guerra Fria e ao surgimento da globalização, culminaram no fracasso e na extinção da Organização da Unidade Africana. Contudo, é importante destacar que a OUA não foi um fracasso total.

Apesar das dificuldades na implementação das teorias de regionalismo voltadas para o desenvolvimento econômico, a organização alcançou vitórias significativas: a independência total dos territórios africanos, o fim da segregação racial nos Estados com minoria branca e a eliminação do sistema colonial europeu no continente. Além disto, ao final da existência das entidades, organizações regionais foram criadas e reformuladas, com o objetivo de promover a integração entre os Estados membros e facilitar a mediação e conciliação de conflitos.

Nessa disposição de conteúdos, o segundo capítulo é apresentado, estabelecendo uma conexão com o terceiro e último capítulo, que se concentra na transformação da organização continental: a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana.

A União Africana (2002) surge, assim como sua predecessora, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos Estados africanos, mas em um novo contexto global, onde as interdependências impulsionam a formação de grupos regionais. Este novo contexto busca fortalecer a economia e promover um intercâmbio valioso entre os membros que compõem esses grupos.

Assim, baseando-se na estrutura da União Europeia, a nova organização africana é criada com um Ato Constitutivo que estabelece setores institucionais sólidos, visando um funcionamento pleno da organização. A União Africana busca consolidar decisões para um posicionamento efetivo na Política Internacional, delegar tarefas para forjar um processo de integração nas regiões do continente e reformular as organizações regionais, agora

denominadas Comunidades Econômicas Regionais. Essas comunidades, além de focarem em aspectos econômicos, também buscam meios para exercer uma diplomacia preventiva na resolução de conflitos inter e intracontinentais.

Ainda, houve a criação da Agenda 2063, que objetiva alcançar uma série de objetivos para o continente. Embora os resultados almejados sejam ousados, tornam-se cada vez mais tangíveis com os avanços observados na África, como a criação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA).

Com todos esses elementos, o trabalho dissertativo se encerra com a análise da especificidade do regionalismo africano. Este surge como um meio de preservar as independências tardias dos territórios africanos, combater o sistema colonial europeu que resultou em racismo contra os povos africanos e negros em um contexto global, e enfrentar políticas segregacionistas que cerceavam as aspirações de existência e sobrevivência dos povos negros africanos.

Esse contexto destoa da padronização teórica que permeia o fenômeno do processo de regionalismo nas Relações Internacionais, uma vez que o empirismo dessas teorias é baseado em uma construção eurocêntrica. Nesse modelo, a dominação sempre esteve associada à sobrevivência e manutenção dos Estados, Reinos e Impérios. Os territórios que sofreram a “recepção” dos “descobrimientos” europeus enfrentaram discursos infames sobre a “levar a civilização” a estes “pobres coitados”. O epistemicídio e a flagelação das culturas, políticas e ideologias locais foram, e são, forças predominantes para a continuidade do domínio colonial, visando, acima de tudo, o desenvolvimento de um comércio livre e o avanço econômico sem barreiras.

A objetificação existente sobre a África “unificar” em um só “povo” e território a pluralidade étnica e geográfica do continente; a mistificação de suas crenças; a visão de um continente totalmente arcaico e sem civilização; bem como a inferiorização desse “povo” que se “unificou” das diversas tribos, marginalizando e conceituando o continente com um lugar de caos e conflito, são alguns dos desdobramentos de uma construção imposta do período colonial, resultando, até mesmo, em conflitos entre os próprios habitantes dos territórios.

Esses elementos se tornaram um contrapeso para o processo de regionalismo africano, ressurgindo uma identidade e personalidade negra com a construção de elementos científicos e sólidos que demonstram que a “unificação” africana é, na verdade, uma integração de uma pluralidade de povos, culturas, línguas e formas de governança. Apesar dessa diversidade, há um esforço contínuo para se unir para o desenvolvimento e enfrentar as consequências persistentes do colonialismo europeu, ao mesmo tempo em que se insere no cenário global.

Essa continua construção do regionalismo africano superou expectativas e, embora inicialmente não tenha seguido completamente os princípios e auspícios de seus idealizadores, está cada vez mais consolidada em seus objetivos – ainda destoando dos estudos clássicos, mas demonstrando características de fenômenos que permeiam o processo de regionalismo.

REFERÊNCIAS

ADDI, S. Y. *La décolonisation dans la Corne de l'Afrique et les conséquences des aspirations des Somalis à l'autodétermination*. In: UNESCO. **La décolonisation de l'Afrique**: Afrique australe et Corne de l'Afrique – Documents de travail et compte rendu de la réunion d'experts tenue à Varsovie. Paris: Unesco, 1981.

ADEDEJI, A. The need for concrete action. In: AAPAM. African Association for Public Administration and Management (Org.). **Regional cooperation in Africa**: problems and prospects. Addis-Abeba, 1977.

ADI, Hakim; SHERWOOD, Marika. **Pan-african history**: Political figures from Africa and the Diaspora since 1787. Londres: Routledge, 2003.

ADI, Hakim. The African diaspora, 'development' & modern African political theory. *Review of African Political Economy*, v. 29, n. 92, p. 237-251, 2002. Tradução de Mario Soares Neto, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 697-716, 2020.

AFRICAN UNION. **Treaty establishing the African economic community**. Abuja, Nigeria, 1991. Disponível em: <https://au.int/en/treaties/treaty-establishing-african-economic-community>. Acesso em: 28 jun. 2024

AFRICAN UNION. **assessing regional integration in Africa II**: Rationalizing Regional Economic Communities. Addis Ababa, Etiópia: Economic Commission for Africa, 2006. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/586461?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024

AFRICAN UNION. **Relatório sobre a situação dos tratados da OUA/UA**. Addis Ababa, Etiópia, 2012. Disponível em <https://www.peaceau.org/uploads/ex-cl-728-xxi-p.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024

AFRICAN UNION. **Agenda 2063**: The Africa We Want. Addis Ababa, Ethiopia, 2013. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/33126-doc-11_an_overview_of_agenda.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024

AFRICAN UNION. **Acordo que cria a zona de comércio livre continental africana**. Kigali, 2018. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta_consolidated_text_-_portuguese.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024

AMSELLE, Jean-Loup. **Branchements**: anthropologie de l'universalité des cultures. Paris: Flammarion, 2001.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O pan-africanismo e a integração regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010.

ASSIS, Caroline Chagas de; RIBEIRO, Renata Albuquerque; GARCIA, Ana

Saggiaro. Integração regional africana: panorama, avanços e desafios. **Boletim de Economia e Política Internacional**, BEPI, Brasília, n. 32, Jan./Abr. 2022.

BAGGIO, Conrado Ottoboni. O acordo continental africano de livre comércio: esperanças e desafios. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 29, p. 137-159, jul./dez. 2020.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BARBOSA, Muryatan S. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **África**, São Paulo, v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

BARBOSA, Muryatan S. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, p. 144-162, 2016.

BARBOSA, Muryatan Santana. O debate pan-africanista na revista *Présence Africaine* (1956-1963). **História**, Assis/Franca, v. 38, e2019006, 2019.

BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana**: Breve história do pensamento africano contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

BEMBE, Miguel Domingos. Os grandes desafios dos governos africanos para o século XXI. **Mulemba**, [Online], v. 6, n. 12, p. 73-90, 2016.

BJERK, P. Sovereignty and Socialism in Tanzania: The Historiography of an African State. **History in Africa**, Piscataway, NJ, v. 37, p. 275-319, 2010.

BOUTROS-GHALI, B. L'Organisation de l'Unité Africaine. **Revue internationale de droit comparé**, Paris, v. 21, n. 4, Oct./Déc., 1969.

CARRILHO, Maria. **Sociologia da negritude**. Lisboa: Edições 70, 1975

CHAZAN, N. *et al.* **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

CLAPHAM, C. **Africa and the international system** – The politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press. 1996

CLAPHAM, C.; HERBST, J. & MILLS, G. **Big African States**. Joanesburgo: Wits University Press. 2006.

DAVIDSON, Basil. **Which way Africa?** the search for a new society. Baltimore; Maryland: Penguin Books, 1967.

DOFONNOU, Nadège; HENRIQUE, Anderson; STEINER, Andrea. Os acordos firmados no continente africano e sua relação com os processos de integração regional: o caso da União Africana. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 25, n. 2, p. 133-159, 2016.

DÖPCKE, Wolfgang. Sai a Organização de Unidade Africana - entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano. **Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Meridiano 47**, Brasília, v. 3, n. 28-29, p. 1-31, 2002.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212-242, jul./set. 2018.

ENGEL, Ulf. The Organisation of African Unity in the 1960s: From Euphoria to Disenchantment. **Comparativ**, Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung, 29, Heft 4, S. 48-67, 2019.

GEISS, I. Pan-Africanism. **Journal of Contemporary History**, Londres, v. 4, n. 1, p. 187-200, jan. 1969

HAAS, E. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957**. [S.l.: s.n.], 1958.

HOBBSAWN, Eric. **Nação e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991.

HONÓRIO, Karen dos Santos; MESQUITA, Lucas. **Regionalismos e integração regional: leituras latino-caribenhas**. Curitiba, PR: Editora InterSaberes, 2023.

HURREL, A. Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 21, n. 4, p. 331-358, 1995.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **A History of Pan-african Revolt**. Oakland: PM Press, 2012

KABUNDA, Mbuyi. O sistema normativo africano de direitos humanos. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 54, p. 45-54, jun. 2017.

KALY, Alain Pascal. O inesquecível século XX: as lutas dos negro-africanos pela sua humanidade. In: SILVA, Josué Pereira da (Org.). **Por uma sociologia do século XX**. São Paulo: Annablume, 2007

KEMBABAZI, Lydia Winyi. **A critique of accessibility to the African Court of Human and Peoples' Rights**. Budapeste: Central European University, 2013.

KENDI, Ibram X. **Racisme: une autre histoire de l'Amérique**. Éditions Alisio, Ebook, 2017.

KODJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII: A África desde 1935**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. África: antecedentes históricos da OUA. **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 189-218, 2020.

LYNCH, H. R. Edward Wilmot Blyden. **Pan-Negro Patriot 1832-1912**. London: Oxford University Press, 1967

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações – Tomo II (até o século XVIII)**. Salvador - São Paulo: EDUFBA - Casa das Áfricas, 2011

MANIGAT, M. L'Organisation de l'unité africaine. **Revue française de science politique**, Paris, 21 année, n. 2, p. 382- 401, 1971.

MANJI, Firoze; FLETCHER JUNIOR, Bill. Claim no essay victories – The legacy of Amilcar Cabral. **Review of African Political Economy**, London, v. 29, n. 92, p. 41-57, 2002.

MARTINS, Anderson Bastos. A ideologia do tribalismo (The ideology of tribalism, Archie Mafeje. **Pontos de Interrogação**, Alagoinhas, Bahia, v. 10, n. 3, Edição Especial, jul.-dez., p. 253-265, 2020.

MBOMA, J. K. O consciencismo de Kwame Nkrume: uma Filosofia Africana social e revolucionária. **Ítaca**, Rio de Janeiro, n.º 36, Especial Filosofia Africana, p. 424-438, jan. 2019.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **Por uma epistemologia dos processos de regionalismo: Qual matriz disciplinar: ciência política ou relações internacionais?** Recife: Ed. UFPE, 2021;

MESQUITA, Rafael. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais: uma introdução teórica. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Paraíba, v. 10, n. 1, p. 3-22, 2019.

MOREIRA, E. Portuguese Colonial Policy. **Africa**, Journal of the International African Institute, Cambridge, v. 17, n. 3, p. 181-191, 1947.

MUDIMBE, Yves V. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde: Ed. Pedagogo, 2013

MUNANGA, K. **Negritude**. Usos e Sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MURITHI, Tim. **The African Union's transition from non-intervention to non-indifference: an ad hoc approach to the responsibility to protect?** Independent Publishers Group, 2009. v. 1.

MUTUA, Makau. **African Human Rights System: a critical evaluation**. Human Development Occasional Papers, n. 15, 2000.

MWAPACHU, J. **EAC: past, present and future**. Official Publication of the East African Community. [S.l.], 2010. Disponível em: https://firstforum.org/wp-content/uploads/2021/05/Publication_00480.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

N'KRUMAH, Kwame. **Africa Must Unite**. New York: Frederick A. Praeger, Publisher, 1963.

N'KRUMAH, Kwame. **Consciencism**. Philosophy and Ideology for De-Colonization. New York: Monthly Review Press, 1970.

N'KRUMAH, Kwame. **Neo-colonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NAVARRO ALVARADO, Guillermo Antonio. **África deve-se unir?: a formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negrístas e pan-africanos (séculos XVIII – XX)**. 2018. 392 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NGUGI WA, Thiong'o. **Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature.** oxford: James Currey, 1986

NYERERE, J. K. A United States of Africa. **The Journal of Modern African Studies**, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 1-6, March. 1963

NYERERE, J. K. **Ujamaa.** Essays on Socialism. London: Oxford University Press, 1968.

OUA. Organization of African Unity. **Charter of the organization of African Unity.** Addis Ababa: OAU, 1963.

PADMORE, P. (Coord.). **Colonial and Coloured Unity: History of the Pan-African Congress.** London: The Hammersmith Bookshop, 1947.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional.** 5. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

REZENDE Maria José. Las Naciones Unidas y la cuestion democrática hoy. **Política y Cultura**, México, n. 30, , p. 91-118, 2008.

ROLIM, Gustavo. K. Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral. In: MACEDO, José R. (Org.). **O pensamento africano no século XX.** São Paulo: Outras Expressões, 2016.

ROQUE Fátima Moura (Coord.). **O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização.** Coimbra: Almedina, 2005.

SANTOS, Patrícia Teixeira. **Dom Comboni profeta da África e santo no Brasil: catolicismo e islamismo no Sudão do século XIX, milagres no Brasil e no mundo no século XX.** Rio de Janeiro: Maud, 2002.

SENGHOR, L. S. **Um caminho do Socialismo.** Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de imprensa, 1965.

SHARPLEY-WHITING, T. D. **Negritude Women.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

VALENTE, P. Relações interafricanas: a Organização da Unidade Africana e o esforço para a união do continente. **África**, [S.l.], n. 9, p. 113-127, 1986.

VILJOEN, Frans. **International human rights law in Africa.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo. **A África na Política Internacional.** Curitiba: Juruá, 2010.

ZECA, Emílio Jovando. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 191-226, maio/ago. 2017.